

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – CAMPOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO
DE CIDADES
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE
CIDADES

Douglas Lemos Monteiro dos Santos

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA INSERÇÃO DO PROFISSIONAL DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO NORTE FLUMINENSE

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ
Agosto de 2015.

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – CAMPOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO
DE CIDADES
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE
CIDADES

Douglas Lemos Monteiro dos Santos

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA INSERÇÃO DO PROFISSIONAL DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO NORTE FLUMINENSE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade
Candido Mendes – Campos dos Goytacazes/RJ, para obtenção
do grau de MESTRE EM PLANEJAMENTO REGIONAL E
GESTÃO DE CIDADES.

Orientadora: Prof.^a Elis de Araújo Miranda, DSc.

CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ
Agosto de 2015.

FICHA CATALOGRÁFICA

S237f Santos, Douglas Lemos Monteiro dos.

Formação profissional e desenvolvimento regional: uma análise a partir da inserção do profissional de relações internacionais no Norte Fluminense/ Douglas Lemos Monteiro dos Santos. – 2016.

126 f.; il.

Orientador: Elis de Araújo Miranda.

Dissertação de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades– Universidade Candido Mendes – Campos. Campos dos Goytacazes, RJ, 2015.

Bibliografia: f. 95 - 102.

1. Promoção do desenvolvimento regional - região Norte Fluminense. 2: Indústria petrolífera - região Norte Fluminense. 4: Mercado de trabalho - região Norte Fluminense 4: Profissional de relações internacionais - região Norte Fluminense. I: Universidade Candido Mendes – Campos. II. Título.

CDU: 332.146.2: 331.5 + 339.5-057. (815.3)

DOUGLAS LEMOS MONTEIRO DOS SANTOS

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
UMA ANÁLISE A PARTIR DA INSERÇÃO DO PROFISSIONAL DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO NORTE FLUMINENSE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade, da Universidade Candido Mendes - Campos/RJ, para obtenção do grau de MESTRE EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES.

Aprovado em 31 de agosto de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Elis de Araújo Miranda, D.Sc. – Orientadora
Universidade Candido Mendes

Prof. José Luis Vianna da Cruz, D.Sc.
Universidade Candido Mendes

Prof. Roberto Moll Neto, D.Sc.
Instituto Federal Fluminense

CAMPOS DOS GOYTACAZES,RJ
2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, em primeiro lugar, a todos aqueles que, assim como eu, um dia optaram por cursar Relações Internacionais sob a crença de que poderiam mudar o mundo. A maturidade nos faz crer que a mudança primeira e principal se faz no mais íntimo espaço de cada um... Todavia, acreditar que o mundo é maior e mais plural do que se imagina já vale bastante a pena!

Em segundo lugar, não poderia deixar de dedicar a pesquisa à minha mãe como forma de brindar tantas apostas, tantas palavras de força, tanto amor!

Em terceiro lugar, esta dissertação, enquanto produção de conhecimento, é dedicada a algumas crianças, fontes de luz, que conseguem com um sorriso atribuir sentido à união entre carinho, amor e vida. A Micael e Laura Valletina, pequenos seres que amo tanto

AGRADECIMENTOS

Agradecer é demonstrar gratidão e deixar o coração falar. Esta dissertação não teria sido produzida sem o papel, direto ou indireto, dos que seguem registrados a seguir.

Em primeiro lugar, insta voltar os olhos a Deus e agradecer por cada conquista, cada dificuldade, cada amigo, cada passo... Em verdade, todos os demais agradecimentos são decorrentes desse, pois a providência divina me permitiu chegar até aqui. Muito obrigado!

Em segundo lugar, direcionar-me, novamente, à minha mãe é, no mínimo, compreender que todo amor do mundo poderia emanar só dela, isso já me bastaria à vida. Por todo o sempre, você é quem acredita em mim quando nem eu penso que serei capaz de fazer alguma coisa. Muito obrigado!

Em terceiro lugar, vivenciar o amor de forma pura, intensa e avassaladora, mesmo após cinco anos de relacionamento, já é motivo de comemorações. Pelos momentos simples, pela compreensão da ausência quando necessária, pelas palavras de conforto, pelas brincadeiras, risadas e viagens, pelo companheirismo de namorado e de amigo. Maicon Wando. Muito obrigado!

Em quarto lugar, dois anjos vieram do céu para alegrar a minha vida. À Patrícia por, sendo ridícula como é, dividir tantas cenas cômicas, íntimas e de amor real... Por me mandar sempre lavar a cara e eu saber que era nesses momentos em que a minha dissertação mais andava. À Aparecida por, sendo mãezona como é, brigar tanto comigo, cobrar

quantas páginas eu havia conseguido escrever a cada fim de semana e, quando preciso, por me trancar na minha própria sala de trabalho para me obrigar a perceber que eu precisava dedicar-me mais a esta pesquisa... Muito obrigado!

Em quinto lugar aos amigos-irmãos, que souberam compreender, por meses, o motivo de meu afastamento ao me dedicar a esta conquista. Ela também é por vocês! Lívia Barreto, Suellenn Amaral, Francimara Lopes, Matteus Lisandro e Grazielle Lobo. Muito obrigado!

Em sexto lugar, aos meus amigos que, cada um à sua maneira, vieram dar suas opiniões sobre o meu trabalho, sempre preocupados em colaborar e me fazendo acreditar que a pesquisa ficaria boa relevante. Mariângela Marques, Carol Poesi, Heloísa Paixão, Jane Ilce, Francisco Delgado, Paulo Clébio... Muito obrigado!

Em sétimo lugar, a um amigo de sensibilidade e alma ímpares! Rubens, sua ajuda com os mapas e gráficos deste trabalho foi vital para a consecução dos resultados da pesquisa. Muito obrigado!

Em oitavo lugar, a todos os meus alunos de Relações Internacionais que me ensinam, diariamente, muito do que ainda devo aprender... Pela vivência real das RIs, pelo apoio, pelas dúvidas, pelas aulas, pelo carinho... Muito obrigado!

Em nono lugar, a elas que talvez não tenham nunca imaginado o impacto que causaram em minha essência. Duas mulheres de fibra, que me ensinaram lições gratuitas de vida, de caráter e de persistência. Profissionais que me fizeram cair de amores por Relações Internacionais. Érica Peixoto e Maria Amelia, muito obrigado!

Em décimo lugar, aos meus colegas de turma (Josiane e Laila, em especial) e professores do Mestrado (com destaque para Rosélia Piquet, Érica Tavares, Denise Terra, José Luís e Eduardo Shimoda) que me deram tanto apoio ao longo de toda a execução deste trabalho. Muito obrigado!

Por fim, mas não menos importante, é indispensável dedicar algumas palavras de agradecimento a alguém que foi muito, mas muito mais do que uma orientadora. À professora Elis Miranda, que aceitou o desafio quando eu mesmo já não via mais para onde, em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, poderia caminhar um graduado em Direito e Relações Internacionais... A essa docente que, sendo rígida e flexível, conseguiu milagres no processo de orientação... Por tantos

bate-papos sobre viagens... Por tantas excepcionais aulas de Cidades e Redes de Cidades... Mas especialmente por ser alguém que, desde a graduação em RI, me aperta e me faz crer que posso ir além dos horizontes que vejo... Muito obrigado!

RESUMO

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA INSERÇÃO DO PROFISSIONAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO NORTE FLUMINENSE

O crescimento das cidades médias brasileiras descortina um processo de reestruturação urbana que guarda íntima relação com grandes projetos de desenvolvimento, os quais promovem um redesenho do perfil socioeconômico de diversas regiões do país. Nesse cenário, a Região Norte Fluminense, outrora dedicada à produção sucroalcooleira, precisou, no final do século XX, ter sua imagem repensada devido aos impactos da indústria de petróleo e gás. As empresas multinacionais passam a demandar um tipo de profissional de que a Região não dispunha. Em decorrência disso, várias instituições de ensino superior foram criadas e ganha destaque um profissional que, por sua formação multifacetada, entende das questões internacionais e das operações de comércio exterior: o bacharel em Relações Internacionais (RI). A Universidade Candido Mendes, única a oferecer o curso de RI na Região Norte Fluminense, cumpre relevante papel ao formar profissionais aptos a atuar nas grandes multinacionais fornecedoras de produtos ou prestadoras de serviços à indústria petrolífera. A presente pesquisa investigou as demandas por formação profissional de nível superior e os projetos de desenvolvimento regional, focalizando o profissional de RI no que diz respeito ao atendimento dos imperativos desse mercado sem perder de vista os critérios de qualidade na oferta dos referidos cursos. Quanto aos aspectos metodológicos, esta dissertação apresenta-se como um trabalho de revisão bibliográfica somado a um esforço empírico de identificar o perfil dos egressos de RI (2010 – 2013) com o propósito de compreender a sua inserção no mercado de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Região Norte Fluminense. Indústria petrolífera. Mercado de trabalho. Profissional de Relações Internacionais.

ABSTRACT

PROFESSIONAL QUALIFICATION AND REGIONAL DEVELOPMENT: AN ANALYSIS AS FROM THE INSERTION OF THE INTERNATIONAL RELATIONS PROFESSIONAL IN THE NORTHERN PART OF RIO DE JANEIRO STATE

The growth of Brazilian middle cities reveals an urban restructuring process that is closely related to major development projects, which promote a redesign of the socioeconomic profile of different regions of the country. In this context, the Northern Region of Rio de Janeiro, once dedicated to sugarcane production, had its image rethought, in late twentieth century, due to the impacts of oil and gas industry. Multinational companies begin to demand a type of professional that lacked in the region. As a result, several institutions of higher education were created and the situation highlights a multifaceted professional who understands international issues and foreign trade operations: the bachelor in International Relations (IR). Candido Mendes University, the only one to offer the graduation course in IR in the Northern Region of Rio de Janeiro, fulfills an important role to train professionals able to work in large multinational suppliers of goods or providers of services to the oil industry. This research investigated the demands for higher education and regional development projects, focusing on the IR professional with regard to meeting the requirements of this market but also considering the quality criteria in the provision of such courses. As far as methodology is concerned, this work directs a literature review and an empirical effort to identify the profile of IR bachelors (2010 - 2013) in order to understand their integration into the labor market.

KEYWORDS: Northern Region of Rio de Janeiro. Oil industry. Labor market. Professional in International Relations.

LISTA DE FIGURA, GRÁFICOS, MAPAS E TABELA

Figura 1:	Perspectivas de crescimento da demanda mundial de energia primária	31
Gráfico 1:	Evolução das reservas de petróleo e estoque de capital para exploração e produção no Brasil.	33
Gráfico 2:	Expansão da oferta de cursos de graduação em Relações Internacionais (RI) no Brasil.	62
Mapa 1:	Regiões de Governo Divisão Político-Administrativa: Estado do Rio de Janeiro (2014).	26
Mapa 2:	Quantidade de cursos de graduação em Relações Internacionais (RI) por Estado da Federação	58
Mapa 3:	Proporção entre cursos de bacharelado em Relações Internacionais localizados em Regiões Metropolitanas e os do interior	61
Tabela 1 :		60

SUMÁRIO.

1:	INTRODUÇÃO.	15
2:	CONTEXTO REGIONAL: A RELAÇÃO ENTRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AS EXIGÊNCIAS PROFISSIONAIS NO NORTE FLUMINENSE.	21
2.1:	O CONCEITO DE REGIÃO PARA A ANÁLISE DO NORTE FLUMINENSE.	22
2.2:	CONTEXTO REGIONAL DO NORTE FLUMINENSE: DA CANA AO PETRÓLEO.	24
2.3:	A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E AS ATIVIDADES LOGÍSTICO-PORTUÁRIAS.	29
2.4:	O NOVO PERFIL PROFISSIONAL DA REGIÃO.	38
2.5:	DEMANDAS POR FORMAÇÃO PROFISSIONAL.	42
3:	O CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ASPECTOS HISTÓRICOS, DESENVOLVIMENTO NO BRASIL E SUA GÊNESE NA REGIÃO NORTE FLUMINENSE.	49
3.1:	A CRIAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS.	49
3.2:	A CRIAÇÃO DO PRIMEIRO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RI NO BRASIL.	52
3.3:	IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS (RI).	55
3.4:	IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS (RI).	59
3.5:	IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS (RI).	67
3.6:	O ENSINO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (RI) DE 2011 – 2014 .	72

3.7:	A IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RI NA UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES (CAMPUS CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ).	73
3.7.1:	Configuração atual da Instituição.	73
3.7.2:	Justificativa para a criação do curso de bacharelado em Relações Internacionais.	75
4:	A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO, A PETROBRAS E AS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO: UM MERCADO EM POTENCIAL PARA O PROFISSIONAL EGRESSO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS.	78
4.1:	ENTREVISTAS COM EGRESSOS DO BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UCAM CAMPOS.	80
4.1.1:	Metodologia e caracterização da entrevista.	80
4.1.2:	Caracterização da amostra.	80
4.1.3:	Análise dos resultados.	81
4.1.3.1:	Cidade de residência e cidade de trabalho.	81
4.1.3.2:	Atuação profissional.	83
4.1.3.3:	Competências para o mercado de trabalho.	86
4.2:	ENTREVISTAS COM MULTINACIONAIS DA REGIÃO NORTE FLUMINENSE.	89
4.2.1:	Metodologia e caracterização da entrevista.	89
4.2.2:	Identificação do perfil das empresas.	89
4.2.3:	Análise dos resultados.	89
5:	CONSIDERAÇÕES FINAIS.	91
6:	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	97
	APÊNDICE A: INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) SITUADAS NO NORTE FLUMINENSE .	103
	APÊNDICE B: INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) COM CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS.	106
	APÊNDICE C: PROTOCOLO DA PESQUISA COM EGRESSOS.	112
	APÊNDICE D: EMPRESAS CONTRATANTES DOS PROFISSIONAIS EGRESSOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (RI) PELA UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES DE CAMPOS DOS GOYTACAZES (UCAM – CAMPOS).	115
	APÊNDICE E: PROTOCOLO DA ENTREVISTA COM RECRUTADORES DE EMPRESAS FORNECEDORAS DE BENS E SERVIÇOS.	118

ANEXO A: DOCUMENTO “PADRÕES DE QUALIDADE PARA OS CURSOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS”.	119
ANEXO B: NOVA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES: CAMPUS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES,RJ: CÓDIGO: 0057:VÁLIDA A PARTIR DE 2012.1.	125

1: INTRODUÇÃO

A Região Norte Fluminense, por muito tempo vista e tratada como região açucareira, precisou, no final do século XX, ter a sua imagem repensada devido aos impactos sofridos por consequência da indústria do petróleo. Tais impactos vêm se intensificando, conforme corrobora Piquet (2013, p. 10): “O setor de petróleo e gás representa uma nova fronteira em expansão da economia brasileira graças às descobertas de jazidas localizadas nas camadas do pré-sal, que colocam o país em novo patamar no cenário mundial do petróleo”. É de crucial importância a observação de que há diferenças consideráveis quando se abordam os impactos da indústria do petróleo em escalas mundiais ou nacionais, quando comparados com os impactos locais. Nesse sentido, Piquet (apud Menezes, 2013, p. 239) assevera que “enquanto no primeiro caso as maiores preocupações se dão em relação às tensões geopolíticas do petróleo (...), as consequências locais para as populações das cidades que abrigam instalações produtoras são menos discutidas e evidenciadas”.

Nesse sentido, este trabalho parte de um recorte espacial em escala regional ao investigar os impactos que a economia capitalista de padrão globalizado (especificamente aquela ligada à indústria do petróleo) tem causado no Norte Fluminense com relação às demandas por profissionais com formação específica. No caso em estudo, analisou-se o papel que o profissional bacharel em Relações Internacionais pode desempenhar nesse nicho de mercado.

O processo de internacionalização pelo qual passa a economia brasileira nos anos 1990 abre as portas do país para a entrada crescente de empresas multinacionais. Ocorre que muitas delas, por questões políticas e/ou econômicas, não vão se instalar nas grandes capitais.

A interiorização da localização das companhias multinacionais suscita infinitos questionamentos à pesquisa em Planejamento Regional e Gestão de Cidades. A problemática que interessa a esta pesquisa diz respeito à qualificação de mão de obra para atender às mencionadas empresas na Região Norte Fluminense, em especial aquela que se incumbe dos processos afetos à importação e exportação de mercadorias e à contratação de mão de obra qualificada.

No contexto do ensino superior na Região Norte Fluminense, a Universidade Candido Mendes (UCAM) desempenha um papel de extrema importância. A instituição foi implantada desde 1975 no município de Campos dos Goytacazes com o propósito de contribuir para a redução das migrações do interior para a capital do Rio de Janeiro, motivadas pela busca de estudos por parte da população. A UCAM acompanhou a mudança de perfil sócio-econômico da Região criando cursos (graduação, pós-graduação e extensão) necessários à atuação profissional nesse complexo mercado que, embora esteja ligado a uma dinâmica internacional, não pode prescindir de capital humano.

Sendo assim, a Universidade Candido Mendez de Campos dos Goytacazes (UCAM – Campos) oferece, desde janeiro de 2007, o curso de bacharelado em Relações Internacionais. Trata-se de uma formação geral e humanística que possibilita a compreensão das questões internacionais no seu contexto político, econômico, histórico, geográfico, jurídico e social. Em outras palavras, é um curso multidisciplinar voltado para a concepção, o gerenciamento e a organização de atividades de interface intergovernamental.

O curso de Relações Internacionais (RI) da Universidade Candido Mendez de Campos dos Goytacazes (UCAM – Campos) está integralizado há pouco mais de quatro anos e suas disciplinas são voltadas para o comércio exterior, consoante a matriz curricular que compõem seu Projeto Pedagógico (2012). Há ex-alunos atuando no mercado na área de sua formação, especialmente na indústria de petróleo e gás ou ligados a questões de imigração.

Informações fornecidas pela Coordenação de Admissão e Registro da Universidade Candido Mendes – Campos mostram que são 100 egressos do curso de Relações Internacionais no período de 2010 (ano de conclusão da primeira turma) a 2014. Segundo o Centro de Práticas Empresariais (CENPRE) da Instituição, a maior parte dos discentes cursa estágio nos semestres finais e este acaba sendo convertido em emprego em muitos casos.

Empresas ligadas à Petrobras como Schlumberger, Baker Hughes, Oceaneering, Marfood, Schulz contam com estagiários e funcionários que concluíram seus estudos de graduação como internacionalistas na UCAM-Campos.

Considerando o exposto, este trabalho pretende analisar o impacto do curso de RI na Região Norte Fluminense com relação ao atendimento da demanda de profissional qualificado para atuar em empresas do segmento de petróleo e gás na Região Norte Fluminense. O campo empírico destaca a relação discente/egresso quanto à formação ofertada pela instituição e também sob o prisma do empresariado regional e multinacional que recebe este ex-aluno em suas companhias. Levando em conta que se trata de um curso ainda novo na Região, avaliou-se de que forma tal graduação contribui para o mercado e o que ainda escapa aos olhos do profissional da gestão educacional.

O objetivo central deste trabalho é analisar a relação entre a formação profissional e o desenvolvimento regional, com ênfase a uma formação específica do profissional de Relações Internacionais.

Para tratar do tema que ora se apresenta, este estudo tomou como objetivos específicos:

- a) analisar as demandas de mercado de trabalho na região em questão;
- b) traçar um histórico da oferta do curso de graduação em Relações Internacionais no Brasil, seu processo de interiorização como resposta às demandas de mercado e a iniciativa pioneira do curso da UCAM – Campos;
- c) identificar a atuação do profissional em RI a partir de uma visão comparada discente, docente e empresarial de atividades e setores de multinacionais, bem como por meio de um mapeamento das demandas por profissional deste tipo.

A hipótese central levada a cabo por esta pesquisa é a de que o crescimento exponencial da oferta de cursos de graduação em Relações Internacionais, observado no final dos anos 1990 e também no início do presente século, faz parte de uma dinâmica mais ampla que envolve o atendimento dos interesses das empresas ou corporações transnacionais, as quais desempenham um papel cada vez mais ativo no jogo de forças da regionalização. A geoeconomia das empresas

globais, que sobrepõem a lógica do Estado-nação, tem um poder atrativo e subjogador que tem determinado, até mesmo, o perfil e as matrizes curriculares de cursos de graduação. Nesse cenário, infelizmente o que se assiste é a uma escalada sem precedentes de cursos que são abertos com baixo nível de qualidade! E mais, o planejamento e a gestão de políticas públicas, que deveriam ser funções do Estado, acabam dando lugar, ao menos na seara educacional, a um jogo de estímulo-resposta levado a cabo pelas empresas transnacionais.

No que se refere à relevância do assunto, o propósito desta pesquisa resta justificado em três dimensões: social, acadêmica e individual. Quanto à relevância social, discutem-se aqui questões ligadas à empregabilidade e ao mercado. Empresas multinacionais se instalam na Região Norte Fluminense, numa velocidade intensa e a primeira (ou principal) consequência disso é a geração de empregos diretos e indiretos na indústria do petróleo, em empresas prestadoras de serviços à PETROBRAS e, a partir do século XXI, as demandas cresceram com a instalação do Complexo Portuário do Açú, no município de São João da Barra, área limítrofe a Campos. Sendo assim, este trabalho justifica-se por abordar tema de interesse social, de caráter regional e local.

No que diz respeito à relevância acadêmica do tema, o escopo desta pesquisa é inovador e se justifica pelo intuito de pensar a graduação em Relações Internacionais sob a ótica do Planejamento Regional e da Gestão de Cidades. Desta forma, será possível repensar a matriz curricular do curso de RI, bem como o envolvimento de alunos e (principalmente) ex-alunos em diversos projetos na Universidade. Importa observar que não existe nenhuma política de acompanhamento de egressos na Intituição. É mister que se ofereça um curso que não esteja desconectado com relação às demandas profissionais.

Sabe-se que o curso de Relações Internacionais é relativamente novo no Brasil, se comparado a carreiras consolidadas como o Direito, as Engenharias e a Medicina. O primeiro curso de RI foi criado no Brasil há 40 anos pela Universidade de Brasília (UnB). Sendo assim, nota-se que o curso de RI, apesar de consolidado, ainda carece de reconhecimento social, em especial no interior do Estado do Rio de Janeiro, onde as possíveis contratantes e a sociedade local ainda desconhecem os objetivos da formação em Relações Internacionais.

Apresenta-se também uma justificativa individual. Por ser egresso da primeira turma de Relações Internacionais da Candido Mendes e tendo vivenciado os primeiros passos no percurso da integralização e do reconhecimento do curso, bem como, neste momento compôr o corpo docente, ministrando disciplinas ligadas à História e Teoria das Relações Internacionais e Metodologia da Pesquisa, busco atuar de forma participativa junto à Coordenação Acadêmica com propostas de iniciação científica, orientações de trabalhos de conclusão de curso e organização de viagens acadêmicas ao exterior. Sendo assim, fica clara a motivação para o tema desta pesquisa, assunto com o qual este pesquisador lida diariamente em sua jornada de trabalho.

Para o desenvolvimento deste trabalho, as principais fontes utilizadas foram bibliográficas, periódicas e institucionais. No primeiro grupo, estão livros que tratam da temática da região, do perfil sócio-econômico do Norte Fluminense e da formação profissional em Relações Internacionais. Os principais são de autoria de Piquet (2003; 2007; 2011; 2013), Cruz (2007) e Lessa (2005). No segundo grupo, estão artigos de revistas especializadas que cuidam do conceito geográfico de região, do novo perfil profissional da Região Norte Fluminense e da discussão de interface entre nacionalismo, regionalismo e globalismo. São os trabalhos de Haesbaert (2005), Ianni (2012), Gomes e Oliveira (2006), Faria e Quelhas (2005). No terceiro grupo, encontram-se informações obtidas em sites como o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), portal do Ministério da Educação (e-MEC) e páginas virtuais de algumas Instituições de Ensino Superior que oferecem o curso de graduação em Relações Internacionais.

Para o desenvolvimento dos dois primeiros capítulos, foi feita a leitura das fontes bibliográficas, periódicas e institucionais para posterior discussão teórica sobre o desenvolvimento regional e a formação profissional de nível superior. Para a construção do terceiro capítulo (Mercado potencial para o profissional de RI), foram realizados questionários com egressos do curso de Relações Internacionais da UCAM – Campos de 2010 a 2013, bem como entrevistas em algumas empresas multinacionais nos municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé.

Dessa maneira, após a Introdução, o trabalho se encontra dividido em três capítulos. O segundo trata do perfil da Região Norte Fluminense. Apresenta um breve histórico da região: da cana de açúcar à indústria do petróleo. Discute o novo

perfil profissional nessa indústria e em atividades logístico-portuárias. O terceiro capítulo traz uma visão ampla acerca do curso de graduação em Relações Internacionais. Discute desde a criação do primeiro curso no mundo, em 1919, passando pela sua gênese no Brasil, a interiorização da sua oferta a partir de 2002 e analisando, ao final, a implementação do curso de RI na UCAM-Campos. Por fim, o quarto capítulo apresenta um estudo de caso, investigando o perfil do egresso do curso de RI da UCAM-Campos e das empresas contratantes de forma a estudar o mercado em potencial para esse egresso. Em outras palavras, perscruta o leque de possibilidades que se abre para o formando bem qualificado. Sendo assim, cuida do destino real que tiveram os primeiros egressos do curso em comento. Aborda a recepção que tiveram esses ex-alunos ao buscar a aplicação do instrumental teórico na lida cotidiana de atividades ligadas ao comércio exterior.

2: CONTEXTO REGIONAL: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AS EXIGÊNCIAS PROFISSIONAIS NO NORTE FLUMINENSE

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 inovou quando trouxe como entes da federação a União, os Estados e os Municípios. Esses últimos foram, na atual Lei Maior, elevados a categoria de entes federativos assegurados pelo princípio constitucional da “autonomia municipal” (artigo 34, VII, CFRB).

Segundo Pedro Lenza (2014), os Municípios configuram entes autônomos que possuem como características principais *auto-organização* (por meio de Lei Orgânica, conforme art. 29, *caput*, CFRB), *autogoverno* (elege, diretamente, Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, consoante incisos do mesmo artigo), *autoadministração* e *autolegislação* (art. 30, CFRB).

No entanto, existem outras divisões dos territórios brasileiros. Para fins de planejamento, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE acrescenta mesorregiões e microrregiões. Conforme o IBGE (2015), “o caráter intrínseco da revisão da Divisão Regional do Brasil refere-se a um conjunto de determinações econômicas, sociais e políticas que dizem respeito à totalidade da organização do espaço nacional”. O Instituto comenta que, no caso brasileiro, tal divisão é “referendada pela forma desigual como vem se processando o desenvolvimento das forças produtivas em suas interações como o quadro natural”.

A mesorregião é, portanto, uma unidade de planejamento político-administrativo. Trata-se de uma subdivisão dos estados brasileiros que congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais que, por sua vez, são subdivididas em microrregiões. Sendo assim, as referidas divisões não constituem entidades políticas ou administrativas.

Segundo a definição do IBGE (2014), a aplicabilidade dessa metodologia é:

Elaboração de políticas públicas; subsidiar o sistema de decisões quanto à localização de atividades econômicas, sociais e tributárias; subsidiar o planejamento, estudos e identificação das estruturas espaciais de regiões metropolitanas e outras formas de aglomerações urbanas e rurais.

Posto isso, é mister discutir o conceito de *região*, na medida em que este trabalho trata da relação entre desenvolvimento regional e as exigências profissionais para a inserção no mercado de trabalho do Norte Fluminense (NF) através do estudo de caso do curso de RI da UCAM-Campos.

2.1: O CONCEITO DE REGIÃO PARA A ANÁLISE DO NORTE FLUMINENSE

Conceito de ampla centralidade nas discussões ao longo de todo o pensamento geográfico, a ideia de *região* envolve recorte espacial em múltiplas escalas (HAESBAERT, 2005). A problemática da região traz consigo outra questão de relevo: os processos de regionalização, os quais se constituem em efetivo instrumento de intervenção no território objetivando a redução das desigualdades regionais (BORGES LEMOS, 2007). Nesse sentido, Borges Lemos (2007, p. 175) comenta que “a regionalização deve contemplar um conjunto de escalas territoriais subnacionais visando a dar consistência à multiplicidade de políticas públicas de intervenção sobre o território”.

Voltando ao conceito de região, cumpre-nos destacar duas observações, feitas por Haesbaert, as quais se encontram no cerne da interface entre demandas por formação profissional e o atual perfil do Norte Fluminense.

Em primeiro lugar, região e regionalização se caracterizam a partir da produção do espaço:

a) pela interação entre sociedade e natureza; b) pelas relações sociais concretas, desiguais e contraditórias, que se travam no embate entre múltiplas classes sociais [...]; e c) pelo jogo de representações espaciais e ideologias regionais que fomentam o reconhecimento ou mesmo a criação de regiões e movimentos políticos de base territorial-regional. (HAESBAERT, 2005, p. 5)

No que se refere à região enquanto espaço construído pelas relações sociais desiguais e contraditórias, este trabalho problematiza ao analisar o espaço voltado à formação profissional de nível superior como um resultado entre as forças das grandes empresas e o papel que desempenha (ou deveria desempenhar) o Estado. Se, por um lado, as transnacionais revelam-se forças centrípetas na definição do capitalismo contemporâneo, por outro lado, é indiscutível que, sob diversos aspectos, o Estado se retrai e permite que tais corporações se apoderem da região, sobretudo pelo prisma das políticas de educação.

O segundo ponto, à luz de Haesbaert, que interessa a esse trabalho é a temática das “mortes” e “ressurreições” do conceito de região, o que descortina as suas idas e vindas ao longo do pensamento geográfico. Poderíamos, grosso modo, sintetizar que o autor afirma que se decretou a “morte” da região em três distintos momentos em Geografia. O primeiro se refere ao neopositivismo (anos 1950 – 1960) por meio do qual geógrafos quantitativistas rechaçam a ideia de “região” por acusá-la de priorizar o único, o excepcional, obstruindo a criação de leis universais. A segunda morte surge com a Geografia Crítica de fundamentação marxista, quando a “região” ou é encarada como um “conceito-obstáculo” (LACOSTE, 1975 *apud* HAESBAERT, 2005) ou, numa posição intermediária (MARKUSEN, 1981 *apud* HAESBAERT, 2005), é preterida e prefere-se trabalhar com processos sociais como o regionalismo a fim de fugir a uma reificação do espaço. Por fim, a terceira “morte” da região foi observada nos anos 1990 por teóricos globalistas ou pós-modernistas que acreditam que o discurso das redes faria desaparecer as regiões a partir de um processo homogeneizador das especificidades.

Ora, a última “morte” da região, conforme apresentada acima, será utilizada no último capítulo deste trabalho para discutir de que forma o aumento da oferta de cursos de graduação em Relações Internacionais a partir do ano de 1998 está relacionado a um processo (de interiorização das demandas por formação) que não está necessariamente acoplado a um projeto de desenvolvimento regional.

Nesta pesquisa, a região é abordada, de acordo com Cruz (2007, p. 11), como “uma construção social material e simbólica”. A compreensão da região como expressão da heterogeneidade e diferenciação territoriais decorrentes da espacialização do desenvolvimento capitalista permite analisar o processo de interiorização da oferta do curso de graduação em RI como um estudo de caso na

questão da formação profissional de nível superior como exigência de mercado no Norte Fluminense.

Sendo assim, a região pode ser vista como um espaço de dominação, onde frações do capital controlam as condições de reprodução locais, uma região econômica e política (Cruz, 2007). Todavia, a região, para existir, também necessita do reconhecimento e da legitimação. É necessário, pois, a existência de uma identidade referenciada no território.

O jogo das forças sociais assume sentidos e significados diversos no contexto regional. Conforme afirma Vainer (1996, p. 21), “região é um padrão de reprodução da relação de dominação para dentro (da região) e para fora, ou, em outras palavras, uma forma de articulação dos grupos dominantes em nível regional e destes com os grupos dominantes em nível nacional”.

No que se refere à Região Norte Fluminense e à oferta de serviços educacionais, é possível identificar o reconhecimento de diferenciação e particularidade. Piquet, Givisiez e Oliveira (2006, p. 39) observam que “ao longo do século XX uma sólida estrutura educacional e de formação profissional é constituída na região Norte Fluminense, centrada na cidade de Campos dos Goytacazes”. Os autores (2006) comentam as interações entre o setor educacional e a economia local:

Como o setor educacional polariza a demanda não apenas das cidades próximas como também do sul do Espírito Santo, dos municípios fronteiriços de Minas Gerais, atingindo até o sul da Bahia, a atividade exerce um efeito multiplicador em outros setores da economia local tais como alojamento, alimentação, além de serviços médicos e odontológicos. (p.39 – 40)

Passemos, então, a caracterização da Região Norte Fluminense: um breve histórico, sua reestruturação espacial e econômica, o novo perfil profissional exigido por empresas multinacionais da região e, por conseguinte, suas demandas por formação profissional.

2.2: CONTEXTO REGIONAL DO NORTE FLUMINENSE: DA CANA AO PETRÓLEO

O Estado do Rio de Janeiro (ERJ) é composto por 92 municípios distribuídos em oito regiões de governo: Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense,

Serrana, Baixadas Litorâneas, Médio Paraíba, Centro-Sul Fluminense e Costa Verde. Tal divisão pode ser observada no mapa 2. Na atual divisão do Estado, os municípios de Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito e Maricá, antes pertencentes à Região das Baixadas Litorâneas, passaram a compor a Região Metropolitana (CEPERJ, 2014).

Integram, pela metodologia da Fundação CIDE, a Região Norte Fluminense os municípios de Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra (SEBRAE, 2011, p. 3-4).

O município de Campos dos Goytacazes, referencial na região, conta, segundo dados do IBGE (2010), com uma população de mais de 463 mil habitantes. A Região Norte Fluminense apresentou, entre 2000 e 2010, crescimento demográfico de 25,86%, enquanto o Estado do Rio de Janeiro teve crescimento de 11,13% (IBGE, 2011).

Quanto ao perfil econômico do Estado, é interessante o apontamento de Angela Penalva Santos (2006) sobre a singular característica de a economia fluminense estar influenciada pelo fato de o Rio de Janeiro ter sido, por quase duzentos anos (1763 – 1969), a capital do país. A autora comenta que, não obstante esse fato, a centralidade do Estado do Rio de Janeiro não lhe permitiu tornar-se o núcleo principal da industrialização, papel que coube a São Paulo como “locomotiva” da indústria.



Mapa 1: Regiões de Governo Divisão Político-Administrativa: Estado do Rio de Janeiro (2014)
Fonte: CEPERJ (2014)

A anterior capital do país, Salvador, foi por muito tempo o centro das decisões do Brasil Colônia especialmente se levarmos em conta o período em que a economia açucareira foi a atividade de maior destaque. A transferência da capital para o Rio de Janeiro se dá num contexto de uma nova realidade, quando a atividade mineradora na Região Sudeste cresce aos olhos da Coroa. No século XIX, o Estado do Rio de Janeiro consolida a sua importância política, mais especificamente no jogo das tensões do Brasil Imperial.

Sobre a histórica econômica da Região Sudeste, explica Alcimar Ribeiro (2010) que:

A mineração possibilitou a fundação de inúmeros centros urbanos em Minas, São Paulo e o Rio de Janeiro, que se tornou o principal porto e a mais ativa cidade do País. Entretanto, encerrada a mineração, tecnicamente precária, com o esgotamento das lavras nos primeiros anos do século XIX, a população teria que voltar-se para as atividades agropecuárias. Os núcleos mineradores que haviam constituído um pólo de atração formidável passaram a ser centros irradiadores.(p.13).

Em seus apontamentos acerca do espaço fundiário no ERJ nas últimas décadas do século XX, Alcimar Ribeiro (2010) destaca que, segundo o IBGE, o censo agropecuário revela, já em 1996, uma redução de 41% na quantidade de estabelecimentos em comparação à década anterior. Do mesmo modo, o autor comenta a redução de 27% da área total em hectare desses estabelecimentos.

Posto isso, vale ressaltar que o Norte Fluminense, até os anos 1970, manteve sua estrutura de base primária devido à plantação de cana de açúcar. O Município de Campos dos Goytacazes tem, até a atualidade, marcas desse período espalhadas tanto em seu território (como as antigas usinas) quanto em seu aspecto simbólico-cultural.

Não causam assombro notícias de jornais da cidade¹ que discutem a retirada da estátua do Índio Goytacá da entrada da cidade no trevo do contorno da BR 101 e a colocação de estrutura, com formato de uma plataforma, que remete à exploração de petróleo e os novos tempos vivenciados pela região.

No que se refere ao contexto local, a Região Norte Fluminense (NF) aponta para uma intensa e contínua implantação de empresas multinacionais atuando no ramo da exploração e produção de petróleo e gás, desde a década de 1980, e na qual outros empreendimentos vultosos têm se instalado, após 2007, como o Complexo Portuário do Açú e o Complexo Logístico Farol – Barra do Furado, ainda em fase embrionária.

Ao investigar as principais mudanças ocorridas na região nos últimos trinta anos do século XX, Piquet, Givisiez e Oliveira (2006) apontam que:

O Norte Fluminense, espaço regional de secular base primário-exportadora definido pela agroindústria açucareira, desde os anos 1970 até o início dos anos 1990 é tratado como “região-problema”, uma vez que sua economia apresentava-se estagnada, com alto grau de desemprego sazonal que se fazia acompanhar por um processo de deslocamento do trabalhador rural para a periferia das cidades da região. (p.40).

A estagnação que caracterizou a região no período em questão está intimamente relacionada à “vocação regional”, temática cara ao Planejamento Urbano e Regional. Nesse ínterim, é impossível não trazer à baila a noção de

¹ São exemplos os textos Disponíveis em: <<http://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2013/05/abandonada-ha-7-anos-estatua-de-indio-em-campos-rj-sera-destruida.html> e http://www.jornalterceiravia.com.br/caderno_vida/caderno_cultural/66305/estatua-do-indio-goytaca-esta-abandonada-ha-dez-anos-em-campos>. Acesso em: 14 jan. 2015.

regionalismo, apresentado tanto por Cruz (2007, p. 19) quanto por Piquet, Givisiez e Oliveira (2006, p. 41) como um movimento de reivindicação de tratamento diferenciado a um determinado espaço territorial.

Nesse sentido, Delma Pessanha Neves (2006) alerta, à luz de Bourdieu, que as representações associadas ao termo Norte Fluminense utilizam critérios como atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento, nos quais os agentes investem seus interesses e pressupostos.

Quanto à utilização do termo “Norte Fluminense”, Neves afirma que até a década de 1950 em raríssimas ocasiões ele era utilizado para qualificar uma região. A autora discorre que “a luta pelo reconhecimento de similaridades dos problemas e soluções enfrentadas pela população que habita o norte do Estado do Rio, mas também o sul do Espírito Santo, tem uma profundidade no tempo” (2006, p. 10). No que tange à reivindicação de um tratamento diferenciado, Neves (2006) argumenta que:

Ela [a Região Norte Fluminense] fora pensada por referência e contraposição às mais diversas regiões introduzidas nos sistemas classificatórios para demonstrar a obtenção de maior atenção por parte dos gestores do Estado, isto é, por serem objetos de redistribuições, em termos relativos, privilegiadas. (p. 26)

A denominação Norte Fluminense só foi reconhecida pelo IBGE no Censo Agropecuário de 1975. Em 1980, o Instituto utilizou a denominação de mesorregião Norte Fluminense para essa área, mantendo as mesmas divisões de microrregiões anteriores.

Os anos 1970 trouxeram acontecimentos que mudaram profundamente a dinâmica das economias capitalistas e, conseqüentemente, impulsionaram uma reestruturação econômica e produtiva do Norte Fluminense. O primeiro choque do petróleo, em 1973/1974, leva os Estados a intensificarem políticas de investimentos em exploração e produção de petróleo e gás. É nesse período que boa parte das usinas do Norte Fluminense é comprada por empresários externos à região, mais interessados em adquirir quotas de produção do que as instalações industriais propriamente ditas, a maioria já ultrapassada (PIQUET, 2003).

Em 1978, a Petróleo Brasileiro S.A. toma a cidade de Macaé como base de operações das atividades de prospecção e produção de petróleo. Inicia-se, então,

um novo ciclo econômico regional, que tem por base toda uma cadeia ligada à exploração de petróleo.

Nos anos 1980, a crise se agrava com as altas taxas de juros internacionais e a escalada da inflação. Neste ínterim, o processo de reestruturação produtiva do país propicia novas articulações e desarticulações nos espaços regionais brasileiros. Terra, Oliveira e Givisiez (2012) observam que:

É nesse contexto que o Norte Fluminense se insere numa nova dinâmica econômica, não mais comandada pela indústria sucroalcooleira, mas pela exploração e produção de petróleo e gás, atividade estratégica para o país e que envolve o domínio de tecnologia de ponta. (p.320).

A conjuntura de estagnação dos anos 1980 e, principalmente, o processo de abertura que se inicia nos anos 1990 demandam mudanças radicais nas tendências no desenvolvimento de um parque industrial no país. O mercado que se relaciona à indústria do petróleo se confronta com as limitações econômico-financeiras das empresas estatais, bem como a necessidade de financiamentos externos e a falta de capacidade técnica e gerencial dos principais estaleiros nacionais (PIQUET e OLIVEIRA, 2007).

No cenário do Norte Fluminense, a atividade petrolífera mudou significativamente a hierarquia dos municípios. Macaé transformou-se num centro dinâmico, atraindo migrantes e intensificando o fluxo pendular entre os residentes dos municípios próximos devido à oferta de postos de trabalho mais bem remunerados. Nesse sentido, Piquet (2003, p. 228) comenta que “Macaé [...] hoje ostenta um vigor diretamente relacionado às atividades de extração, produção e logística do petróleo, que a situa entre as cidades de melhor relação entre postos de trabalho e tamanho de população do estado”.

Quanto às marcas deixadas pela atividade petrolífera, Piquet as entende como “irreversíveis na paisagem econômica, social e ambiental dos territórios onde se desenvolveu” (2011, p. 39). A autora discorre acerca de mudanças na estrutura populacional, no emprego, na organização do território, no quadro político e, até mesmo, mudanças culturais.

2.3: A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E AS ATIVIDADES LOGÍSTICO-PORTUÁRIAS

Conforme dito anteriormente, o objetivo principal deste trabalho é investigar a temática do desenvolvimento regional no Norte Fluminense quanto à formação profissional de nível superior a partir da inserção do profissional de Relações Internacionais no mercado de trabalho da região. Sendo assim, é preciso perscrutar as características desse mercado e as atividades a ele inerentes. Compreender o funcionamento e as especificidades da indústria do petróleo e suas atividades de suporte é exercício basilar para desvendar o campo de atuação em potencial para os egressos de graduação em Relações Internacionais. Dessa forma, será possível discutir acerca de políticas setoriais de educação (ou a ausência delas) no que se refere a diretrizes curriculares ou parâmetros mínimos para a existência do bacharelado em questão.

É sabido que a Região Norte Fluminense vem passando, há trinta anos, por um profundo processo de reestruturação espacial e econômica. O mercado que encabeça a referida mudança é aquele ligado à indústria do petróleo, a qual possui implicações em diversas escalas: internacional, nacional, regional e, sobretudo, local.

Ressalte-se que a economia petrolífera está contida numa dinâmica bem mais ampla, que é a questão energética. Por mais óbvio que possa parecer, a distribuição desigual das fontes energéticas no planeta tem profundas consequências geopolíticas e econômicas. Segundo Helder Pinto Júnior (2007, p. 2), desde a segunda Revolução Industrial, “ter acesso à energia passou a ser sinônimo de progresso, desenvolvimento econômico e social e bem-estar; ao passo que não ter acesso a ela passou a representar o atraso, a pobreza e o desconforto”. A questão energética configura-se em relevante temática geopolítica que condiciona o desenho de forças no cenário internacional.

Do ponto de vista da Física, a energia se apresenta como uma propriedade da matéria que se manifesta de diversas formas: mecânica, térmica, química, elétrica, etc. Por esse motivo, Pinto Júnior explica que, para satisfazer a necessidades humanas, é necessário realizar uma conversão de fontes energéticas ou, em outras palavras, as fontes primárias de energia precisam passar por processos de transformação em fontes secundárias (ou derivadas).

Posto isso, denominamos “setor energético” a um “conjunto de atividades envolvidas na produção, transformação, estocagem, transporte, distribuição e

comercialização de energia” (PINTO JÚNIOR, 2007, p. 4). Sendo assim, trata-se de um conjunto heterogêneo que reúne várias cadeias distintas com fronteiras muito nítidas. Como consequência, tem-se o fato de que a concorrência entre energéticos se dá num contexto limitado e restrito, uma vez que substituir a fonte energética significa trocar os equipamentos envolvidos, o que requer investimentos de longo prazo.

A análise da estrutura das demandas por fontes primárias de energia (Figura 1) nos permite compreender os desafios que a humanidade ainda enfrentará nos anos futuros. Nessa estrutura, o petróleo e outros combustíveis fósseis têm um peso significativo e as previsões não são muito animadoras.

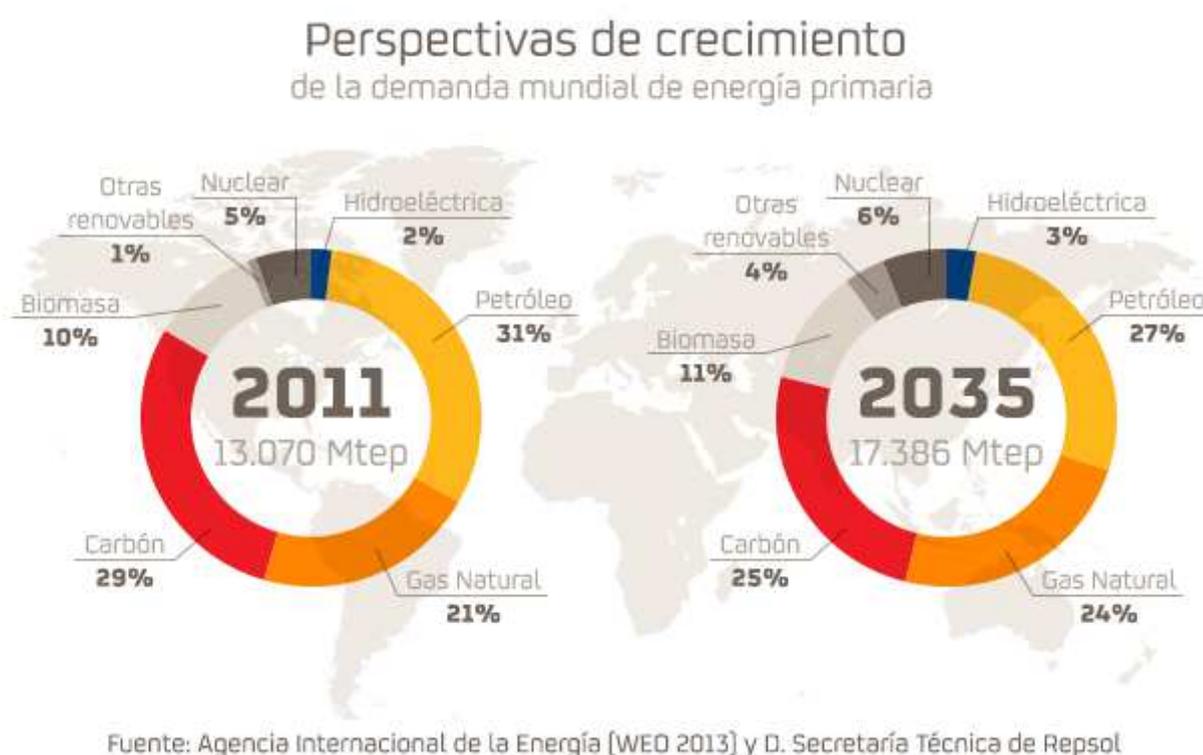


Figura 1: Perspectivas de crecimiento da demanda mundial de energia primária
Fonte: Agencia Internacional de la Energía (AIE; REPSOL, 2015)

Na figura, salta aos olhos a informação de que, na atualidade, o petróleo se constitui na fonte energética mais utilizada (31%). Não se esperam grandes mudanças para os próximos anos. Embora a previsão da Agência Internacional de Energia revele uma contração da participação do petróleo na matriz, ele continuará a

ocupar o primeiro lugar do ranking e o gás natural deve apresentar um pequeno aumento.

No que se refere à indústria do petróleo, os trabalhos de Rosélia Piquet (2007, 2011, 2012, 2013) constituem importantes referenciais para analisar as externalidades negativas produzidas nas regiões que abrigam os investimentos ligados a tal fonte energética. A autora evidencia que os estudos nessa área quase sempre voltam-se para questões geopolíticas, econômicas ou técnicas, mas escassa é a literatura que versa sobre os impactos locais desses grandes empreendimentos. Nesse sentido, Piquet (2012) pondera que, no âmbito nacional, a indústria do petróleo não pode ser considerada um enclave, visto se tratar de um verdadeiro motor de desenvolvimento. Todavia, em nível local, é sim possível, caso não sejam estabelecidos rigorosos critérios de controle, falar em enclave.

Quanto à análise da importância da indústria do petróleo no cenário nacional, Pinto Júnior (2007) destaca, de forma esquemática, cinco principais dimensões: a) macroeconômica – a questão energética envolve aspectos relevantes quando se considera o comércio internacional, as escalas dos empreendimentos, os preços que afetam a inflação, entre outros; b) microeconômica – reporta-se aos mercados com barreira à entrada e aos mercados regulados; c) tecnológica – esta dimensão se refere à indissociabilidade do binômio energia-tecnologia; d) política internacional – devido à distribuição desigual dos recursos energéticos existentes na natureza, o controle das reservas de petróleo torna-se questão de intrincada e complexa estratégia comercial e geopolítica; e e) ambiental – cuida dos impactos ambientais causados pela emissão de poluentes e a repercussão das restrições originadas por essa preocupação nos custos de produção e na precificação da energia.

Para melhor compreender a indústria do petróleo, faz-se indispensável caracterizar os segmentos dessa cadeia produtiva e apontar, ainda que resumidamente, um histórico da evolução do setor na economia brasileira.

Para fins analíticos, Piquet (2012) explica que:

A indústria do petróleo divide-se em dois segmentos principais: *upstream* ou montante, e *downstream* ou jusante. O primeiro inclui as fases de exploração, desenvolvimento e produção, em que o papel central é exercido pelas petroleiras (*oil companies*), grandes empresas que detêm o capital e contratam de outras empresas altamente especializadas os serviços de sísmica, perfuração e produção. O segundo segmento compreende as etapas de transporte, refino e distribuição. (p.148)

Nas fases de exploração e produção de petróleo, há um elevadíssimo risco, porquanto se sabe da incerteza quanto à rentabilidade/viabilidade das jazidas. Por esse motivo, um grupo seletivo e pequeno de empresas tem capacidade de atuação. É o caso da Shell, da Exxon e da Petrobras. Quanto aos serviços contratados mencionados por Piquet, trata-se de um universo tecnologicamente complexo, “composto de uma miríade de produtos e serviços demandados que vão desde equipamentos e peças de alta tecnologia até os de confecção relativamente simples, passando pelos serviços de baixa qualificação e pelos de difícil importação” (PIQUET e TERRA, 2011, p. 15). Isso justifica as oportunidades para pequenas e médias empresas de âmbito local.

No que diz respeito ao desempenho recente e aos desafios futuros da indústria do petróleo, André Albuquerque Sant’Anna (2010) explica que, após ser afetado pelos choques do petróleo em 1973 e 1979, o Brasil buscou reduzir a sua exposição a variações no preço internacional do petróleo tanto pelo investimento em fontes alternativas, como o etanol, quanto pela ampliação da disponibilidade do óleo nacional. Essa última pode ser observada no gráfico abaixo.

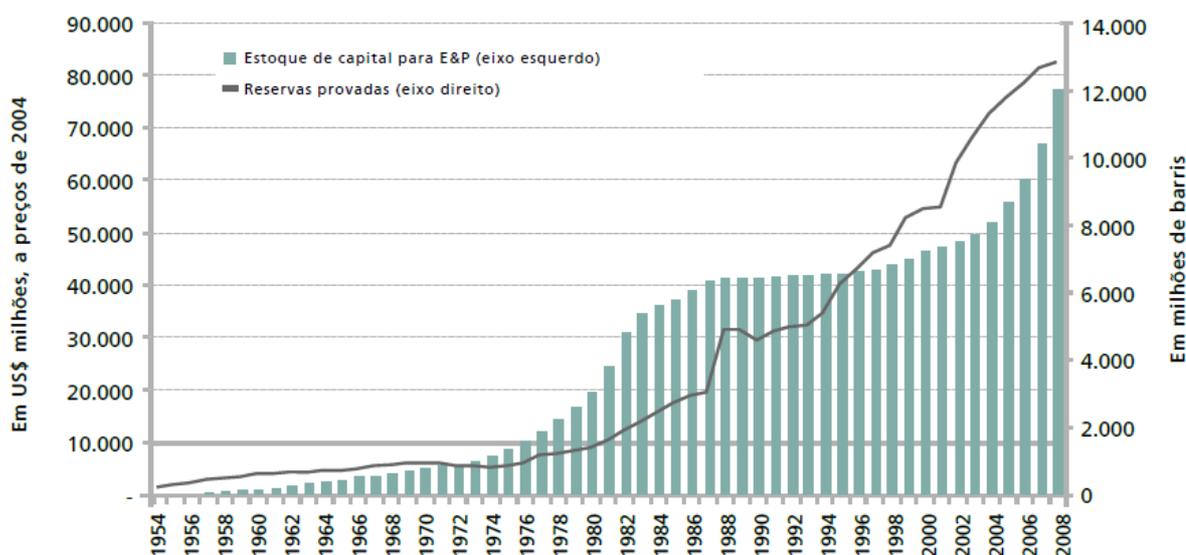


Gráfico 1: Evolução das reservas de petróleo e estoque de capital para exploração e produção no Brasil

Fonte: Sant’anna (2010).

Observando o gráfico, é possível notar a descoberta de novas reservas no início dos anos 1980 e em meados dos anos 2000, momentos em que também houve significativa expansão no estoque de capital para E&P, tendo em vista que se trata de atividades que requerem uma intensa inversão de capitais, especialmente no caso brasileiro, onde as reservas se encontram em águas profundas e ultraprofundas.

Comenta Sant'Anna (2010) que os principais desafios futuros para a referida indústria dizem respeito aos arranjos institucionais quanto às regras de exploração das novas reservas de petróleo na camada do pré-sal bem como o desenvolvimento da capacidade de inovação e ampliação da qualidade média da mão de obra que atenderá a esse mercado cada vez mais complexo e exigente.

É cediço que a indústria do petróleo atrai para a região em que se instala diversas outras atividades a ela relacionadas. Na Região Norte Fluminense, o setor petrolífero age como força centrípeta, induzindo a fixação de uma verdadeira cadeia logístico-portuária e de serviços.

Para López e Poole (1998), o termo “cadeia” é utilizado para descrever uma série ordenada de atividades de valor agregado e, de modo similar, o termo “cadeia logística” refere-se a uma sequência de atividades (físicas ou de outro tipo) que tornam os produtos disponíveis ao consumidor final. Já o termo “cadeia logístico-portuária”, segundo os autores, diz respeito às atividades logísticas realizadas nos portos e associadas com a interface terra-mar.

Um estudo de Hasenclever e Fauré (2005) já alertava que as plataformas de Campos geravam cerca de 7 mil empregos diretos e 20 mil indiretos, controlados por mais de quatrocentas empresas da indústria de serviços de apoio às operações de exploração e produção de petróleo. Frisa-se que o trabalho já tem uma década e, à época, o Complexo Logístico Industrial do Porto do Açu ainda não era uma realidade.

A coordenação do curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Candido Mendes (2006) elaborou, durante o período de preparação para a sua criação, um cadastro que demonstrou que o crescimento populacional da Região não se deve mais a outras atividades que não à da vinda de grandes empresas para região, ao identificar mais de 820 multinacionais atuando desde o sul do Estado do Espírito Santo até a Região dos Lagos no Estado do Rio de Janeiro.

Trabalhos de campo realizados por Piquet (2004) objetivaram identificar o perfil empresarial da Região Norte Fluminense. Um conjunto de 28 entrevistas foi feito com empresários e executivos com o escopo de mapear percepções e modo de atuar em relação à região. A pesquisadora pôde classificar as empresas percorridas em três grupos distintos: a) transnacionais; b) fornecedoras locais ao setor petrolífero; e c) não-vinculadas (diretamente) ao setor.

No primeiro grupo, encontram-se grandes e tradicionais empresas, que atuam como fornecedoras diretas de serviços altamente especializados às petroleiras que atuam na Bacia de Campos. Possuem, em média, mais de 50 mil empregados no mundo e 500 na região. Utilizam equipamentos de ponta e mão de obra mais especializada importados. Todos possuem certificação ISO-9000, mas apenas algumas apresentam a ISO-14000. A força de trabalho empregada nessas corporações dispõe, em sua totalidade, de Ensino Médio completo, com as funções subalternas (limpeza e segurança) entregues a empresas terceirizadas.

O segundo grupo, segundo Piquet, é constituído por empresas regionais concentradas em Macaé, que se relacionam diretamente com as petroleiras ou com as transnacionais do setor a partir do fornecimento de equipamentos e serviços de baixa tecnologia (serviços de caldeiraria, abastecimento alimentar das plataformas, pintura industrial, entre outras). São administradas profissionalmente, com poucas certificações ISO-9000. Apresentam quadro de pessoal reduzido, com qualificação mínima de Ensino Fundamental completo.

O terceiro grupo é o que apresenta maior heterogeneidade: constitui-se de empresas de engenharia civil, extrativa mineral, transporte de combustível, alimentar, material de construção, confecção feminina e usinas açucareiras. Trata-se de empresas familiares, as quais não adotam as práticas administrativas modernas. Possui mão de obra com baixa exigência de qualificação e nenhuma apresenta as qualificações ISO 14000 ou 9000.

Quanto à relação com a região, Piquet observou que as empresas do primeiro grupo se identificam como portadoras do progresso da região, reconhecem as administrações públicas locais com ineficientes, não realizam trabalhos sociais (na medida em que “pagam impostos”) e desconhecem a OMPETRO. Já as empresas do segundo grupo consideram que cumprem seu papel, tendo em vista que geram empregos e pagam impostos. Não participam de programas sociais, uma vez que os

consideram tarefa exclusiva do setor público. Por sua vez, quanto às não vinculadas, Piquet observou a baixa autoestima dessas empresas familiares, as quais apresentaram respostas erráticas e se definem como “individualistas”.

Tendo caracterizado a indústria do petróleo e suas atividades de apoio, é importante, por fim, salientar outro aspecto caracterizador da Região Norte Fluminense a partir da última década: o empreendimento do Porto do Açú. Construído no município de São João da Barra inicialmente como um projeto do empresário Eike Batista em 2007, o porto mais caro da América Latina ficou pronto, segundo notícias do Estadão e da Revista Época², no mês de abril de 2015. O Porto tem como propósito integrar as atividades de petróleo, logística e commodities. Atualmente é controlado pelas companhias Prumo Logística S.A. e Anglo American.

Sobre o referido investimento portuário, Matta e Lira (2014, p. 8–9) ressaltam que “o Complexo Logístico do Porto do Açú é um empreendimento com previsão de investimento de R\$ 40 bilhões (LLX, 2013) na construção de dois terminais, um *offshore* e outro *onshore* para exportação de minério de ferro e outros produtos”. Os autores ponderam que os empreendimentos da região requerem uma demanda de mão de obra especializada, assim como também alavancam o crescimento em outros setores, como o da construção civil.

No contexto territorial fluminense, o Porto do Açú contribuiu para uma reestruturação espacial, econômica e social. Até meados dos anos 2000, o Estado do Rio de Janeiro contava com quatro portos públicos administrados pela União (no caso, por meio da Companhia Docas do Rio de Janeiro): Porto do Rio de Janeiro, Porto de Niterói, Porto de Itaguaí e Porto de Angra dos Reis. Há ainda um que fora municipalizado nos anos 1980: o Porto do Forno, localizado na Praia dos Anjos, município de Arraial do Cabo. Nenhum investimento portuário existia na Região Norte Fluminense.

A existência de um empreendimento do patamar do Porto do Açú na referida região suscita entre os especialistas em Planejamento Urbano e Regional um questionamento que Rosélia Piquet (2013) resume da seguinte forma:

² Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,apos-7-anos-porto-do-acu-fica-pronto-em-abril-mas-so-10-da-area-esta-ocupada,1628234>>. Acessado em: 14 jan. 2015; e disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Resultados/noticia/2015/02/apos-7-anos-porto-do-acu-fica-pronto-em-abril.html>>. Acesso em 14 jan. 2015.

Com a implantação desse Complexo, novas expectativas se abrem quanto ao desenvolvimento do Norte Fluminense, cabendo analisar, portanto, se esse megaempreendimento representará, em algum momento, uma relação de complementaridade com a região ou se se trata apenas de um apêndice de circulação de cargas que satisfaz, prioritariamente, as necessidades de abastecimento de empresas globalizadas. (p.374).

Em suma, o que se questiona é se o referido Porto servirá como vetor de crescimento para a Região Norte Fluminense ou se se configurará num elo afeto à logística internacional de distribuição e transporte de cargas, ignorando a população em seu entorno e a região em que se encontra instalado. Nesse sentido, notícias veiculadas pela imprensa local³ nos permitem ter algumas pistas quanto aos referidos impactos e os desafios futuros: terrenos salinizados a partir do procedimento de dragagem, mão de obra especializada trazida de fora, aumento da violência em São João da Barra, entre outros.

As palavras de Oliveira e Givisiez (2013, p. 405) corroboram a tese de Piquet: “O tipo de cidade portuária que São João da Barra se tornará dependerá, fundamentalmente, da ação do poder público no sentido de coordenar o processo de implantação e antecipar os impactos sobre o território e sobre a população”.

Essa pesquisa, contudo, focaliza a relação entre desenvolvimento regional e formação profissional de nível superior. Posto isso, a temática do Porto do Açu e seus impactos na região interessa à caracterização da mudança de perfil da região Norte Fluminense nos últimos anos, não tendo interseção imediata, entretanto, com o curso que se toma para um estudo de caso neste trabalho: o de graduação em Relações Internacionais. Como o Porto do Açu ainda está em fase de acabamento de suas instalações, não se configura, até o presente momento, como um mercado de trabalho real para o profissional de RI. É possível que o seja, na atualidade, para engenheiros, arquitetos e afins. Para o internacionalista, porém, trata-se de um mercado em potencial, o que poderá, futuramente, justificar outras pesquisas nesse sentido.

³ Vide as notícias PEDROSA, Ana Paula. Porto do Açu “salgou” a terra dos produtores. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cmlink/hotsites/especial-mineroduto/porto-do-a%C3%A7u-salgou-a-terra-dos-produtores-1.814800>; MORAES, Roberto. Aumento da violência em SJB. Disponível em: <http://www.robertomoraes.com.br/2009/09/aumento-da-violencia-em-sjb.html>. Acesso em 24 mar. 2015.

2.4: O NOVO PERFIL PROFISSIONAL DA REGIÃO

O estudo desenvolvido por Piquet (2004) mencionado anteriormente nos permite fazer algumas ponderações. Em primeiro lugar, as empresas do grupo três, aquelas de administração familiar e que não se vinculam diretamente à indústria do petróleo, são um retrato bastante cristalino do passado recente da Região Norte Fluminense. Basta ter em mente que, há pouco mais de trinta anos, tratava-se de um espaço dedicado à cultura canavieira e à indústria sucroalcooleira. Tais segmentos não exigiam mão de obra qualificada. Ainda na atualidade os trabalhadores que atuam na colheita de cana de açúcar não precisam de formação escolar. Muitos não possuem o Ensino Fundamental completo ou não sabem ler e escrever.

A Região Norte Fluminense, no entanto, passa por um profundo processo de mudanças a partir dos anos 1980. As indústrias de cana perdem espaço para as grandes corporações do mundo do petróleo e, mais recentemente, para as atividades logístico-portuárias. Ocorre que, ao contrário das primeiras, as petroleiras, as multinacionais e as prestadoras de serviço demandam profissionais altamente qualificados. Se antes as competências necessárias envolviam força física e o manuseio do facão, a contemporaneidade exige profissionais com formação em nível superior, pró-ativos, que falem com fluência ao menos uma língua estrangeira e, em alguns casos, que dominem a burocracia que envolve os processos de importação e exportação de produtos e serviços.

É relevante salientar que não apenas a Região Norte Fluminense, mas também o mundo do trabalho, passam por mudanças estruturais nos anos 1990. O capitalismo mundializado dá uma nova roupagem ao mundo da produção e do trabalho e, conseqüentemente, aos requisitos para inserção profissional. Três grandes movimentos marcam, a partir dos anos 1980, a dinâmica e a forma de funcionamento da economia mundial: a globalização, a crise do regime de acumulação anterior e a financeirização da riqueza. Nesse sentido, Catani, Oliveira e Dourado (2001) argumentam que:

De um modo geral, o setor empresarial passa por mudanças significativas, em que predominam fusões e associações, com a finalidade de dotar as organizações de maior eficiência e eficácia. As necessidades decorrentes do processo de mundialização implicam novos cenários competitivos, ocasionando a absorção de novos formatos organizacionais. [...] A tecnologia tornou-se fator fundamental num contexto em que a competitividade e a produtividade se tornaram dogmas absolutos e sinônimo de luta pela sobrevivência no mundo dos negócios.(p.68-69).

O domínio da técnica, o manejo das ferramentas e a produção de conhecimentos foram incorporados pelas empresas como condições basilares de empregabilidade, especialmente pelas transnacionais. Ao explicar esse momento do *breve século XX*, Eric Hobsbawm (1995, p. 404) afirma que “a tragédia histórica das Décadas de Crise foi a de que a produção agora dispensava visivelmente seres humanos mais rapidamente do que a economia de mercado gerava novos empregos para eles”. O autor ainda evidencia que esse processo acaba se intensificando pelo aperto financeiro dos governos, antes os maiores empregadores individuais e que agora cedem à teologia do livre mercado que transfere esses funcionários às entidades privadas, as quais “não pensavam em outro interesse além do seu próprio, pecuniário” (1995, p. 404). Corroboram esta ideia as palavras de Araújo (2000, p. X): “no projeto neoliberal não há grande espaço para o Estado planejador nem para o Estado produtor”.

Trata-se de uma resposta do regime capitalista à crise estrutural do modelo fordista de organização industrial (HARVEY, 2003). A rigidez dos mercados, as manifestações da classe trabalhadora e os compromissos assumidos pelo Estado de Bem Estar levaram, de acordo com Harvey (2003), à substituição do modelo de produção e acumulação de capital. Posto isso, a *acumulação flexível* ensejaria flexibilidade de processos, produtos, padrões de consumo e até mesmo da organização do trabalho.

Quanto aos efeitos dessa mudança de paradigmas na seara trabalhista, Hobsbawm (1995) é objetivo ao asseverar que:

Que aconteceria aos trabalhadores [...] quando por sua vez se tornassem desnecessários? Mesmo que alguns pudessem ser retreinados para os empregos de alta qualificação da era da informação, que continuavam a expandir-se (a maioria dos quais exigia cada vez mais educação superior), não havia suficientes empregos desse tipo para compensar. (p.404).

Na mesma linha, também Chauí (1999 *apud* Catani, Oliveira e Dourado, 2001, p. 71) defende que “a economia declara que a maioria dos seres humanos é desnecessária e descartável, pois, na economia contemporânea, o trabalho não gera riqueza, os empregos não dão lucro, os empregados são dejetos inúteis e inaproveitáveis”. A descartabilidade dos seres humanos enquanto inaptos ao trabalho (na nova ótica capitalista que se descortina no padrão neoliberal-globalizado) está intimamente relacionada ao que Milton Santos (2007) entende por “violência da informação”. O geógrafo (2007) destaca que:

As novas condições técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca. Todavia, nas condições atuais, as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares. Essas técnicas da informação (por enquanto) são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades. (p.38-39).

O desenvolvimento técnico-científico, que impulsiona descobertas e gera grandes alterações na vida humana e no trabalho, se aprofunda nos anos 1990, mas é parte de um processo mais amplo e antigo, conhecido por Terceira Revolução Industrial ou Revolução Tecnológica. É nesse sentido que, segundo Aparecida Pinto (2004), surge a exigência de um domínio cada vez maior de conhecimentos e habilidades com o propósito de tratar desta realidade diversa e complexa. Tal fato impõe novas concepções de educação, escola e ensino.

A mudança paradigmática no que diz respeito à concepção de educação pode ser sentida na redação da atual Constituição da República Federativa do Brasil. Em seu artigo 205, a Carta Magna (1988)⁴ dispõe sobre a tríplice natureza da finalidade da educação: desenvolvimento da pessoa, do preparo para o exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho. O texto constitucional inova ao trazer o mundo do trabalho como premissa para organização da escola. Nesse ponto, a relação educação-trabalho deve ser entendida como a necessidade de fazer do trabalho socialmente produtivo um elemento gerador de dinâmica escolar (CARNEIRO, 2012). Quis a Constituição deixar claro que aprender significa conhecer e aprender a fazer. A escola e os sistemas de ensino precisam, de acordo com Carneiro (2012),

⁴ No mesmo sentido, o artigo 2º da Lei 9.394/95 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

entrar no mundo do trabalho e introduzi-lo como categoria de inspiração do currículo se, de fato, pretendem resgatar a sala de aula como um ambiente funcional para a sociedade tecnológica em metamorfose profunda.

Por esse novo perfil de educação, Faria e Quelhas (2005, p. 20) afirmam que “cai por terra a ideia do trabalhador especialista ou generalista – o que se quer agora é o especialista-generalista, cujos requisitos essenciais são: a criatividade, a flexibilidade, a iniciativa e a capacidade de tomar decisões”.

Com relação à incorporação do trabalho aos objetivos da educação, Faria e Quelhas (2005, p. 21) expõem que “à medida que o desenvolvimento contemporâneo não permite mais separar a função intelectual da função técnica, será necessária uma formação que unifique ciência e trabalho, trabalho intelectual e instrumental”. As autoras ainda fazem uma observação interessante quando comentam que a formação profissional atual precisa ultrapassar a visão tradicional de mera execução de um conjunto de tarefas para compreender uma visão global do processo produtivo, por meio da apreensão do saber tecnológico, da valorização da cultura do trabalho e da mobilização dos valores necessários à tomada de decisões.

Nos anos 1990, a educação brasileira passa por um movimento reformista, consubstanciado na Lei n. 9.394/95 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Sobre o referido instrumento legal, Carneiro (2012) observa que:

Com o advento da Lei 9.394/95, renasce a esperança da superação da cultura das ações educativas concorrentes, inaugurando-se um novo desenho de medidas de natureza estrutural inafastáveis, envolvendo gestão e financiamento da educação, reestruturação curricular, formação do professor, atualização dos conteúdos e inovação metodológica e, por fim, encorpamento de sistemas de ensino dinamicamente articulados. Tudo isto supõe relações intergovernamentais robustas, definidoras de um novo padrão de responsabilidades na formulação e implementação de políticas para a educação.(p.22).

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) inaugurou um modelo de gestão educacional pautado em princípios que descortinam um novo momento das economias capitalistas, em especial um novo contexto nas relações de trabalho. Sobre o exposto, Gomes e Oliveira (2006, p. 2) relatam que “a LDBN, geradora da última política pública em educação, expressa na sua coluna mestra a necessidade do enquadramento da formação profissionalizante, bem como da educação básica, média e superior, à nova ordem mundial do capital”.

A Região Norte Fluminense, além de toda a reestruturação econômica e espacial já discutida anteriormente, passou por uma mudança na área de educação, especialmente na oferta de serviços educacionais de nível superior no intuito de atender e acompanhar os (novos) setores da economia.

O município de Campos dos Goytacazes tornou-se polo de educação superior do interior do Estado do Rio de Janeiro. Jovens e adultos da Regiões Norte e Noroeste Fluminense se deslocam, diariamente, de suas cidades com o intento de estudar e obter uma formação profissional necessária ao ingresso no mercado de trabalho.

Piquet, Oliveira e Givisiez (2006) comentam que o papel da educação universitária e a natureza dos cursos que devem ser implementados vem ocupando um espaço maior nos debates sobre desenvolvimento regional e a relação entre centros de ensino e pesquisa e oferta de mão de obra qualificada. Quanto à Região Norte Fluminense, os autores (2006) expõem que:

Uma vez que a região é dotada de vastas reservas petrolíferas e de gás natural e que desempenha um papel-chave na matriz energética brasileira, tornou-se comum a suposição de que o ensino superior 'deveria' ser reestruturado de modo a atender às demandas do setor petrolífero, privilegiando a implantação de cursos técnicos em engenharia do petróleo; perfuração em águas profundas e outros semelhantes.(p.43).

No que diz respeito às Instituições de Ensino Superior (IES) presentes na Região, o Município de Campos dos Goytacazes apresenta o maior número delas: são mais de dez IES. A relação pode ser encontrada no Apêndice A. São cinco instituições públicas de ensino superior: Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IF Fluminense), Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM) e Instituto Superior de Tecnologia em Horticultura (ISTHORTICULTURA). Por sua vez, são dez os centros privados de ensino superior, a saber: Centro Universitário Fluminense (UNIFLU), Faculdade Batista do Estado do Rio de Janeiro (FABERJ), Faculdade de Medicina de Campos (FMC), Faculdade Redentor de Campos (FACREDENTOR), Instituto Superior de Educação do Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora (ISECENSA), Instituto Tecnológico e das Ciências Sociais Aplicadas e da Saúde do Centro Educacional

Nossa Senhora Auxiliadora (ITCSAS/CENSA), Universidade Candido Mendes (UCAM), Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) e Universidade Estácio de Sá (UNESA).

Ressalte-se que a UNOPAR, atendendo às demandas do mercado por formação profissional, é uma instituição que oferta cursos somente na modalidade ensino a distância (EaD) por meio de aulas via satélite⁵.

Tendo discutido questões afetas ao novo perfil profissional da Região Norte Fluminense, passemos a analisar as demandas por formação profissional de nível superior. A partir das transformações econômicas pelas quais o NF passou nos anos 1980 e seguintes, quais as efetivas demandas que faz o mercado quanto à mão de obra qualificada? Quais são os cursos de graduação exigidos e quais as competências esperadas, segundo a literatura da área? São esses os questionamentos respondidos no item seguinte.

2.5: DEMANDAS POR FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Uma questão central na interseção entre desenvolvimento regional do Norte Fluminense e formação profissional de nível superior reside no fato de que as mudanças educacionais foram alavancadas, a partir dos anos 1990, por demandas de empresas transnacionais da Região. Tal fato é reflexo tanto do novo ciclo do regime capitalista em sua vertente globalizada (escala internacional e nacional) quanto da nova estrutura espacial e econômica do Norte Fluminense em que a cana de açúcar cede lugar ao petróleo e seus derivados (escala regional).

É mister salientar que, se por um lado as grandes corporações transnacionais impulsionam um desenvolvimento regional em termos de serviços educacionais de nível técnico e superior, por outro lado trata-se de organizações que selecionam as regiões segundas seus próprios interesses (PIQUET, 2003) e estão muito mais ligadas a uma lógica do capital internacional que nada tem a ver com a temática local.

Nesse sentido, o que vem ocorrendo na Região Norte Fluminense em termos de oferta de cursos de formação técnica e profissional não difere do que acontece

⁵ Informação obtida no site da instituição. Disponível em: <<http://www.unoparead.com.br/>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

nas demais regiões do Estado e do país. As empresas multinacionais e sua capacidade atrativa de serviços (inclusive educacionais) estão em todo o país, não são, pois, uma peculiaridade norte fluminense. Sendo assim, as demandas por formação profissional se inserem num contexto nacional de busca por melhores atributos para inserção no mercado de trabalho.

Observando essas mudanças, o governo federal criou, em 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) por meio da Lei 11.513/2011. Segundo a página do Programa⁶, os objetivos são “expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público”. O Pronatec oferecia inicialmente cursos de forma gratuita por instituições da rede pública ou ligadas a Sistema S (como SENAI, SENAT, SENAC e SENAR). A partir de 2013, também instituições privadas passaram a ser ofertantes dos cursos do Programa.

Segundo dados do Ministério da Educação (2015), por meio do Pronatec, entre 2011 e 2014 foram realizadas mais de 8 milhões de matrículas, entre cursos técnicos e de formação inicial e continuada.

No que se refere a oferta de cursos técnicos, duas observações perfazem extrema relevância. Em primeiro lugar, é necessário pontuar sobre os investimentos em cursos técnicos. Em que pese o fato de a ampliação da oferta desses cursos ser importante para a formação de milhões de jovens e adultos, enquanto política pública voltada à educação há que se alertar que tal proposta não pode estar dissociada de uma preocupação quanto à formação em nível superior. Caso contrário, as empresas (especialmente multinacionais) continuarão a se utilizar de mão de obra local para cargos inferiores e, para ocupar postos de hierarquia mais elevada, a trazer profissionais de outras regiões ou do exterior. Em nada interessa ao desenvolvimento regional que os jovens sejam contratados, eternamente, a ocupar as funções técnicas (em Logística, em Segurança do Trabalho, etc) e que as funções gerenciais sejam destinadas a pessoas advindas de outras regiões e do exterior.

Em segundo lugar, é preciso apontar que o crescimento da procura por cursos técnicos impacta também a oferta de cursos de ensino superior. Há quem

⁶ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **O que é o Pronatec?** Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/o-que-e-o-pronatec>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

afirme que esses estariam sendo suplantados por aqueles, em termos de demanda, na medida em que o jovem atualmente tem preferido matricular-se em cursos mais rápidos com vistas a uma inserção mais imediata no mercado de trabalho. Esta pesquisa não corrobora tal entendimento. Acredita-se que, em termos de primeiro emprego, é sim possível que a procura por qualificação seja pelo técnico, porém, por melhores salários e condições de trabalho, esse profissional precisa retornar às salas de aula e cursar uma graduação.

Quanto à primeira observação, o governo federal vem, na última década, apresentando resposta positiva. A demanda pelo ensino superior privado vem sendo incentivada por programas como o Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (ProUni). O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas (MEC, 2015). Passou a apresentar mais facilidades a partir de 2010, como redução nos juros e a possibilidade de solicitar o financiamento em qualquer período do ano. Seus dois agentes financeiros são o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Juntos, já promoveram a assinatura de 760 mil contratos, com um investimento total aproximado de R\$ 25 bilhões até o fim de 2012⁷. Já o ProUni é um programa criado em 2004, que concede bolsas parciais e integrais em instituições privadas de ensino superior a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior. Segundo o Portal do Ministério da Educação⁸, da sua criação até 2013, o ProUni atendeu a mais de um milhão de estudantes, sendo 70% deles com bolsas integrais. O Programa estabelece que as IES beneficiárias de isenções fiscais concedam bolsas de estudo na proporção dos alunos pagantes por curso e turno (CARNEIRO, 2012). Convém ressaltar, ainda, que o governo federal implantou, no período citado, um arrojado programa de ampliação dos institutos federais de ensino superior e de ensino profissional.

Quanto à segunda observação (relação entre cursos técnicos e de graduação), fato é que a ampliação da oferta de cursos técnicos tem atraído os

⁷ Informação disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18515:programa-de-financiamento-ja-atendeu-760-mil-estudantes-&catid=372&Itemid=86>. Acesso em: 29 mar. 2015.

⁸ Informação disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2013/01/prouni-tem-mais-de-960-mil-estudantes-inscritos>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

jovens a concluir o Ensino Médio ou mesmo a voltar a estudar. Como o Ensino Superior guarda estreita relação com o Ensino Médio (os concluintes dessa serão ingressantes naquela), a proposta da LDBN de universalizar o Ensino Médio gratuito é uma medida que vem aumentando a reboque a demanda por Ensino Superior.

No caso das Regiões Norte e Noroeste Fluminense, Matta e Lira (2014) analisam a formação de mão de obra para a indústria do petróleo tomando por base os cursos de Engenharia. Os autores estudam a relação entre mão de obra qualificada e a demanda do mercado a partir de dados do Censo da Educação Superior 2012 e do Cadastro de Instituições e de Cursos do portal do sistema E-MEC. Os pesquisadores falam num ambiente de “caça a mão de obra” tendo em vista o contexto regional de economia em expansão. Todavia, discordam do pessimismo da mídia com relação a ser o atual ciclo de desenvolvimento frenado pelo estrangulamento na oferta de mão de obra qualificada. Concluem que as instituições de ensino superior instaladas na região têm correspondido às projeções do setor econômico no que tange à área de Engenharia.

É crucial salientar que os cursos de Engenharia impulsionaram o crescimento de Instituições de Ensino Superior. Há IES que têm nas Engenharias e nos cursos tecnológicos seus carros-chefe, como a UCAM, o ISE-CENSA, o IFF e a UENF. Sobre a expansão da formação em Engenharia, Oliveira *et al* desenvolveram um estudo publicado na Revista da Associação Brasileira de Ensino de Engenharia (ABENGE) em 2013. Os autores comentam que, na segunda metade do século XX, a Engenharia deixou de se restringir a questões de aplicação tradicional da tecnologia, passando a atuar em outros campos como a saúde (Alimentos, Genética, Bioquímica, etc) e Sociais Aplicadas (Gestão, Trabalho, Segurança, etc). Comentam ainda que na Secretaria da Educação Superior do MEC existem mais de 250 denominações distintas de cursos de Engenharia autorizados e reconhecidos.

Uma preocupação evidenciada tanto por Matta e Lira (2014) quanto por Oliveira *et al* (2013) diz respeito à qualidade dos novos cursos criados recentemente. Questiona-se se o crescimento exponencial dos cursos de Engenharia é feito meramente de forma quantitativa ou também de maneira qualitativa. Essa indagação é a mesma que faremos doravante quanto à expansão da oferta dos cursos de graduação em Relações Internacionais observada a partir de 1998.

Outro estudo relevante sobre a interseção entre desenvolvimento regional e formação profissional de nível superior foi desenvolvido por Gomes e Oliveira (2006). As autoras investigam as relações entre cursos superiores de tecnologia implantados pelo IFF (então CEFET/Campos), seus egressos e o mercado de trabalho. Os cursos tecnólogos também se apresentam como diferenciais na Região Norte Fluminense. A UCAM oferece o curso superior de tecnologia em Gestão de Comércio Varejista (tendo já oferecido o de Design de Moda). O UNIFLU dispõe dos cursos de Agrimensura (criado em 2015), Logística e Gestão de RH (e tendo já oferecido o de Turismo). Por fim, o IF Fluminense, objeto de estudo de Gomes e Oliveira (2006), possui os tecnólogos em Automação Industrial, Automação Elétrica, Informática, Telecomunicações e Manutenção Industrial.

A realização de entrevistas feita por Gomes e Oliveira com 309 egressos dos referidos cursos pôde observar que quase 90% deles encontram-se inseridos no mercado de trabalho. Todavia, o trabalho revela que 64% dos concludentes encontram-se ocupando cargos de técnico nas empresas, enquanto apenas 10% ocupam cargos de tecnólogo. Tal fato leva as autoras a concluir que o que proporcionou a inserção de tais profissionais no mercado de trabalho foi o curso técnico de nível médio, já o tecnólogo foi uma busca de requalificação, atualização. As empresas contratam profissionais mais qualificados (com nível superior e conhecimentos gerenciais) para atender às necessidades de produção, mas pagando um salário menor do que a formação exige.

Com relação à questão do trabalho e da qualificação no Brasil, Faria e Quelhas (2005) destacam a dimensão da qualificação como competência:

Mais que um “estoque de saberes” – “saber- fazer”, “saber-ser” – aplicáveis ao trabalho, a qualificação passaria a incluir, necessariamente, a capacidade de enfrentar o imprevisto e o imprevisível, de ir além do domínio de tarefas prescritas (o que pode ser exigido tanto nas organizações modernas/flexíveis, como nas atrasadas, de baixa tecnologia). (p.27).

Em outras palavras, muito mais do que o saber técnico, o mercado de trabalho contemporâneo exige toda uma carga de conhecimentos que habilitem o profissional a fazer diagnósticos, a propor soluções, a tomar decisões e a realizar análises de conjunturas. Esse profissional de visão holística torna-se cada vez mais o perfil do que o complexo mercado laboral procura. Nesse sentido, as empresas

transnacionais da Região Norte Fluminense não são diferentes. Nas duas últimas décadas, o crescimento do número de empresas transnacionais no NF, especialmente em Macaé (mas também em Campos dos Goytacazes), está relacionado fortemente à área de comércio exterior.

Posto isso, a Universidade Candido Mendes – Campos criou, em 2006, o curso de graduação em Relações Internacionais. Trata-se um abrangente curso com formação multidisciplinar voltado à compreensão das relações internacionais contemporâneas em seus diversos aspectos. O próximo capítulo dedica-se a fazer um estudo sobre o mencionado curso: apresentam-se aspectos históricos sobre sua criação no mundo, o seu desenvolvimento no Brasil e a sua gênese na Região Norte Fluminense.

3: O CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ASPECTOS HISTÓRICOS, DESENVOLVIMENTO NO BRASIL E SUA GÊNESE NA REGIÃO NORTE FLUMINENSE

Apesar de a disciplina de Relações Internacionais (RI) ser uma criação do século XX, a construção de reflexões sobre as relações entre diferentes comunidades políticas é uma atividade que remete aos tempos à Antiguidade. Durante séculos, pesquisadores⁹ se dedicaram à análise das relações internacionais, buscando dar sentido às condutas dos atores ou questionar a validade e a eficácia das teias normativas no plano internacional.

3.1: A CRIAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Autores como Tucídides (História da Guerra do Peloponeso: 431 a.C.), Nicolau Maquiavel (O príncipe: 1532), Hugo Grotius (Das leis de guerra e paz: 1625), Thomas Hobbes (O Leviatã: 1651) e Jean-Jacques Rousseau (Do contrato social: 1762) são lidos nas séries iniciais dos diversos cursos de RI não por acaso, mas porque representam esforços úteis para a compreensão das questões internacionais.

Na Antiguidade Clássica, Tucídides (431 a.C.) figura entre os primeiros pensadores a construir reflexões sobre a relação entre estados e povos. Sua obra principal é apontada pelos historiadores pelo simbolismo que representa ao narrar, com acurada descrição, os fatos da Guerra do Peloponeso. O conflito marca a vitória

⁹ Além dos autores mencionados na seção 3.1, podem-se arrolar, ainda, nomes como Immanuel Kant (A Paz Perpétua: 1795), Carl Von Clausewitz (Da Guerra: 1832), Edward Carr (Vinte anos de crise 1919 – 1939: 1939), Raymond Aron (Paz e guerra entre as nações: 1962), entre outros.

de Esparta sobre Atenas, sendo que, embora esta tenha sido arrasada por aquela, nunca fora substituída em capacidade de liderança à frente do governo grego. Tucídides analisa as operações militares do confronto e é um dos pilares teóricos da moderna corrente realista de relações internacionais.

Nicolau Maquiavel viveu em Florença entre o final do século XV e o início do século XVI (JATOBÁ, 2013). Escreveu acerca de temas caros à teoria realista, como o poder, a balança de poder, a formação de alianças entre as cidades-estado da Península Itálica e as causas dos conflitos recorrentes entre elas. O autor de *O Príncipe* é ponto de partida para a discussão realista sobre relevância do poder para deter as ameaças à segurança nacional, que podem colocar em xeque a própria sobrevivência do Estado.

Hugo Grotius deu importante ênfase ao estudo científico do *direito das gentes*, despertando interesse dos principais círculos europeus. É considerado precursor do positivismo jurídico e fundador do Direito Internacional, na medida em que deu os primeiros passos para que o Direito Internacional Público fosse visto como ciência autônoma e sistematizada.

Thomas Hobbes (1651) pressupõe uma visão pessimista da natureza humana, defendendo, por isso, a necessidade de um contrato social para controlar os apetites humanos sem restrições e os conflitos resultantes da impossibilidade da satisfação simultânea de interesses divergentes. O autor é utilizado pelos realistas para caracterizar a anarquia no sistema internacional e o “estado de natureza” em que vivem os Estados.

Jean-Jacques Rousseau retoma a proposta contratualista de Hobbes, adotando, porém, posição semelhante à de Montesquieu no tocante à predominância da bondade humana no estado de natureza. Suas ideias exerceram influência direta e imediata sobre a Revolução Francesa e foram pontos de divergência entre realistas e internacionalistas liberais no chamado “primeiro grande debate teórico da área das Relações Internacionais”¹⁰.

Conforme exposto, todos os autores mencionados contribuíram para a análise de questões internacionais. Todavia, o estudo sistemático das relações

¹⁰ O “primeiro grande debate” corresponde às décadas iniciais de formação do que hoje é chamado de Relações Internacionais (RI). Entre o final da Primeira Guerra Mundial e o final da Segunda, os debates sobre a política internacional foram dominados pelas divergências entre os defensores do internacionalismo liberal (ou “idealismo”, termo pejorativo cunhado por seus críticos) e os defensores do realismo político (JATOBÁ, 2013, p. 10).

internacionais é uma invenção contemporânea. Diante disso, é importante destacar a explanação de Gilberto Sarfatti (2005, p. 23): “Somente em 1919 foi criada a primeira cadeira de Relações Internacionais, sob os auspícios do filantropo David Davis, na University of Wales, em Aberystwyth, no Reino Unido, denominada Cadeira Woodrow Wilson de Política Internacional”. Em outras palavras, o curso do oeste do País de Gales tem em sua criação um enorme simbolismo, porquanto se trata do primeiro esforço de encarar científica e sistematicamente as questões internacionais.

Sobre o exposto, comenta Daniel Jatobá (2013, p. 08) que o curso “surgiu como uma das reações à Primeira Guerra Mundial [...]. A partir da criação da primeira cátedra para o estudo do tema, estabeleceram-se bases institucionais para a análise sistêmica dos fenômenos internacionais”.

Segundo Norma Santos e Fúlvio Fonseca (2009, p. 354), “a preocupação de compreender os fatores que engendram a guerra e o que fazer para preveni-la aparece como constitutiva da disciplina”. Na mesma linha, Antônio Carlos Lessa (2005, p. 34) assevera que:

O nascimento desse campo de conhecimento se dá como consequência do pensamento idealista que se apoderou das Ciências Políticas e que considerava factível a possibilidade de regular ou prevenir as discórdias entre as nações e, deste modo, evitar novos conflitos daquelas proporções.(p.34).

Observa-se, então, que as origens do campo das Relações Internacionais têm como propósito entender as causas das guerras e descobrir como preveni-las. Dito de outra forma, questões de segurança e cooperação representam a gênese do referido curso, tendo seus objetivos ampliados com o passar dos tempos.

Embora os autores clássicos mencionados acima tenham se dedicado a análises de cenário e ordem internacionais, é sabido que só faz sentido falar em relações internacionais propriamente ditas após a consolidação do sistema de Estados europeus, o que se dá com a assinatura dos Tratados de Westfália no fim da Guerra dos Trinta Anos (1648). Sobre o episódio, explica Demétrio Magnoli (2013, p. 04) que “o moderno sistema de Estados, que emergiu na Europa setecentista com os Tratados da Westfália, foi o ambiente em que se definiu a missão do diplomata — a defesa do interesse nacional na arena internacional.”.

Sendo assim, o estudo dos clássicos é feito com o escopo de compreender os esforços intelectuais que caracterizam os diversos momentos da história da humanidade, sem falar ainda, todavia, em “relações internacionais” do ponto de vista científico.

A partir dos anos 1920, a área de Relações Internacionais (RI) começa a ganhar forma no cenário acadêmico. São criados cursos de graduação, revistas especializadas e centros de pesquisa com o escopo de que houvesse um campo distinto e exclusivo de Relações Internacionais. A criação de instituições no Reino Unido e nos Estados Unidos se deu sob a alegação de que o objeto de estudo era bastante específico, o que justificava uma aplicação prática dos conhecimentos. O surgimento da disciplina apresentou, então, um caráter pragmático. No Brasil, o curso de graduação em Relações Internacionais foi criado na Capital Federal em pleno Regime Autoritário.

3.2: A CRIAÇÃO DO PRIMEIRO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RI NO BRASIL

No Brasil, a institucionalização da área de RI é um acontecimento recente. O primeiro curso de graduação em Relações Internacionais¹¹ foi criado pela Universidade de Brasília (UnB) em 1974 e reconhecido pelo Ministério da Educação em 1976. Nota-se que a criação deste curso em Brasília encontra-se inserido no contexto dos regimes autoritários no Brasil; período de abertura econômica para a implantação de plantas industriais, em especial as plantas automotivas. Tratava-se de um período de grandes contradições, especialmente nos aspectos econômicos e políticos. Foi o momento em que se repensavam as metas de crescimento que caracterizaram o chamado “milagre econômico”. Segundo Bóris Fausto (2012, p. 268), “a economia brasileira cresceu a taxas extraordinárias, mas, ao mesmo tempo, começou a acentuar o seu processo de dependência do financiamento externo”. A conjuntura econômica internacional sofre uma acentuada mudança a partir de 1973 em diferentes aspectos e escalas. Lessa (2005) aponta para o choque do petróleo e a Guerra Fria:

¹¹ Dados retirados do sistema eletrônico do Ministério da Educação. Disponível em: <www.emec.mec.gov.br>. Acesso em: 14 maio 2015.

Uma das respostas para o desafio da desaceleração econômica foi a formulação de uma política externa mais criativa e assertiva, que se mostrasse liberada dos preconceitos ideológicos da Guerra Fria e abertamente vinculada com a expansão internacional da economia brasileira. (p.34).

Entretanto, existem aspectos referentes às relações dos países da América do Sul e Estados Unidos que fogem à questão do petróleo e adentram por temas específicos dessa região, como a Operação Condor¹².

O bacharelado em Relações Internacionais da Universidade de Brasília vinha ao encontro da necessidade de se criar e aparelhar estruturas administrativas de um estado autoritário, atuantes na formulação de políticas públicas ligadas às possibilidades abertas pela política externa. Nesse sentido, Lessa (2005, p. 35) comenta que:

A intenção de criar este programa, justamente na universidade da capital federal, era o de formar profissionais que pudessem vir a ser chamados a atuar de algum modo nas atividades de Estado relacionadas com a expansão da internacionalização do Brasil que então se observava. [...] O profissional formado no novo curso poderia vislumbrar uma carreira peculiar que se desenvolveria no aparelho de Estado e nas interfaces externas das economias do setor público e do privado. Exerceria funções novas, todas decorrentes do novo perfil internacional que o Brasil rapidamente assumia. (p.35).

No que se refere ao curso pioneiro, três observações importantes constam na página virtual do Instituto de Relações Internacionais da UnB. Em primeiro lugar, os jovens estudantes puderam usufruir da proximidade das várias instâncias governamentais, tendo facilidades para o acesso a informações, contatos e, como resultado, a possibilidade de estágios e empregos na própria cidade, sobretudo em órgãos da administração federal. Em segundo lugar, contaram com uma sólida

¹² O espectro das relações internacionais na América Latina nos anos 1970 e 1980 toma contornos bastante complexos e obscuros devido ao agressivo e intervencionista pan-americanismo da Guerra Fria. Sob o pretexto da “contenção”, foram deflagradas intervenções norte-americanas em diversos países como Guatemala (1954), Cuba (1961), República Dominicana (1965), Granada (1983) e Panamá (1989). Para Demétrio Magnoli (2013, p. 346, *passim*), “a Revolução Cubana de 1959 acendeu o sinal de alerta máximo em Washington” e “as ditaduras de ‘segurança nacional’ implantadas no Brasil, na Bolívia, no Chile, na Argentina e no Uruguai praticaram verdadeiras ‘guerras internas’ contra as correntes e partidos de esquerda, lançando mão da tortura sistemática e, especialmente no caso argentino, da eliminação em massa dos militantes esquerdistas”. É nesse cenário que se insere a Operação Condor, uma aliança político-militar entre os vários regimes militares da América do Sul (Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai, Chile e Bolívia) com a CIA dos Estados Unidos, criada com o propósito de coordenar a repressão a opositores dessas ditaduras.

formação devido ao corpo docente altamente qualificado (acadêmicos e profissionais provenientes do meio diplomático e outras esferas federais ancoradas em Brasília). Em terceiro lugar, como se tratavam de turmas pequenas, os discentes foram privilegiados e absorvidos sem maiores problemas pelo mercado de trabalho.

O documento Padrões de Qualidade para os Cursos de Relações Internacionais (1995) confirma o exposto:

No Brasil, a Universidade de Brasília foi pioneira na institucionalização do estudo das Relações Internacionais ao criar o primeiro Bacharelado no País, em 1974, valendo-se da privilegiada posição geográfica da instituição, que permitia contar com acervos de bibliotecas públicas (Itamaraty, Congresso, embaixadas, etc.) e com a colaboração de diplomatas que, em alguns casos, mesmo não possuindo titulação acadêmica formal (mestrado ou doutorado) dominavam o conhecimento na área por dever de ofício.(p.01).

O programa de RI da UnB permaneceu, por muito tempo, como o único da área no Brasil. A segunda experiência de ensino em nível de graduação em RI ocorreu no final dos anos 1980, estruturada pela Faculdade Estácio de Sá¹³, no Rio de Janeiro. Nota-se, contudo, perfis distintos daqueles já mencionados: o primeiro era voltado para formar profissionais que atuariam no aparelho do Estado e nas interseções econômicas entre os setores público e privado; o segundo, por sua vez, busca um perfil profissional com agilidade intelectual face às demandas dinâmicas do mundo contemporâneo, especialmente internacionalistas que tivessem o manejo da técnica para operar funções afetas ao comércio exterior, ou seja, não há a preocupação com as instituições públicas, mas sim, com as necessidades criadas pelas empresas internacionais que buscavam espaço no mercado nacional.

É crucial identificar o perfil dos distintos cursos de RI implementados no Brasil após os anos 2000, em especial a partir de 2002 quando se instala um governo de esquerda e as relações com os países da América do Sul seguem por caminhos distintos daqueles que até então seguiram.

No que diz respeito às relações entre os países da América Latina, Piquet e Miranda (2009) analisam que a integração energética tem redesenhado o jogo de forças na região. As autoras discorrem sobre a iniciativa de buscar contornar as disputas políticas fugindo de um tratamento conjuntural e enfrentando a questão de

¹³ Dados do Ministério da Educação: curso autorizado em 1985 e reconhecido em 1988.

maneira estrutural. No cenário latino-americano a indústria de gás natural tem assumido crescente importância e, a médio e a longo prazos, as mudanças no setor proporcionarão novas oportunidades de crescimento à economia brasileira (PIQUET; MIRANDA, 2009, p. 51). Sobre o exposto, as pesquisadoras observam que:

As novas oportunidades abertas pela expansão da produção interna de gás têm requerido (i) a implantação de ampla logística voltada para as etapas de exploração *offshore* e de distribuição, o que envolve a construção de gasodutos e dutos secundários, (ii) a expansão da indústria parapetrolífera graças às encomendas ao setor e (iii) uma maior integração entre as regiões brasileiras quanto à oferta de energia (PIQUET; MIRANDA, 2009, p. 52).

As três exigências da indústria de gás natural apontadas por Piquet e Miranda podem se traduzir em oportunidades aos egressos de Relações Internacionais. Os projetos pedagógicos dos cursos de RI apresentam sempre articulações com projetos nacionais de desenvolvimento que justificam a sua criação. Posto isso, a seção seguinte analisa o perfil geral dos referidos cursos.

3.3: IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS (RI).

Por se tratar de uma área curricular recente no Brasil, a graduação em Relações Internacionais ainda não possui Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), que regulamentam os conteúdos mínimos a serem ofertados. No entanto, em face de crescente demanda por profissionais da área, conforme mencionado, na primeira década dos anos 2000 e, por consequência, de novos cursos de graduação, o Ministério de Educação divulgou, no ano de 2009, um documento intitulado “Padrões de Qualidade para os Cursos de Relações Internacionais” (Anexo A).

Esse documento é a base regulamentar dos Projetos Pedagógicos de Cursos, conjugados à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/1996), à Resolução CNE/CES Nº. 2, de 18 de junho de 2007 (sobre carga horária mínima e duração dos cursos de bacharelados), à Lei Nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008 (referente aos estágios para estudantes) e aos regulamentos internos das Instituições de Ensino Superior.

O referido trabalho lista os principais requisitos dos cursos de graduação em RI. São quatro: a) Coordenador e Corpo Docente devem ter formação na área; b) a qualificação docente: envolve titulação formal e atividades acadêmicas desenvolvidas (corpo docente de boa qualidade deve ter 1/3 ou mais de seus professores com nível de doutor e aqueles que não possuam mestrado devem ter, pelo menos, curso de especialização); c) o projeto acadêmico pedagógico; d) as instalações e outros recursos de infraestrutura: além das instalações básicas de salas de aula e demais facilidades, são considerados itens de grande importância:

(i) biblioteca com tamanho e recursos em condições de atender o corpo docente e discente em suas atividades regulares,

(ii) acervo que contenha obras consideradas centrais para o curso, compatíveis com a bibliografia prevista nos programas das disciplinas,

(iii) periódicos nacionais e estrangeiros, especializados em Relações Internacionais e Ciência Política,

(iv) recursos informatizados para o acesso e uso de material bibliográfico e (v) plano de expansão.

O documento Padrões de Qualidade apresenta os eixos e as disciplinas indispensáveis ao ensino de Relações Internacionais. A estrutura básica do curso deve conter três blocos:

a) disciplinas específicas de Relações Internacionais (ministram conceitos e categorias empregados nesse campo de estudo), e.g. Teoria de Relações Internacionais e História e análise da Política Externa Brasileira;

b) disciplinas de suporte e diretamente correlatas (tratam de matérias de formação básica e das áreas em que os fenômenos internacionais se manifestam), e.g. Economia Política Internacional, Direito Internacional e Prática de Idiomas;

c) disciplinas voltadas para a orientação profissional (podem variar de acordo com os diferentes cursos individualmente, dependendo das disponibilidades regionais e locais), e.g. Integração regional, Prática de negociação e Estudos regionais e estudos de temas específicos sobre o meio internacional.

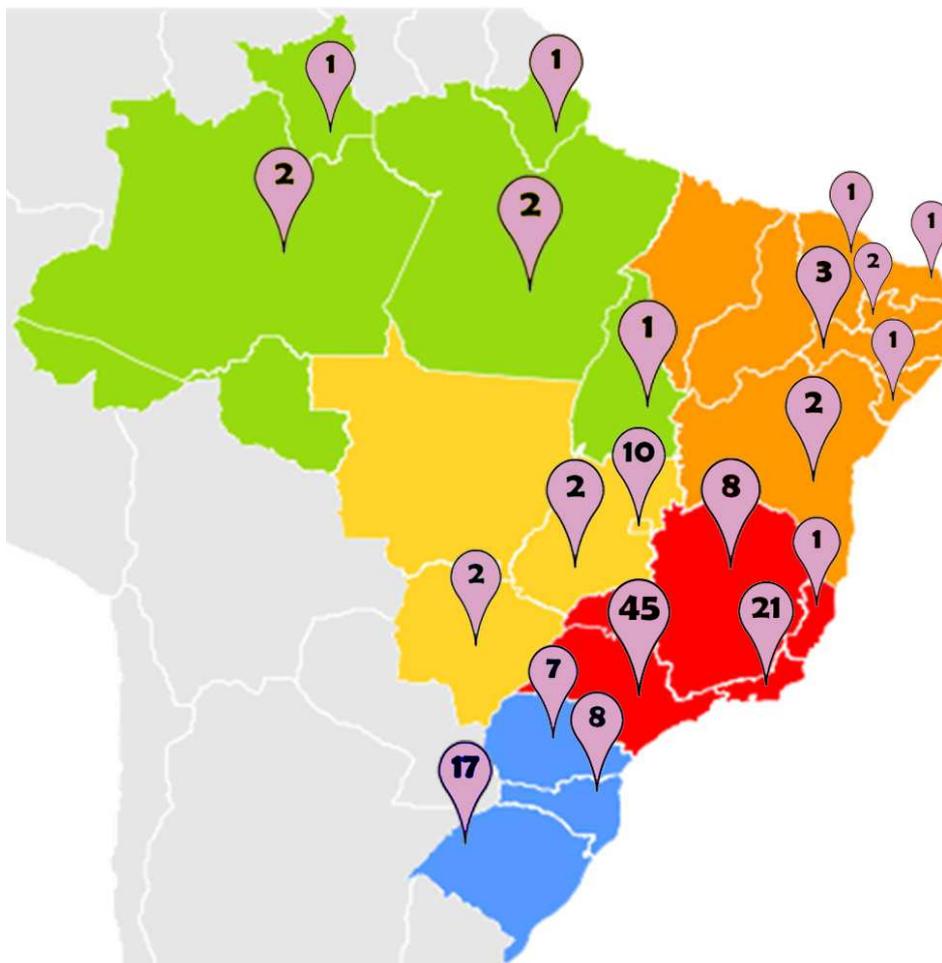
Nesse íterim, é relevante a observação de Lessa (2205: p. 46) ao afirmar que embora algumas instituições se preocupem em inserir nas grades curriculares conteúdo programático destinado especificamente a formar capacidade de intervenção na agenda da região, “o fundamental é que isso não se faça em detrimento do conteúdo mínimo que configura o curso de Relações Internacionais e que compõe o cânone internacional do ensino na área”. Em outras palavras, é imprescindível que as instituições de ensino criem seus projetos pedagógicos sem abrir mão de uma série de disciplinas básicas que estruturam a graduação em Relações Internacionais.

Com base no exposto, é possível afirmar que a área de Relações Internacionais estuda as relações entre os Estados, e entre estes e outras unidades que constituem o sistema internacional, como as organizações internacionais, as organizações não governamentais e as corporações transnacionais. Embora se localizem principalmente no campo da ciência política, pois envolvem o estudo dos vínculos que afetam a condição política de um Estado diante de outros Estados, se constituem, fundamentalmente, em campo interdisciplinar, envolvendo diversas áreas de estudo, entre as quais da Sociologia, da Economia, da História, da Geografia, do Direito, além da Ciência Política, já citada.

No que diz respeito ao estudo dos fenômenos internacionais, Santos (2007) assevera que sua importância tem crescido após o reconhecimento do processo de globalização, havendo uma concordância generalizada da sua necessidade. As questões internacionais cada vez atraem profissionais das diversas áreas do saber, que de acordo com Reinaldo Dias (2010).

Sua motivação principal decorre da intensidade das relações entre diversos atores no plano mundial no bojo do fenômeno da globalização e da revolução científico- tecnológica que se manifesta com grande intensidade no campo das telecomunicações e transportes incrementando os problemas globais, que se expressam com mais frequência e intensidade entre as nações. (p.05).

Para uma visão mais ampla sobre o tema, o mapa a seguir mostra a quantidade de cursos de Relações Internacionais existentes em cada Estado da federação.



Mapa 2: Quantidade de cursos de graduação em Relações Internacionais por Estado da Federação
Fonte: Elaboração do autor (2015).

O crescimento da área de Relações Internacionais pode ser observado também pelo seu ensino em nível de pós-graduação. Argumentam Santos e Fonseca (2009, p. 355) que “a outra faceta dessa realidade, que também mostra uma sensível progressão, é o crescimento no número de programas de pós-graduação em RI no Brasil, que quadruplicou, passando de dois programas, na década de 1980, para oito, em 2008”. Os autores discorrem ainda que, embora a expansão da área tenha sido expressiva, uma de suas principais missões, que é a

de formar docentes para a graduação, ainda mostra resultados insuficientes, “já que só existem dois cursos de doutorado no país” para atender a tantos cursos de graduação¹⁴.

3.4: A EXPANSÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS (RI) NOS ANOS 1990

A tabela a seguir mostra o crescimento da oferta dos cursos de graduação em Relações Internacionais no Brasil¹⁵ a partir de dados do Portal e-MEC. Ressaltamos a criação de novos cursos em cidades fora das regiões metropolitanas, em especial em cidades médias. Segundo Sposito (2008),

Essas cidades funcionam como nós de conexão na rede urbana e reproduzem, não apenas em escalas geográficas menores, mas com articulação mais próxima entre os atores econômicos, jurídicos e sociais, aspectos da urbanização criados e recriados nas metrópoles, que se apresentam com características próprias das cidades médias. (p.150)

Considerando as referidas cidades, Sposito e Sposito (2012) argumentam que elas participam do processo de reestruturação urbana associado à redefinição da divisão interurbana do trabalho. As cidades médias guardam estreita relação com a ação das grandes empresas que atuam na escala nacional e internacional. Em outras palavras, as cidades médias são nós em que a reestruturação econômica, observada na escala internacional, tem rebatimento direto na reestruturação urbana.

¹⁴ É importante atualizar os dados apresentados por Santos e Fonseca, tendo em vista que o artigo utilizado neste trabalho é de 2009. Consulta à página da CAPES (Sessão “Relação de Cursos Recomendados e Reconhecidos”) permite encontrar o curso na área “Ciência Política e Relações Internacionais” e identificar atualmente cinco cursos de doutorado: UnB (1998) e PUC-RJ (1998), ambos com nota 6, USP (2009) com nota 4, PUC-MG (2012) e UNESP/UNICAMP/PUC-SP (Programa San Tiago Dantas – 2011) com nota 5. Vale ressaltar, também, que estão registrados na referida página 10 cursos de Mestrado em RI e que os Doutorados continuam a se concentrar nas grandes capitais: o da tradicional UnB e no eixo Rio de Janeiro – São Paulo – Minas Gerais. Os próprios “Documentos de Área” da CAPES sinalizam a preocupação em expandir os cursos para as Regiões Norte, Nordeste e Sul no próximo triênio.

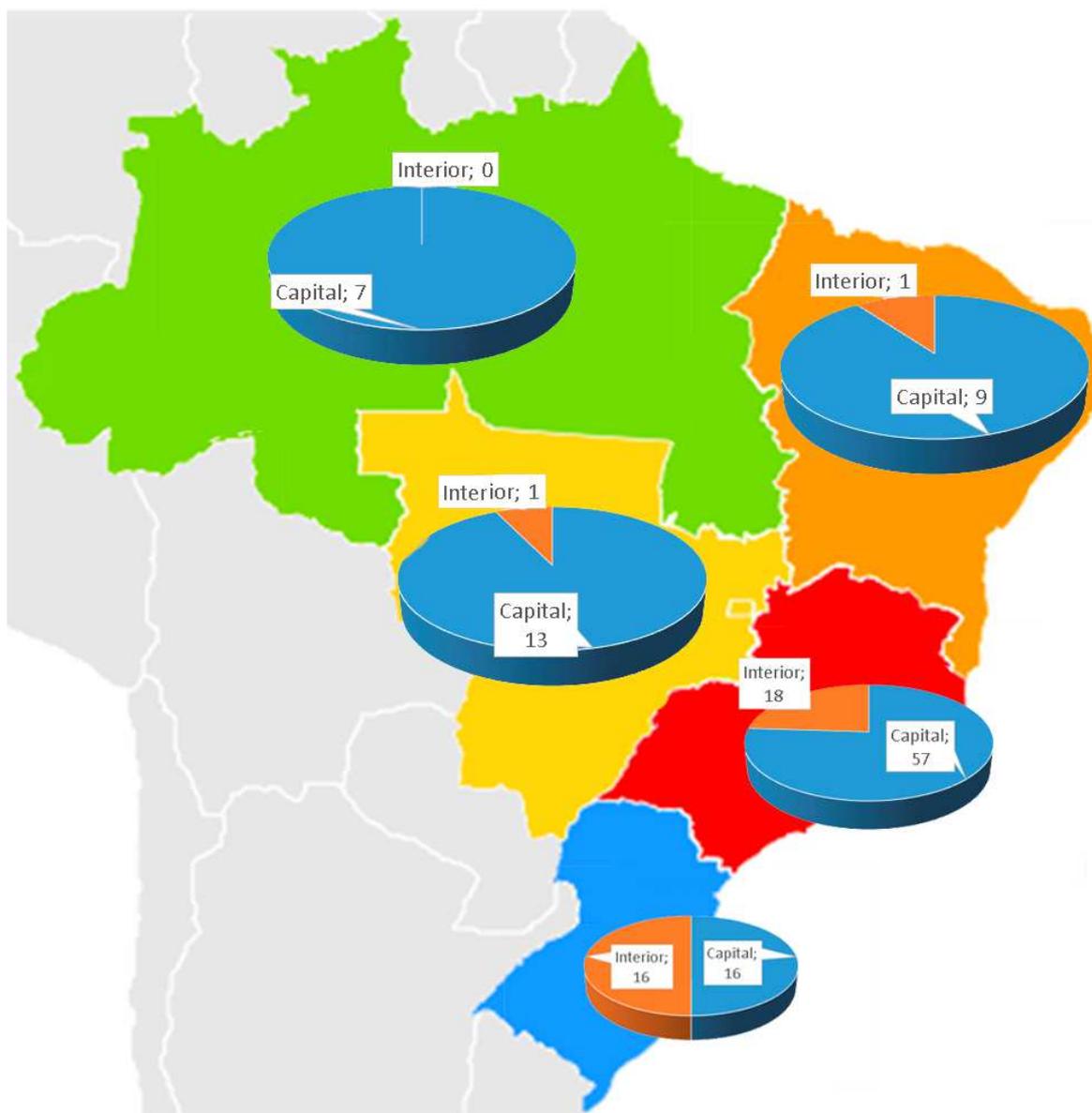
¹⁵ A tabela apresenta somente os cursos oferecidos na modalidade presencial. Todavia, vale comentar o pioneirismo do Centro Universitário Internacional (UNINTER) que, em 2014, obteve resolução permissiva para a criação do curso de graduação em Relações Internacionais na modalidade “educação a distância”. Uma consulta ao site do e-MEC permite encontrar 426 registros de endereços de oferta de cursos EaD. Trata-se de uma nova realidade que começa a se descortinar para esse campo de conhecimento.

Tabela 1: Crescimento da oferta dos cursos de graduação em Relações Internacionais (RI) no Brasil

Período	Quantidade total de novos cursos de graduação em Relações Internacionais	Distribuição por região do país	Espacialização
1971 – 1980	01	Centro-Oeste: 01	Capital: 01
1981 – 1990	01	Sudeste: 01	Capital: 01
1991 – 2000	27	Sudeste: 15 Sul: 05 Nordeste: 02 Centro-Oeste: 05	Capitais: 21 Interior: 06 (Sudeste: 03; Sul: 03)
2001 – 2010	77	Sudeste: 38 Sul: 20 Nordeste: 08 Centro-Oeste: 06 Norte: 05	Capitais: 44 Interior: 33 (Centro-Oeste: 01; Sudeste: 18; Sul: 14)
2011 – 2014	33	Sudeste: 21 Sul: 07 Centro-Oeste: 02 Norte: 02	Capitais: 17 Interior: 15 (Sudeste: 12; Sul: 02)
Total	139	Sudeste: 75 Sul: 32 Nordeste: 10 Centro-Oeste: 14 Norte: 07	Capitais: 83 Interior: 55 (Nordeste: 01; Centro-Oeste: 01; Sudeste: 33; Sul: 20)

Fonte: Brasil (sistema E-MEC, 2015).

Com o intuito de avaliar a espacialização da oferta dos cursos de graduação em RI no Brasil, essa pesquisa adotou o seguinte critério: denominou-se “capital” não apenas os cursos oferecidos exatamente nas cidades capitais dos Estados da Federação, mas também aqueles circunscritos à mesma região metropolitana, segundo critérios do IBGE. A título de exemplo, os cursos localizados em Santo André e Osasco (SP) foram considerados “capitais”, bem como os de Niterói (RJ), Vila Velha (ES) e Ananindeua (PA). O mapa a seguir mostra a proporção entre cursos localizados em Regiões Metropolitanas e os do interior.



Mapa 3: Proporção entre cursos de bacharelado em Relações Internacionais(RI) localizados em Regiões Metropolitanas e os do interior.
 Fonte: Elaboração do autor (2015).

O crescimento da oferta de cursos de bacharelado em RI no país pode ser observado no gráfico abaixo:

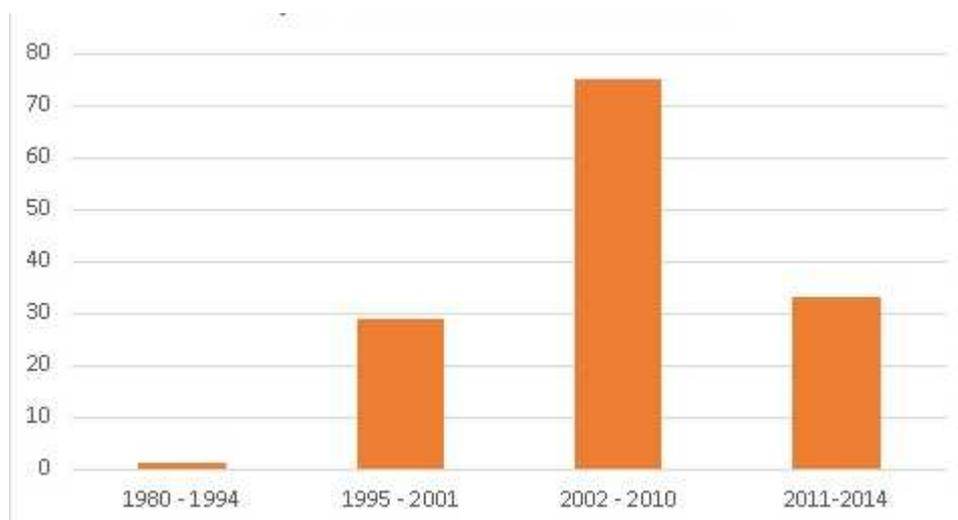


Gráfico 2: Expansão da oferta de cursos de graduação em RI no Brasil
 Fonte: Elaboração do autor (2015).

Como se pode ver, trata-se de um curso em expansão a partir dos anos 2000. Nos anos 1970, o ineditismo foi da Universidade de Brasília, que buscou profissionais que pudessem contribuir com o cenário da política externa característico da época. No final dos anos 1980, destaque para o curso da Faculdade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, a qual procurou formar profissionais que compusessem a nova dinâmica econômica do Brasil em relação ao comércio exterior.

De forma resumida, até os anos 2000 havia uma concentração de cursos de RI nas capitais, em especial na região Sudeste do Brasil. A partir de então, reconhecemos a presença deste curso em cidades médias, em especial aquelas que se encontram associadas aos investimentos em grandes projetos de infraestrutura e de desenvolvimento econômico, conforme será exposto doravante. A partir do ano de 2002, o Brasil seguiu um novo percurso no âmbito das relações internacionais, tendo despontado como liderança na América Latina, além dos BRICS.

Quanto à evolução do ensino de graduação em RI no Brasil e o perfil do profissional, leciona Shiguenoli Miyamoto (2003) que:

A explosão dos cursos de RI a partir de 1995, primeiramente com a PUC paulista e no ano seguinte com a abertura do curso da PUC mineira, serviu para derrubar algumas informações equivocadas, mostrando, em primeiro lugar, que a finalidade dos cursos, tanto da UnB quanto da UNESA, não

tinham (sic) atuações tão restritas, como as que muitos pensavam, “formando” apenas futuros diplomatas ou técnicos em comércio exterior. Em segundo lugar, demonstrando que o campo de atuação desses profissionais é extremamente aberto, sendo que os egressos de RI são detentores de um conjunto de informações que nenhuma outra modalidade de bacharelado oferece, o que os torna altamente competitivos no mercado de trabalho. (p.113)

No que tange a essa “explosão” ocorrida na década de 1990, Gabriela Cesa (2012) explica que:

A década de 1990 é, sem dúvida, a que verifica o maior crescimento brasileiro das Relações Internacionais e sua produção. Testemunha-se um aumento no número de teses produzidas, os periódicos sobre o tema passam a ser frequentes e tem-se a volta de especialistas que haviam ido estudar no exterior. O país passa por um momento de internacionalização, aderindo a um bloco regional, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e novos postos de trabalho são criados em organizações internacionais governamentais e não governamentais. (p.06).

Os anos 1990 representaram uma profunda mudança na estrutura das economias capitalistas. Nas palavras de Demétrio Magnoli (2013, p. 201), “as tendências globalizadoras da economia contemporânea colocam novos desafios para o Estado-nação”. Esses desafios envolvem diversos fatores, a exemplo da criação de grandes blocos econômicos e da difusão da informação instantânea com o progresso da ciência e o aperfeiçoamento da técnica. Com isso se quer dizer que a última década do século XX inspirou os profissionais a buscarem uma formação de cunho mais generalista. Já que “o movimento de globalização certamente modifica as relações entre os Estados e as economias nacionais”, os intercâmbios proporcionados por este fenômeno passaram a exigir, no mercado de trabalho, pessoas com o domínio de informações as mais variadas possíveis.

A década de 1990 apresentou extraordinário crescimento, em termos quantitativos, da oferta do curso de graduação em RI. Era crescente o número de funções, tanto no plano governamental quanto na iniciativa privada, direcionadas às questões internacionais. Tal fato atraiu concluintes do Ensino Médio a buscar uma formação que atentasse para tal mudança social e econômica.

Quanto ao “boom” dos referidos cursos, Lessa (2005, p. 42) aponta que a expansão da oferta de formação específica é uma reação dada pelo setor de

serviços educacionais ao crescimento da demanda por formação específica, “que, por seu turno, é uma reação social legítima à internacionalização do Brasil”.

Um contraponto é feito por Miyamoto (2003, p. 105), quando este analisa que:

Se, de um lado, o cenário parece promissor para o bacharel em Relações Internacionais nesse novo quadro, em que o mercado precisará de profissionais com uma ampla gama de conhecimentos, por outro lado, o surto muito rápido de cursos também tem levantado alguns problemas. (p.105).

O crescimento da demanda por formação específica na área encontrou um cenário profícuo nos anos 1990: a desregulação do ensino superior no Brasil. O setor de ensino superior no Brasil passou por grandes mudanças desde o início dos anos 1990 até os primeiros anos do século XXI. Houve grande aumento do número de alunos matriculados, especialmente na rede privada. Nesse sentido, Sécca e Leal (2009), em artigo publicado pelo BNDES Setorial¹⁶, asseveram que:

Muitas novas Instituições de Ensino Superior (IES) surgiram, o governo federal aprimorou seu sistema de avaliação, e alguns dos participantes do mercado profissionalizaram sua gestão, até mesmo abrindo capital na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e realizando aquisições e novos investimentos por todo o País. (...) Com o aumento do desemprego nos anos 1990, no Brasil, e a maior inserção do País no mercado global, tendo suas empresas expostas à competição mundial, tornaram-se cada vez mais importantes a qualificação profissional e o ensino voltado para atender a demandas mais imediatas de mão de obra do mercado.(p.104).

Tendo em vista o exposto, o que se observa nos anos 1990 é uma crescente desregulamentação do ensino superior fortemente por pressão do mercado. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) previa, na redação original do artigo 4º, “progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio”. Com isso, houve naturalmente um aumento no número de concluintes do Ensino Médio e, conseqüentemente, cresceu o mercado para o ensino superior. Nos anos 1990 (intenso processo de modernização e de desestatizações advindos da internacionalização da economia brasileira), houve um aumento dos requisitos de

¹⁶ Segundo a página virtual da Instituição, “o BNDES Setorial contém textos objetivos sobre diversos aspectos da estrutura produtiva da economia brasileira. O objetivo desta publicação é divulgar parte do conhecimento técnico do BNDES aplicado à análise de projetos.”

capacitação para o trabalhador, no que se refere à sua complexidade e ao grau de exigência de conhecimento.

Em 1995 e 1996, novos cursos de graduação em RI são criados na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade Católica de Brasília (UCB) e Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), que estruturam seus programas de forma sintonizada com o ensino da área.

O curso da PUC-SP foi o primeiro do Estado. Tem um perfil peculiar¹⁷, na medida em que, diferentemente dos dois primeiros, é voltado ao ensino e à pesquisa. Corroborar essa tese os seguintes fatos: a) a Instituição cria, em 2003, programa de Mestrado em Relações Internacionais¹⁸; b) em 2011, há o início da primeira turma de doutorado em RI; c) a Instituição investe em acordos e convênios para atividades de intercâmbio para seus discentes; e d) o curso já passou por três reformas, a partir de sugestões feitas pela avaliação institucional do MEC, apresentando matriz curricular bem estruturada, que aponta para discussões de relevantes temas da política mundial.

Depois dessas três propostas, houve uma expansão sem precedentes. Segundo Cesa (2012, p. 04), “cursos com qualidade duvidosa surgem e colocam em risco os rumos do ensino das Relações Internacionais e dos profissionais que se pretendiam formar”. Para Antônio Carlos Lessa (2005), a área expande-se como uma “terra sem lei”, na qual se imaginava que a formação em Relações Internacionais era produto de um amontoado de disciplinas com sufixo “internacional” e que poderiam ser ministradas por docentes sem formação específica.

Em 1996, houve a criação do primeiro curso fora de uma capital: o do Centro Universitário Lusíada (UNILUS), em Santos. No final do século XX, o Centro de Estudos Superiores da Fundação Lusíada corroborava o momento pelo qual a cidade passava: por um lado, uma revitalização paisagística e turística do Município; por outro, a formação de “profissionais capazes de enfrentar os complexos desafios

¹⁷ Informações disponíveis em: <<http://www.pucsp.br/graduacao/relacoes-internacionais#historico>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

¹⁸ Trata-se do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP).

associados à internacionalização das atividades públicas e privadas”¹⁹ da cidade que abriga o principal porto brasileiro.

Em 1997, são criadas na Região Sul as primeiras graduações em RI: o de Curitiba (Universidade Tuiuti do Paraná – UTP) e o de Palhoça, na região metropolitana de Florianópolis. Em 1998, além das capitais São Paulo, Recife e Curitiba, novos cursos são criados em Ribeirão Preto – SP e Tubarão – SC. Tubarão e Palhoça conformavam os principais *campi* da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Quanto à cidade de Ribeirão Preto – SP é possível identificar um nicho de mercado promissor para o egresso de RI: o município abriga unidades de empresas multinacionais como Coca Cola, Nestlé, 3M, Microsoft, Carrefour, Walmart, Outback, Steakhouse, AmBev, Leroy Merlin, entre outras.

Ainda no ano de 1998, houve a fundação da FENERI²⁰ – Federação Nacional dos Estudantes de Relações Internacionais, importante instrumento de representação discente de Relações Internacionais que incentiva o intercâmbio acadêmico e desenvolve pesquisas e projetos na área de modo a tornar o curso conhecido perante a sociedade.

Em 1999, o Ministério da Educação convoca, pela primeira vez, uma Comissão de Especialistas em Ensino de Relações Internacionais. Intencionava-se, então, definir critérios objetivos para a verificação do atendimento de itens essenciais para a formação com qualidade mínima na área. Em primeiro lugar, nota-se que o retardo do poder público em regular a qualidade da oferta possibilitou que duas dezenas de cursos fossem autorizados entre 1995 e 1999 seguindo critérios diversos.

Em segundo lugar, foi a partir dos parâmetros consagrados pela Comissão que os cursos criados após 1999 vislumbraram uma expansão mais ordenada. Todavia, observa-se que o crescimento continuou a se concentrar nas instituições de ensino privadas e em determinadas regiões do Brasil.

A Comissão de Especialistas utilizou alguns critérios para a verificação da qualidade dos cursos de RI. No Formulário (Anexo B), identificam-se os seguintes:

¹⁹ UNILUS (2012, p. 18).

²⁰ Para conhecer a instituição. Disponível em: <<http://www.feneri.org.br/>>. Acesse em: 12 mar. 2015.

- a) avaliação específica (se a grade curricular inclui disciplinas específicas e complementares da área);
- b) administração acadêmica (quanto ao coordenador: sua titulação, experiência docente e administrativa em magistério superior e o tempo de dedicação);
- c) qualificação do corpo docente (titulação, formação mínima em Relações Internacionais ou Ciência Política, dedicação e regime de trabalho, plano de qualificação e remuneração e compatibilidade qualificação do professor/disciplina);
- d) biblioteca (existência de títulos e periódicos que atendam ao curso, bem como política de atualização e expansão do acervo);
- e) estruturas de apoio (existência de espaço físico para leitura e trabalhos, quantidade de salas de aula, acesso à internet, equipamentos à disposição do curso e dos alunos).

3.5: O DESENVOLVIMENTO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS (RI) NOS ANOS 2000

Nos anos 2000 e 2001, a expansão do curso de RI ainda se concentra no nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Com exceção dos cursos criados nessas capitais, quatro foram os destaques na virada do milênio: Vila Velha (Universidade de Vila Velha – UVV), Salvador (Centro Universitário Jorge Amado – UNIJORGE), Guarapuava (Faculdade Guarapuava – FG) e Franca (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP). O primeiro deles é, até hoje, o único curso de Relações Internacionais no Estado do Espírito Santo e apresenta como diferencial sua matriz curricular peculiar: os alunos estudam Economia Capixaba, Questões Éticas Contemporâneas, Segurança Internacional e Política Ambiental e Desenvolvimento. O curso da UNIJORGE, por sua vez, é o primeiro da Região Nordeste. O Projeto Pedagógico do Curso (2011, p. 04) apresenta como justificativa para a sua criação a internacionalização do Brasil que guarda relação com o local nos seguintes aspectos:

Intensificação dos negócios internacionais no Estado; Potencial de desenvolvimento do setor de serviços; Implicações e as possibilidades de integração do Estado da Bahia com o Mercosul e com os demais países da América do Sul; Afinidades sócio-econômicas-culturais com cidades de países do eixo Sul; Crescente institucionalização da área de Relações Internacionais nas instâncias municipais e estaduais no país; Criação da Casa da ONU em Salvador refletindo o potencial local/regional para a cooperação internacional. (P.04).

Tais aspectos justificam o perfil do curso voltado para economia política internacional, integração regional e cooperação internacional, além de ser um dos poucos cursos da área que possui um Núcleo de Pesquisa e Extensão de Relações Internacionais (NURI).

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das Faculdades Guarapuavas justifica a sua participação nesse mercado na medida em que “consolida sua posição como centro de atração e irradiação de conhecimento ofertando cursos de bacharelado e de tecnologia” já que “a região conta ainda com uma Universidade Estadual e mais duas instituições privadas que ofertam cursos de graduação” (2008, p.10).

O último destaque entre os cursos supramencionados diz respeito à cidade de Franca – SP. Trata-se de um município localizado no nordeste do Estado de São Paulo que se destaca como o maior produtor de calçados do Brasil e da América Latina, possuindo indústrias de grande e médio porte como Ferracini, Carmen Steffens, Bull Terrier, entre outras.

A partir de 2002, a mudança de governo leva a uma reorientação das políticas públicas de educação no Brasil. São construídas algumas instituições públicas de ensino superior como Universidade Federal do ABC, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e Universidade Federal do Pampa. A demanda por ensino superior privado, por sua vez, que antes contava apenas com o Financiamento Estudantil FIES, ganha novos instrumentos como o Programa Universidade Para Todos (ProUni), que concede bolsas de estudo parciais e integrais para estudantes de IES privadas.

Diante o exposto, é bastante sintomático que só no primeiro governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003 – 2006) vinte e nove cursos de graduação em RI tenham sido criados. Nota-se uma crescente interiorização da sua oferta:

Marília – SP, Campinas – SP, Ribeirão Preto – SP, Uberlândia – MG, Foz do Iguaçu – PR e Caxias do Sul – RS.

Nesse íterim, algumas ponderações se fazem necessárias. É relevante perscrutar com quais atividades ou grandes projetos de desenvolvimento a criação desses cursos de RI guarda relação.

O município de Marília²¹, por exemplo, é um dos que mais crescem no Estado de São Paulo, sendo referência em educação básica e saúde. É reconhecido como a Capital Nacional do Alimento, tendo em vista que conta com aproximadamente 50 indústrias do setor alimentício, destacando-se empresas como Marilan, Nestlé, entre outras. Trata-se de uma cidade que consegue unir desenvolvimento econômico à qualidade de vida: é a 6ª do país e a 4ª do Estado em atendimento à criança, segundo dados da UNICEF.

Por sua vez, o curso de RI da FACAMP (Campinas – SP) parece traduzir o perfil competitivo da cidade em que se encontra. Dispondo de 5 mil horas (quase o dobro do exigido pelo MEC) e sendo oferecido em horário integral, o curso permite bidiplomação em Economia em apenas um ano a mais de estudos. Conta com duas línguas estrangeiras (inglês e espanhol) como obrigatórias na matriz curricular e uma como extracurricular (são opções o mandarim, o alemão, o francês e o italiano). A cidade de Campinas²² tem sido foco de novos investimentos e empresas: possui uma logística privilegiada, o maior aeroporto de cargas da América Latina (Viracopos), seu polo tecnológico é apontado pelas Nações Unidas como um dos mais importantes do Hemisfério Sul e, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, é a melhor cidade do interior para se trabalhar no país.

Já a cidade de Ribeirão Preto desponta como uma das que mais crescem no interior paulista. É referência nacional em turismo de negócios e possui um atraente mercado imobiliário. Constitui um polo de atração de atividades comerciais e de prestação de serviços, cuja área de atuação extrapola os próprios limites de governo. Apresenta uma forte agroindústria, sendo a região a maior produtora

²¹ Os dados são da Universidade de Marília. Disponíveis em <<http://www.unimar.br/universidade/marilia/>>. Acesso em: 09 ago. 2015.

²² Os dados são Prefeitura de Campinas. Disponíveis em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/prefeitura/>>. Acesso em: 09 ago. 2015.

mundial de açúcar e álcool. Além das usinas, destacam-se indústrias de suco de laranja, beneficiadoras de café, soja, amendoim, entre outras²³.

Quanto ao primeiro curso de RI localizado em Uberlândia – MG, pode-se afirmar que ele revela o perfil de negócios de sua cidade. O curso focaliza o “ambiente internacional de negócios associado ao entendimento da gestão de negócios”²⁴ em consonância com o município que se caracteriza como o maior polo atacadista da América Latina e que se intitula capital nacional da logística, tendo em vista sua estratégica posição geográfica e por se destacar como centro de distribuição de mercadorias.

Em relação aos cursos do interior da Região Sul, cabem também alguns comentários relevantes. O primeiro curso do interior do Estado do Paraná é o das Faculdades Integradas Anglo-Americano (FIAA) em Foz do Iguaçu, criado em 2006. A própria localização da cidade justificaria, por si só, a necessidade de um curso de graduação em Relações Internacionais: Foz do Iguaçu integra uma área urbana que, junto a Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina), é conhecida como Tríplice Fronteira. O turismo e a geração de energia elétrica são as principais atividades da região, especialmente devido ao Parque Nacional do Iguaçu e ao Complexo Itaipu Binacional. Trata-se de uma região estratégica para a integração latino-americana, rica em cultura e biodiversidade.

No que se refere à interiorização da oferta de cursos de RI no Rio Grande do Sul, a primeira experiência diz respeito à Faculdade América Latina, em Caxias do Sul. A cidade é a segunda maior do Estado e se intitula “capital do trabalho na região sul do Brasil”²⁵. Abriga o segundo maior polo metal-mecânico do país²⁶ e é

²³ Os dados são da Prefeitura de Ribeirão Preto. Disponíveis em <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/crp/dados/i01principal.htm>>. Acesso em 09 ago. 2015.

²⁴ Escola Superior Madre Celeste (ESAMC, 2015). Disponível em: <<http://www.esamc.br/>>. Acesso em: 09 ago. 2015.

²⁵ CAXIAS DO SUL (Município). **Perfil socioeconômico: 2014**. Disponível em: <https://www.caxias.rs.gov.br/_uploads/desenv_economico/perfil_caxias.pdf>. Acesso em 09 ago. 2015.

²⁶ “Para atender a essa demanda, diversas instituições de ensino oferecem cursos voltados para a área. Um deles é o Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Caxias do Sul que forma técnicos em Metalurgia. O Senai também atua na região e oferece cursos técnicos, em parceria com o Centro Automotivo Tecnológico de Caxias do Sul”. Disponível em: <http://www.cimm.com.br/porta/portal/noticia/exibir_noticia/9482-cidade-referencia-no-setor-metalmeccanico-sedia-21a-mercopar>. Acesso em: 10 ago. 2015.

referência em serviços, saúde, educação técnica e de nível superior para uma população superior a um milhão de habitantes.

Já no segundo governo Lula (2007 – 2010), o processo se intensifica com a criação de 42 cursos. Houve, em diversos estados, a fundação dos primeiros cursos da área: Manaus – AM (Centro Universitário do Norte e Faculdade La Salle, 2008), Boa Vista – RR (Universidade Federal de Roraima – 2006), São Cristóvão – SE (Universidade Federal de Sergipe, 2009), Dourados – MS (Fundação Universidade Federal da Grande Dourados, 2009), Natal – RN (Universidade Potiguar, 2009), João Pessoa – PB (Universidade Estadual da Paraíba – 2006), Fortaleza – CE (Faculdade Oboé II, 2010).

Quanto aos cursos criados no intervalo supracitado, observa-se que quase a totalidade dos cursos pioneiros foi de iniciativa de universidades localizadas nas capitais dos Estados. A exceção é o da Universidade Federal da Grande Dourados, em Mato Grosso do Sul. Esta instituição fora criada quatro anos antes (2005) a partir do desmembramento dos quadros da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no bojo do crescimento das universidades federais do governo Lula. O Projeto Pedagógico da UFGD explica que a cidade de Dourados dispõe de uma das melhores estruturas do Estado, vinculada à agroindústria regional e que permite uma integração territorial com os países limítrofes por constituir um espaço geográfico privilegiado em termos de vantagens locais. Nesse sentido, as características da região podem evidenciá-la como um ponto estratégico para investimentos em educação:

A cidade de Dourados e seu entorno têm suas potencialidades econômicas representadas pela infraestrutura já instalada, assentada numa malha rodoviária bem estruturada; pela alta produtividade agropecuária e agroindustrial; pelo potencial de profissionais qualificados e mercado regional que devem solidificar a agroindústria e a indústria tradicional (UFGD, 2011, p. 5).

Por sua vez, os cursos de Manaus – AM seguem até o presente momento como os únicos do Estado. A capital é a sexta maior, em economia, do país²⁷ e contém a Zona Franca de Manaus, um dos principais centros industriais do país,

²⁷ Informação disponíveis em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/12/57-municipios-concentravam-cerca-de-50-do-pib-do-pais-em-2012-diz-ibge.html>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

abrigando importantes indústrias das áreas de transportes e comunicações. Trata-se de uma região exportadora forte, o que justifica a presença de um curso de RI.

O Projeto Pedagógico²⁸ do curso da Universidade Federal de Roraima (2006), em Boa Vista, justifica a sua implantação devido à localização de Roraima (fronteira à República Cooperativa da Guyana e com a República Bolivariana da Venezuela) e comenta a necessidade de estreitar laços caracterizados por políticas crescentes de cooperação em diversas áreas, destacando o combate aos ilícitos transnacionais como prostituição e o tráfico de drogas e de pessoas. Comenta, ainda, a entrada da Venezuela no Mercosul, o que coloca o Estado de Roraima como “a mais nova fronteira da estratégia de integração regional do Brasil na América do Sul”.

A Universidade Federal de Sergipe, localizada em São Cristóvão – SE, é a única instituição pública de ensino superior do Estado. O Projeto Pedagógico do curso de RI enaltece o crescimento da economia estadual nas duas últimas décadas do século XX. Trata-se de uma economia vinculada à cadeia produtiva minero-química (com destaque para a produção de petróleo, gás e fertilizantes) e também para a diversificação produtiva quanto aos segmentos de agronegócios (laranja e cana-de-açúcar), têxtil e turismo.

Com um perfil diferente, o curso de RI da Universidade Estadual da Paraíba (2006) é voltado para a pesquisa e a formação de docentes. Na Região Nordeste, a UEPB e a Universidade Federal da Bahia são as únicas a oferecer Programas de Mestrado em Relações Internacionais. O curso da UEPB também “tem se afirmado na organização de eventos regionais, nacionais e internacionais a exemplo do Seminário Internacional de Estudos e Pesquisas em Relações Internacionais (SIEPRI)”²⁹.

Embora a expansão do curso em questão seja um fato inconteste nos anos 2000, não se pode olvidar que as Regiões Sudeste e Sul continuaram a concentrar as principais instituições de ensino em RI (76,3% dos cursos). Outro relevante dado diz respeito ao tipo de instituição: 76,6% dos cursos são ofertados por instituições privadas de ensino superior, o que tem consequências sérias como a baixíssima produção acadêmica em RI no país.

²⁸ UFRR (2005, p. 5-6)

²⁹ UEPB (2015).

3.6: O ENSINO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DE 2011- 2014

A participação do curso de graduação em RI no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) é também bastante recente. Nos anos de 2009 e 2012, os cursos foram submetidos à avaliação. Alguns resultados são deveras importantes:

a) Do total de 139 cursos existentes, 80 foram avaliados e destes somente quatro instituições obtiveram nota máxima na última edição da prova, todas elas de ensino público (Universidade de Brasília, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Uberlândia e Universidade Federal de Santa Catarina). Tal fato fomenta a discussão sobre a qualidade do ensino superior privado

b) Poucas instituições obtiveram nota 4 no exame: 18 num total de 139 cursos.

c) A maioria dos cursos de RI são detentores do resultado 3, o que mostra que mesmo com os requisitos do documento Padrões de Qualidade, existem diversos cursos com qualidade questionável, o que se deve a uma série de fatores como corpo docente pouco qualificado, baixo acesso à bibliografia atualizada, entre outras questões.

No período em tela, 33 cursos foram autorizados pelo Ministério da Educação, vários deles ainda em processo de implantação como o da Universidade Federal do Tocantins e o da Faculdade de Direito de Itu. Devido à criação recente e ao calendário trienal do ENADE, 40% dos cursos de RI ainda não foram submetidos ao Exame.

A maior parte dos coordenadores dos cursos de graduação em Relações Internacionais não apresenta formação específica na área. Por falta do profissional docente formado em RI, o que se vê são professores advindos de Economia, Direito, História, Ciências Sociais e Administração atuando na referida função. Trata-se de um verdadeiro desrespeito ao primeiro requisito dos Padrões de Qualidade para os Cursos de Relações Internacionais.

3.7: A IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES (CAMPUS CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ)

3.1.1: Configuração atual da Instituição

A Universidade Candido Mendes³⁰ oferece nove cursos de graduação: Administração, Ciências Contábeis, Ciência da Computação, Direito, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia Mecânica, Relações Internacionais e Tecnologia em Gestão de Comércio Varejista.

Os cursos de Pós-graduação *lato sensu* atualmente ofertados configuram MBAs ou Especializações. No primeiro grupo estão Gestão Estratégica de Pessoas, Gerenciamento de Projetos, Gestão de Portos e Negócios Internacionais, Finanças e Controladoria. No segundo grupo encontram-se Engenharia de Segurança do Trabalho, Gestão de Políticas Públicas, Língua Portuguesa, Literatura e Teatro. Em 2014, em parceria com a Unyleya Educacional, a UCAM-Campos passou a oferecer cursos de Pós-graduação na modalidade EaD (ensino a distância).

A Instituição conta ainda com três programas de Pós-graduação *stricto sensu*: Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, Mestrado Profissional em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional e Mestrado em Engenharia de Produção. Ressalte-se que, em junho do presente ano, a Universidade obteve a aprovação do seu primeiro programa de doutorado: o de Planejamento Regional e Gestão de Cidades³¹.

Quanto às atividades de extensão, a UCAM oferece cursos regulares e sazonais. Os regulares estão sob a coordenação do Candido Mendes Idiomas – CMI, vinculado à Coordenação de Pós-graduação e Extensão. A articulação entre os estudos acadêmicos e os estudos de línguas permite uma qualificação mais adequada para o mercado de trabalho. O CMI foi criado para atender inicialmente os alunos do Curso de Relações Internacionais, mas a procura acabou sendo acompanhada por discentes de outros cursos e até mesmo pela comunidade

³⁰ As informações estão disponíveis em: <<http://www.ucam-campos.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

³¹ Disponível em: <<http://capes.gov.br/avaliacao/entrada-no-snp-g-propostas/mestrado-e-ou-doutorado-academico/resultados>>. Acesso em 26 jun. 2015.

externa. Os idiomas são inglês, espanhol, francês, alemão, italiano e mandarim. Já nos cursos sazonais, a Instituição oferece preparatórios para concursos (Petrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal) e para certificação CPA 10, AutoCAD, Oratória, entre outros.

Por fim, para dar suporte às demandas discentes, resgatando e aprofundando conceitos básicos, a Instituição oferece duas atividades: o Projeto Matemática Interativa e o Projeto Corpus Literario. O primeiro promove um auxílio às disciplinas que dependem dos métodos quantitativos nas Ciências Exatas. O segundo busca fomentar o hábito da leitura em todos os cursos de graduação, tendo já adotado livros como *O livreiro de Cabul* (Asne Seierstade, 2006), *Cartas a um jovem cientista* (GLEISER, 2007), *A cabana* (YOUNG, 2008) e *A arte da guerra* (SUN TZU, séc. I ac).

No que se refere à estrutura organizacional e administrativa, a Universidade Candido Mendes³²– Campos é constituída por Direção, Coordenação Geral de Ensino, Coordenação de Admissão e Registro Acadêmico, Assessoria Jurídica, Coordenações Acadêmicas dos Cursos de Graduação, Coordenação Acadêmica de Cursos de Pós-graduação *lato sensu* e Extensão, Coordenação Acadêmica de Cursos de Pós-graduação *stricto sensu*, Assessoria Pedagógica, Tesouraria, Biblioteca, Departamento de Recursos Humanos, Departamento de Tecnologias de Informação, Setor Gráfico, Centro de Reprografia, Laboratórios, Centro de Pesquisas da Candido Mendes/Campos (CEPECAM), Centro de Práticas Empresariais (CENPRE), Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento em Informática (NPDI) e Fórum Universitário da Candido Mendes (FUCAM).

3.1.2: Justificativa para a criação do curso de bacharelado em Relações Internacionais (RI).

O primeiro bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Candido Mendes foi criado na Unidade Pio X, na cidade do Rio de Janeiro, por meio de Resolução do Reitor em 2001 (Resolução nº 13, de 13 de dezembro de 2001). Tem ênfase em Negociação Internacional. Em 2006, o *campus* de Campos dos Goytacazes estruturou o seu curso com ênfase em Comércio Exterior. Segundo o

³² UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES. **Relatório do planejamento estratégico.** Campos dos Goytacazes-RJ: UCAM, 2009.

PPC do curso da unidade de Campos, “a opção na UCAM é a de se conferir ênfase aos estudos da contemporaneidade. O amadurecimento das Relações Internacionais na UCAM é representativo e parte do desenvolvimento da área no Brasil”.

O Bacharelado em Relações Internacionais da UCAM Campos teve a preparação para sua implantação, inclusive o desenvolvimento de seu Projeto Acadêmico, no segundo semestre de 2006. Neste sentido, foi expedida a Resolução nº 11, de 13 de setembro de 2006, pelo Reitor da Universidade Candido Mendes, que “cria o Curso de Relações Internacionais, bacharelado”, e foi efetuada sua apresentação, com aprovação, ao Colegiado Superior da Universidade Candido Mendes/Campos dos Goytacazes, em reunião ocorrida no dia 19 de dezembro do mesmo ano.

Consoante a redação de seu PPC permite observar, o curso parte da compreensão de que as Relações Internacionais não mais podem ser vistas apenas como espaço de interseção entre as nações e Estados, privilegiados nos momentos de conflitos e/ou integração, e cujos estudos eram desenvolvidos, em sua maior parte, por profissionais não especializados, mas devem ser entendidas como área do conhecimento que possui sua autonomia acadêmica e epistemológica.

A criação do bacharelado em Relações Internacionais pela UCAM – Campos se justifica pelo perfil hodierno da Região Norte Fluminense. Busca um estudo de forma sólida e articulada à pesquisa e à atuação do profissional no mercado. O projeto acadêmico do curso enumera questões de ordem econômico-financeira, partindo de dados do IBGE e SEBRAE, com o intuito de perscrutar a potencialidade de Campos dos Goytacazes enquanto município em crescente e promissora atividade empresarial. Traça um perfil da Região como polo de atração de Instituições de Ensino Superior. Nesse sentido, o PPC do bacharelado em Relações Internacionais da UCAM – Campos comenta que:

Sobre a Educação, há, no município, uma estrutura educacional singular, destacando-se importantes unidades acadêmicas, de Educação Básica e Superior, tais como o Liceu de Humanidades de Campos (1847), o Instituto Federal Fluminense (Antigo Cefet) (1909), a Faculdade de Medicina de Campos (1925), a Faculdade de Direito de Campos (1869), o Colégio Batista Fluminense (1913), o Colégio Bittencourt (1930), Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora (1925), Instituto Dom Bosco Salesiano (1959), entre outros. Referente à Educação Superior, o município destaca IES tais como UENF, IFF, ICSDR, UFF, FMC, UNIVERSO, UNESA, UCAM-Campos,

ISECENSA, UNIFLU (FAFIC, FDC, FOC), Faculdade Batista Fluminense, ESANNF.

No que se refere à oferta do curso de Relações Internacionais na região, o documento esclarece, com base no Portal do E-MEC, que em toda a Região Norte-Noroeste Fluminense não há nenhum Bacharelado de Relações Internacionais sendo oferecido por instituição pública ou privada. Os cursos mais próximos (conforme constatado no Apêndice A) estão situados na região metropolitana do Estado, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói. Da mesma forma os cursos de Comércio Exterior se encontram fora da área do Norte-Noroeste Fluminense. Assim, o PPC assevera que a oferta de vagas na área das Relações Internacionais no município de Campos dos Goytacazes é não apenas desejável, como necessária.

Desse modo, as atividades empresariais da Região, somadas às empresas de extração petrolíferas e empresas que apoiam este segmento, que têm atraído para a Região companhias e profissionais de outros países, demandam profissionais habilitados, afim de que o Município, e assim a Região, possam ocupar estes postos de trabalhos com alunos oriundos de suas Instituições de Educação Superior, sem que necessitem deslocar-se para os grandes centros a procura desse tipo de egresso/graduação.

Posto isso, o capítulo seguinte traça um perfil das empresas multinacionais da Região Norte Fluminense com o fito de apresentar o mercado em potencial para o egresso de Relações Internacionais. Em outras palavras, perscruta o leque de possibilidades que se abre para o formando bem qualificado.

4: A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO, A PETROBRAS E AS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO: UM MERCADO EM POTENCIAL PARA O PROFISSIONAL EGRESSO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O profissional bacharel em Relações Internacionais possui uma formação multidisciplinar que lhe permite atuar em diversos ramos ligados especialmente ao comércio exterior. Na medida em que o curso é composto por disciplinas como Logística de Transportes, Noções de Contabilidade, Direito Internacional (Público e Privado), Comércio Exterior, Internacionalização da Economia Brasileira e Legislação Aduaneira, o egresso adquire conhecimentos gerais que servirão de instrumentos para a efetivação de processos de importação e/ou exportação em empresas multinacionais.

A primeira empresa que saltaria aos olhos do graduado em Relações Internacionais seria a Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS). Embora não haja nenhum cargo ocupado exclusivamente pelo profissional de RI, o de Analista de Comercialização e Logística Júnior (Comércio e Suprimento) costuma interessar ao internacionalista porque ele é um dos candidatos que mais se aproxima do perfil das atribuições inerentes à função. Nesse sentido, consulta à página virtual da estatal permite identificar as seguintes atribuições:

Acompanhar, participar e executar análise das políticas de comercialização, acompanhando as variações nacionais e internacionais da demanda de transporte marítimo de petróleo, derivados e outros produtos; elaboração de projeções de médio e longo prazo de nossas necessidades de transporte e abastecimento. (PETROBRAS, 2015).

Como se trata de empresa estatal, em observância ao artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, “a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos”. Das 54 carreiras disponibilizadas no site da Petrobras, o Analista de Comercialização e Logística Júnior (Comércio e Suprimento) é o único a que o graduado em Relações Internacionais está apto a assumir. É provável que por este motivo ou pela ampla concorrência que caracteriza os concursos em questão que o profissional de RI acabe optando por atuar não na Petrobras propriamente dita, mas em alguma das empresas prestadoras de serviço à estatal.

Conforme exposto no capítulo 2, a indústria do petróleo atraiu para a Região Norte Fluminense tanto empresas multinacionais envolvidas diretamente na exploração de petróleo e gás quanto companhias prestadoras de serviços ou fornecedoras de equipamentos. Esse universo revela-se um mercado em potencial para o profissional graduado em Relações Internacionais.

Com o fito de realizar um estudo de caso sobre o exposto, este trabalho desenvolveu uma aproximação com o curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Candido Mendes (Campos dos Goytacazes – RJ). Segundo Severino (2007, p. 121), um estudo de caso configura-se em “pesquisa que se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo”.

O curso de RI da UCAM Campos foi escolhido por se tratar do único bacharelado em Relações Internacionais de toda a Região Norte Fluminense, berço da produção de petróleo no país. O curso conta com alunos de Campos dos Goytacazes, Macaé, São Francisco do Itabapoana, Quissamã, Marataízes, entre outros. As opções de cursos mais próximos são em Niterói – RJ (UFF, UNILASALLE e UNIAN) ou Vila Velha – ES (UVV), ou seja, instituições que distam mais de 250 km de Campos dos Goytacazes. Posto isso, trata-se de relevante caso para investigar a interiorização da oferta dos cursos de Relações Internacionais no Brasil.

Foram feitas duas espécies de entrevistas, uma tendo como informantes os egressos do referido curso entre 2010 e 2013, e outra com as seis empresas que mais contrataram esses profissionais. Os resultados são apresentados a seguir.

4.1 ENTREVISTAS COM EGRESSOS DO BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UCAM CAMPOS

4.1.: Metodologia e caracterização da entrevista

A metodologia seguida nesta pesquisa é referente a um estudo descritivo e qualitativo. Foram feitas entrevistas por telefone, tendo o zelo de manter a imparcialidade e a objetividade inerentes ao trabalho científico. Cada entrevista durou, em média, 8 a 10 minutos e os informantes mostraram-se, em geral, bastante participativos e interessados em contribuir para o desenvolvimento desta dissertação.

As informações de contato dos ex-alunos foram obtidas junto à Coordenação de Admissão e Registro da Universidade Candido Mendes. A maior parte das ligações teve que ser feita no horário do almoço (12h às 14h) ou aos sábados, uma vez que, nos turnos matutino e vespertino, o entrevistado estava em horário de trabalho e, à noite, sempre ocupado com família e atividades domésticas.

É importante ressaltar que o desenvolvimento das perguntas priorizou o aspecto qualitativo em detrimento do quantitativo. Os informantes, em sua maioria, responderam com afinco por acreditar que suas vivências profissionais podem servir de motivação para os futuros formados. Posto isso, as respostas foram cuidadosamente anotadas e formaram um material substancial para este trabalho acadêmico.

O roteiro das entrevistas pode ser encontrado no Apêndice C. As questões foram divididas em três blocos: dados pessoais e contato; atuação profissional; competências para o mercado de trabalho (e relação com a graduação).

4.1.2: Caracterização da amostra

A entrevista foi realizada com 55 egressos. Tratava-se de um universo de 74 ex-alunos. Em termos estatísticos, a amostra representa 74,3% da população e a margem de erro é de 6,7%. Os entrevistados se graduaram em Relações Internacionais entre 2010 e 2013. Inicialmente, planejava-se entrevistar também os 23 formados de 2014. Todavia, optou-se por reduzir o espaço amostral da pesquisa

tendo em vista que, se o que se quer é estudar as demandas por formação profissional e a inserção de egressos no mercado, não seria o ideal trazer para análise os recém graduados. Os bacharéis de 2014 não possuem sequer seus diplomas expedidos! Sendo assim, para não obter resultados duvidosos ou questionáveis, a pesquisa restringiu-se aos formados até 2013.

Dos 55 entrevistados, 40 eram do sexo feminino e 15 do sexo masculino. Trata-se de um público bastante jovem: nenhum dos informantes possui mais de 30 anos. A tabulação dos resultados apresenta o seguinte escalonamento etário: 13% entre 20 e 23 anos, 53% entre 24 e 26 anos e 34% entre 27 e 30 anos.

A questão etária é de crucial relevância, especialmente por que esta se relaciona com a maturidade desses profissionais bem como com o grau de experiência laboral que eles possuem. Quanto à primeira relação, restou evidente a falta de maturidade quando alguns entrevistados, ao serem questionados sobre o(s) motivo(s) de não estarem atuando em sua área de formação, responderam que faltam oportunidades de emprego, sendo que afirmaram ter enviado seus currículos apenas para empresas localizadas em Campos dos Goytacazes e Macaé – RJ. Outros apontaram não valer a pena abandonar seus empregos originais para “submeter-se a trabalhar como estagiário”, embora estivessem cientes da alta possibilidade de serem efetivados como funcionários ao cabo do contrato de estágio.

No que se refere à relação idade x tempo de experiência, foi relatado um ciclo vicioso em termos de contratação. Boa parte das empresas multinacionais ou prestadoras de serviços exige, em seus processos seletivos, um tempo mínimo de dois anos de experiência como requisito para contratação. Como se trata de profissionais muito jovens, a maioria relata ter tido dificuldade em conseguir o primeiro emprego, visto que experiência com trâmites de comércio exterior é requisito em todas as empresas do ramo.

4.1.3: Análise dos resultados

4.1.3.1: Cidade de residência e cidade de trabalho

Na primeira sessão de perguntas, investigou-se a cidade de residência e de trabalho dos informantes. Obteve-se que 26% residem em Macaé, 57% em Campos

dos Goytacazes e 17% em outras cidades (Rio de Janeiro, Vitória, Cabo Frio, Rio das Ostras, Viçosa, Aperibé, Armação dos Búzios e Londres – Reino Unido). É interessante apontar que, se considerados apenas os que atuam em multinacionais ou prestadoras de serviços à indústria de petróleo e gás, 52% residem em Macaé, 32% em Campos dos Goytacazes e 16% em outras cidades (Rio de Janeiro, Vitória, Cabo Frio e Rio das Ostras).

Quanto à cidade de trabalho, 42% dos entrevistados afirmaram trabalhar em Macaé, 44% em Campos dos Goytacazes e 14% em outras cidades (Rio de Janeiro, Armação dos Búzios, Vitória, Cabo Frio e São João da Barra). Ao restringir os resultados aos que atuam na área de formação, 79% trabalham em Macaé e os 21% restantes em Vitória, Rio de Janeiro, Cabo Frio e São João da Barra. Ressalte-se: nenhum entrevistado que atua na sua área de RI trabalha em Campos dos Goytacazes. Dos que trabalham em Macaé, 69% também residem nessa cidade. Todavia, 26% moram em Campos dos Goytacazes e 5% em Rio das Ostras.

Tendo em vista os resultados encontrados, esse trabalho vai ao encontro da dinâmica descrita por Érica Silva ao estudar desenvolvimento regional e movimento pendular no Norte Fluminense:

No norte fluminense, impactos sociais recentes foram observados com a nova dinâmica de desenvolvimento regional engendrada a partir da chegada da indústria petrolífera na região, onde Campos dos Goytacazes deu nome à nova área conhecida como Bacia de Campos – produtora de petróleo; entretanto, Macaé assumiu uma centralidade em termos de instalação física do parque industrial. (...) Sobre as características do movimento pendular da Região Norte Fluminense, as razões do deslocamento indicam que são mais no sentido de trabalhar do que estudar, onde Macaé exerce uma centralidade neste movimento por motivos de trabalho. (SILVA, 2008, p. 01 e 19)

No artigo mencionado, Silva³³ discorre ainda sobre as tendências do crescimento das cidades médias alterando o fluxo de pessoas. Baseando-se em Santos (2003), a autora evidencia que os principais movimentos são de caráter urbano – urbano e não mais rural – urbano, como antigamente ocorria, e que os fluxos de longa distância vêm sendo substituídos pelos intraestaduais.

³³ As transformações espaciais, econômicas e sociais de Macaé em decorrência da instalação de empresas ligadas à indústria do petróleo foram objeto de investigação de artigo componente da obra “Petróleo e região no Brasil”. Cf. MOTA et al. Impactos socioeconômicos e espaciais da instalação do pólo petrolífero em Macaé, RJ. In: PIQUET, Rosélia (org); SERRA, Rodrigo (org). **Petróleo e região no Brasil: o desafio da abundância**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p. 289 – 318.

4.1.3.2: Atuação profissional

Em se tratando de indústria do petróleo, Macaé revela-se uma verdadeira força centrípeta até mesmo para inserção profissional dos formados em RI, uma vez que é nessa cidade que se instalam a maior parte das multinacionais da região. O apêndice D apresenta um panorama-síntese das empresas em que os egressos estão trabalhando atualmente, bem como o ramo de atuação e a relação das companhias com a cadeia petrolífera. A situação laboral dos egressos em RI foi dividida em três grupos no referido Apêndice, como se descreve a seguir.

Em primeiro lugar, listam-se as empresas em que o trabalho do egresso está direta ou indiretamente relacionado à sua formação em Relações Internacionais. Tratam-se de companhias ligadas à produção de petróleo e gás, suas fornecedoras nacionais e internacionais e prestadores de serviços. Incluíram-se nesse grupo empresas de outros ramos em que os egressos também desempenham funções afins à área de RI, como, por exemplo, a Costagille e a EY. Elas se situam em Macaé e cuidam de serviços de consultoria em imigração, legalização de estrangeiros, vistos consulares, entre outros³⁴. No total, 24 alunos (44% dos entrevistados) compõem esse grupo.

Em segundo lugar, elencaram-se as empresas em que a atuação do profissional não está relacionada à sua área de formação. Nesse bloco, encontram-se 19 egressos (34% dos informantes). Constituem-no instituições de ensino (como Universidade Candido Mendes, Number 1 e Wise Up Cursos de Idiomas, Colégio Paulo VI e Externato Liberato Simões), Prefeitura de Campos dos Goytacazes e companhias diversas como hotéis, bancos e empresas de comércio.

Em terceiro lugar, relata-se o quantitativo de egressos que estão, atualmente, fora do mercado de trabalho. Totalizam 12 profissionais (22% dos entrevistados). Nesse grupo, 05 afirmaram não trabalhar no momento por falta de oportunidade, sendo que dois deles preferiram viajar para o exterior (Irlanda e Reino Unido) para incrementar os currículos. Outros 05 egressos responderam que estão fora do mercado de trabalho porque preferiram se dedicar aos estudos (dois deles cursam

³⁴ Informações disponíveis em: <<http://www.costagille.com/grupo-costagille#institucional>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

outras graduações e três fazem Mestrado em Ciência Política – UFF e Políticas Sociais – UENF). Por fim, 02 formados disseram que estão apenas temporariamente desempregados, porque pediram demissão de suas empresas, mas já com convites de outras multinacionais.

Os egressos da UCAM que atuam na área de Relações Internacionais estão contratados em diversas empresas. Em Macaé, as companhias são Schlumberger, Halliburton, Crane, Baker Hughes, Odebrecht, Manchester, Expro Group, Spassu Tecnologia, Costagille, Oceaneering, EY, Panalpina, Paragon Noble Offshore. Em Cabo Frio, a BHS Transporte Aéreo. No Rio de Janeiro, a Saipem do Brasil. Por fim, em São João da Barra, a National Oilwell Varco (NOV). Relacionam-se, abaixo, os perfis das principais empresas que compõem o panorama em estudo.

A Schlumberger³⁵ é o principal fornecedor mundial de tecnologia, gestão integrada de projetos e soluções de informação para clientes que trabalham na indústria de petróleo e gás em todo o mundo. Empregando aproximadamente 108.000 pessoas, representando mais de 140 nacionalidades e trabalhando em mais de 85 países, a Schlumberger fornece ampla gama da indústria de produtos e serviços de exploração por meio de produção. Seus escritórios principais estão localizados nas cidades de Houston (Estados Unidos), Paris (França) e Haia (Holanda).

Fundada em 1919, a Halliburton³⁶ é uma das maiores fornecedoras do mundo de produtos e serviços para a indústria de energia. Com mais de 70.000 funcionários, representando 140 nacionalidades em mais de 80 países, a empresa atende a indústria upstream de petróleo e gás em todo o ciclo de vida do reservatório – desde a localização de hidrocarbonetos e gerenciamento de dados geológicos, a perfuração e avaliação das formações, construção e conclusão de poços de petróleo, e otimizando a produção ao longo da vida útil do campo.

Com um histórico secular, a Baker Hughes Incorporated³⁷ oferece soluções que ajudam os operadores de petróleo e gás a aproveitar ao máximo os seus reservatórios. Com 53.000 empregados em mais de 80 países, suas equipes de

³⁵ Informações disponíveis em: <<http://www.slb.com/about/who/backgrounder.aspx>>. Acesso em: 02 ago. 2015.

³⁶ Informações disponíveis em: <<http://www.halliburton.com>>. Acesso em: 02 ago. 2015

³⁷ Informações disponíveis em: <<http://www.bakerhughes.com/company/about>>. Acesso em: 02 ago. 2015.

mercado trabalham lado a lado com os clientes para projetar confiáveis produtos de aplicação específica e serviços que agregam valor ao reservatório quando se trata de águas profundas, produção e hidrocarbonetos não convencionais ou gestão da água.

A National Oilwell Varco (NOV)³⁸ é uma empresa multinacional americana com sede em Houston, Texas. É um fornecedor líder mundial de equipamentos e componentes utilizados em operações de perfuração e produção de petróleo e gás, serviços de campo petrolífero e serviços de integração de cadeia de fornecimento para a indústria de petróleo e gás. A empresa realiza operações em mais de 1.200 locais em seis continentes.

Quanto à trajetória trilhada pelos egressos no mercado de trabalho, 15 profissionais (62% dos que atuam na área de RI) afirmaram ter ingressado nas empresas em que trabalham já desempenhando a função atual. Todavia, apenas um está em seu primeiro emprego. Os 09 egressos restantes iniciaram como estagiários ou desempenhando o cargo de Assistente para só depois ser promovido a Analista. Isso vale dizer que raramente os profissionais que atuam na área de RI iniciam os seus trabalhos desempenhando “a função dos sonhos” em detrimento do que pensam os alunos das séries iniciais em Relações Internacionais.

Outra informação relevante diz respeito ao tempo necessário para iniciar a atividade profissional na área de RI. Dos entrevistados do grupo 1, 46% disseram que iniciaram a trabalhar na área ainda durante a graduação, 29% até um ano de formado, 21% de um a três anos de formado e 4% após três anos de formado. Com base no exposto, é possível afirmar que a inserção profissional dos egressos com um bom currículo é praticamente imediata. São muitos os estagiários de RI que, assim que se formam, são efetivados por suas empresas.

Para confirmar o exposto, a última pergunta do Bloco 2 dizia respeito à formação complementar ou continuada. Seu intuito era investigar se a contratação depende exclusivamente da formação em RI ou da combinação dessa com outras áreas/cursos. Metade dos entrevistados possui apenas a formação em RI. Dos egressos que compõem a outra metade, 50% possuem pós-graduação em Logística (Empresarial ou Portuária) e Gestão da Cadeia de Suprimentos e 25% em Negócios (Gestão de Negócios ou Negócios Internacionais), 17% têm formação em outras

³⁸ Informações disponíveis em: <<https://www.nov.com/Segments.aspx>>. Acesso em: 02 ago. 2015.

áreas (Letras e História) e 17% afirmaram ter realizado cursos de extensão que foram indispensáveis à contratação (Engenharia de Equipamentos Onshore, Despachante Aduaneiro, Classificação Fiscal de Mercadorias). Observou-se a relação entre essa formação e o cargo desempenhado: 72% dos Analistas de Comércio Exterior possuem cursos de pós-graduação. A maioria dos que não são pós-graduados ocupa o cargo de Assistente ou Consultor.

4.1.3.3: Competências para o mercado de trabalho

O terceiro e último bloco de questões integra as competências exigidas para inserção no mercado de trabalho da Região Norte Fluminense. Engloba três perguntas: a) quais são as principais competências exigidas pelo mercado?; b) quais delas foram oferecidas pelo seu curso?; e c) quais delas não foram contempladas pelo seu curso?.

No que se refere à primeira indagação, os entrevistados foram unânimes em apontar o domínio de línguas adicionais, especialmente o inglês. Houve inclusive quem afirmasse “É melhor falar fluentemente só inglês do que falar inglês e espanhol em níveis intermediários. As empresas não estão interessadas em quantas línguas você fala, mas se pode contar com você para se comunicar bem com a gerência”. Alguns informantes ainda relataram que as entrevistas de emprego que realizaram foram conduzidas parcialmente em língua inglesa. Uma interessante experiência foi narrada da seguinte forma: “Quando fiz a entrevista para esta empresa, o recrutador, sem a menor cerimônia, alternava séries de perguntas em português e em inglês tanto que, às vezes, eu ficava sem saber em que idioma responder!”. Em uma das últimas entrevistas, uma informante foi taxativa ao dizer que “é indispensável que os cursos de RI tenham, no mínimo, uma disciplina ministrada totalmente em inglês”.

Os informantes enumeraram, também, algumas características dos bons candidatos consideradas indispensáveis ao sucesso na contratação: organização, pró-atividade, resiliência, senso de urgência, aptidão para trabalhar em equipe, dinamismo e comprometimento. Alguns foram enfáticos quanto à disponibilidade para viajar a trabalho e quanto à boa capacidade de negociação.

Em segundo lugar, apontaram como requisito ter habilidades operacionais de comércio exterior. Nesse ínterim, ressaltam o conhecimento de termos da área e da legislação que embasa o processo de desembaraço de cargas, dos regimes aduaneiros especiais, além de ter noções sobre documentos necessários aos processos de importação e exportação.

Para ocupar o terceiro requisito, os entrevistados se dividiram entre os que acreditam ser mais importante as competências tecnológicas ou os conhecimentos em logística. Esse último foi mais evidenciado pelos profissionais que atuam como Analistas de Comércio Exterior, os quais descreveram a importância de conhecer a fundo as características dos modais de transporte e os gargalos da estrutura logística brasileira. Quanto às competências tecnológicas, o domínio avançado em Microsoft Excel e MS Project foi bastante evidenciado pelos profissionais que atuam como Assistentes de Planejamento ou com Gestão de Projetos.

Ao serem questionados sobre quais requisitos o curso de RI contemplou ao longo de sua estrutura, quase a totalidade dos entrevistados precisou de bastante tempo para pensar. As respostas variaram entre os dois extremos: houve quem dissesse “Tudo de que eu precisei para a minha contratação eu aprendi por fora”, mas também quem apontasse que “Eu não acho que devemos colocar na faculdade a responsabilidade por essas competências todas; afinal, a Universidade deve oferecer o básico para o mercado, o resto cada um que corra atrás”. No entanto, a maioria dos entrevistados afirmou ter visto noções, ainda que muito preliminares, da sistemática do comércio exterior e também uma introdução ao estudo da Logística. Os que atuam com consultoria imigratória ressaltaram ter tido relevante base em Direito Internacional Público e Privado.

No que se refere às competências exigidas pelo mercado e não contempladas pela formação do aluno, a mais comum resposta foi quanto ao estudo de línguas estrangeiras e das competências tecnológicas. É crucial mencionar que, embora os egressos estejam em dissonância quanto à oferta de tais conhecimentos na própria graduação ou por cursos extras, foi majoritário o apontamento de que a graduação precisa dedicar, ao menos uma matéria, de Inglês Técnico (ou Inglês para Negócios Internacionais) e outra de Informática Básica (atentando para o Excel Avançado).

Por derradeiro, uma pergunta alternativa compunha a entrevista e era dedicada àqueles que não atuam nem direta nem indiretamente na área de

Relações Internacionais. Ela busca indagar o porquê desse fato e ofertava ao entrevistado algumas opções, mas deixava a escolha em aberto com o item “Outro motivo” e era possível apontar mais de uma resposta. 55% dos informantes responderam que não atuam na área de Relações Internacionais por falta de oportunidade na carreira. Alguns alegaram que a falta de experiência na área impossibilita a inserção em multinacionais, as quais dão preferência sempre a quem já tem um histórico de atuação em comércio exterior. Já 17% dos entrevistados apontaram como justificativa a falta de perspectiva na carreira, quer por não terem se encontrado nessa área ou por julgarem não compensar dar passos atrás ao ter que abandonar seus empregos e começar “do zero” na área de RI como estagiário. Por sua vez, 26% dos egressos acreditam que as empresas da Região desconhecem o profissional de RI, tendo uma informante contado o seguinte:

Quando a empresa me contratou, eu era estagiária. Meu chefe, que cuidava de comércio exterior, tinha formação em Administração e a área de importação não era de domínio dele. Quando ele pediu demissão, o supervisor, que mal sabia que eu era de RI, achou por bem me efetivar na empresa para ocupar o cargo vago.

O relato acima vem ao encontro da necessidade identificada pela FENERI (Federação Nacional dos Estudantes de RI), desde a sua criação em 1998, quanto à promoção da importância do profissional em RI, bem como a evidenciação de suas competências e habilidades.

Apenas dois egressos relacionaram a falta de emprego ao fato de não falar nenhuma língua estrangeira. Já 32% dos entrevistados justificaram-se com “melhor oportunidade em outra profissão”.

Diante o exposto, este trabalho apresentou um panorama-síntese dos caminhos tomados pelos egressos em Relações Internacionais da UCAM Campos como um estudo de caso para investigar a interiorização da oferta dos cursos de RI no país. Contudo, faz-se necessário, ainda, fazer uma leitura do mercado sob a ótica do empresariado. Como os recrutadores representantes das principais empresas apontadas nesse trabalho veem a questão das exigências para atuação na área de Relações Internacionais?

4.2: ENTREVISTAS COM MULTINACIONAIS DA REGIÃO NORTE FLUMINENSE

4.2.1: Metodologia e caracterização da entrevista

A metodologia seguida nesta pesquisa também se caracterizou como qualitativa. Os questionamentos guiaram as conversas, mas os informantes tiveram a liberdade de registrar suas visões sobre os requisitos para inserção de profissionais no mercado de trabalho. Foram feitas entrevistas por telefone e o trabalho mantém o anonimato das empresas selecionadas para essa atividade. Cada entrevista durou, em média, 8 minutos e os informantes, embora interessados em contribuir para a pesquisa, respondiam com bastante pressa. O protocolo com as perguntas norteadoras pode ser encontrado no Apêndice E.

4.2.2: Identificação do perfil das empresas

No total, sete empresas participaram da entrevista. Buscaram-se perfis diferentes para investigar requisitos também distintos de profissionais. Cinco companhias são ligadas diretamente à produção de petróleo e gás, uma é prestadora de serviços para a referida indústria e uma é relacionada à consultoria em imigração.

Foi interessante observar que, ao contrário do que se esperava, nem sempre o recrutamento de profissionais para essas empresas é feita por um gestor de RH. Na maioria dessas empresas, o processo seletivo é conduzido diretamente pelo Gerente Geral ou por um Gerente de Importação e Exportação.

4.2.3: Análise dos resultados

Todas as empresas consultadas contratam profissionais com formação acadêmica em Relações Internacionais. Os cargos ocupados são os de Analista de Logística, Analista de Importação e Exportação, Agente e Assistente Imigratório, Agente e Assistente de Operações Externas.

Um dos entrevistados foi enfático em afirmar que a regra das contratações é que o funcionário entre na empresa como estagiário. São raras na companhia, ao

menos para as funções de comércio exterior, as contratações diretas como funcionários efetivos. Isso se justifica pelo fato de que cada empresa possui sua sistemática quanto aos processos de importação e exportação e o tempo de estágio é fundamental para que o profissional se adapte aos imperativos propostos pela empresa. Um dos informantes afirmou que “a maioria dos candidatos em processos seletivos para funções que envolvem operações de comex³⁹ aparece com pouca ou nenhuma experiência na área”. Sendo assim, o estágio é fundamental para o profissional se inteirar da dinâmica da empresa, é o momento de a empresa o avaliar como potencial funcionário.

Os cargos desempenhados por profissionais de Relações Internacionais não são, em nenhuma das empresas entrevistadas, ocupados exclusivamente por eles. Companhias de consultoria imigratória contratam também egressos do curso de Direito. Uma das multinacionais entrevistadas contrata até mesmo engenheiros para as funções voltadas ao comércio exterior, tendo em vista que “a empresa se incumbem de oferecer cursos internos para os funcionários sobre a lógica do comex; então, na prática, pouco importa se a formação é em RI, Administração ou Engenharia de Produção, por exemplo”.

O fato em questão se revela um emblemático perigo aos egressos do curso de RI. Se um dos seus diferenciais é entender das especificidades que envolvem a importação e a exportação, e a empresa diz que ela mesma capacita o funcionário com relação a essa necessidade, isso vale dizer que o internacionalista, em especial o que atua na Região Norte Fluminense, precisa rever a sua razão de ser... Em outras palavras, o profissional de Relações Internacionais precisa repensar quais outros diferenciais ele pode oferecer ao mercado: domínio de mais de uma língua estrangeira, conhecimento multifacetado que permite antever cenários e tendências de mercado, vivências (intercâmbios) no exterior, etc.

No que se refere às competências exigidas para contratação, as respostas envolveram basicamente, como já era de se esperar, ensino superior completo e fluência em língua inglesa. Um dos gerentes comentou que é desejável domínio de

³⁹ No jargão técnico, “comex” é a maneira de se referir às operações de “Comércio Exterior”.

espanhol ou francês e cursos de aperfeiçoamento. Outra empresa destacou a necessidade de se conhecer os regimes aduaneiros especiais, como o REPETRO⁴⁰.

A última pergunta buscou indagar quais competências exigidas pela empresa mais faltam nos candidatos dos processos seletivos em geral. A primeira resposta envolveu, em todas as multinacionais, a fluência em inglês. As empresas se justificaram dizendo que o que acontece é uma das seguintes atitudes:

- a) o candidato mente ou desconhece o nível real de suas competências linguísticas;

- b) o candidato fala bem inglês, mas o cotidiano laboral exige comunicação com gerentes norte-americanos ou ingleses e, por algum motivo, esse diálogo acaba não se realizando de forma satisfatória.

Por fim, algumas multinacionais elencaram como características faltosas a vontade de trabalhar e de crescer nos quadros da empresa. Evidenciaram que falta a garra de “vestir a camisa” e “esforçar-se pela empresa”. Tais valores são bastante apreciados nos processos seletivos, mas a gestão de carreira parece estar longe do perfil dos candidatos.

⁴⁰ O REPETRO foi criado pelo Decreto nº 3.161, de 02.09.1999. Trata-se de um regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural. Consiste em tratamento tributário distinto, desonerando de impostos federais o fornecimento de bens para as atividades retro mencionadas.

5: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho investigou as demandas por formação profissional de nível superior no Norte Fluminense, levando em conta a inserção de profissionais graduados em Relações Internacionais em empresas multinacionais ligadas à indústria de petróleo e gás. Analisou a intrínseca relação entre a qualidade e a oferta de cursos de ensino superior para atender a uma específica demanda mercadológica, isto é, a de mão de obra especializada para operações de comércio exterior.

Inicialmente, a pesquisa apresentou um olhar histórico sobre o contexto regional visando compreender a relação entre desenvolvimento regional e as exigências profissionais no Norte Fluminense. Discutiu-se a mudança de perfil socioeconômico de uma região antes dedicada à atividade canavieira e que, a partir dos anos 1980 (intensificada na década de 1990), é reconhecida pelos meios midiáticos como capital nacional do petróleo. A indústria do petróleo e as atividades logístico-portuárias inserem o Norte Fluminense em um novo cenário que exige profissionais mais qualificados para a execução de suas tarefas laborais.

Posto isso, identificou-se que a graduação em Relações Internacionais é relativamente nova no Brasil, tendo em vista que o curso pioneiro, o da Universidade de Brasília, foi criado há pouco mais de 40 anos e, por quase duas décadas, o crescimento da oferta desses cursos foi bastante tímida (como dito, até 1995, havia apenas três cursos). O período relacionado ao governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) assistiu a um boom na oferta de cursos de RI, os quais foram majoritariamente criados nas capitais ou regiões metropolitanas dos Estados e concentraram-se na Região Sudeste e Sul do Brasil, respectivamente.

A partir do ano 2003, o governo Luís Inácio Lula da Silva promove uma reorientação das políticas públicas de educação. Tal mudança é acompanhada por uma guinada na oferta de cursos de graduação em Relações Internacionais: o número cresce de 35 para 139 e observa-se um processo de interiorização dos cursos. Dois fenômenos foram descritos nesse trabalho acadêmico:

- a) no sentido lato, discorreu-se acerca dos investimentos gerais no ensino superior, o que se evidenciou especialmente na criação de universidades e institutos federais bem como por programas de incentivo estudantil (a exemplo do FIES e do ProUni);
- b) em sentido estrito, estudou-se que o crescimento econômico das cidades médias brasileiras guarda relação com projetos de investimentos, o que justifica, especialmente nas Regiões Sudeste e Sul, a ampliação da oferta de cursos de graduação em Relações Internacionais.

Nesse sentido, a dissertação identificou a relação entre cursos de RI e grandes projetos de investimento/desenvolvimento, como os ligados à indústria do petróleo e gás, ao agronegócio, à dinâmica do turismo e da integração regional e sul-americana, à produção têxtil e às atividades logístico-portuárias. Observou-se o poder atrativo de tais projetos com relação à abertura de novos cursos de graduação para atender a essa demanda. É nesse cenário em que se inserem também os novos cursos de RI.

Sendo assim, a graduação em Relações Internacionais da Universidade Candido Mendes – Campos se apresenta como relevante objeto de investigação científica. Por um lado, está localizada no epicentro da indústria do petróleo e do novo perfil profissional que se descortina nesse emaranhado de empresas multinacionais no Norte Fluminense. Sendo assim, a UCAM Campos se volta para atender, diretamente, a uma demanda real e urgente de mercado: a de suprir as companhias internacionais com profissionais conhecedores das peculiaridades da produção de petróleo e gás e da prestação de serviços. Por outro lado, possui ainda uma atuação solitária: trata-se do único curso de RI do Norte Fluminense. Cursos mais próximos se encontram apenas em Niterói – RJ ou Vila Velha – ES, ou seja, distantes quase 250 km da cidade de Campos dos Goytacazes – RJ.

No entanto, o trabalho atentou para a necessidade de um olhar criterioso quanto ao crescimento dos cursos de RI no Brasil. É mister rechaçar o crescimento da oferta que vise unicamente a atender a uma lógica de mercado em detrimento da preocupação com a qualidade e com a obediência a critérios mínimos de exigências e de currículo para a criação dos referidos cursos.

Na Região Norte Fluminense, foi verificado que os profissionais de Relações Internacionais encontram-se empregados majoritariamente em empresas do segmento de petróleo e gás. São companhias multinacionais que atuam como fornecedoras de equipamentos ou prestadoras de serviços à Petrobras. Estão localizadas em vários municípios, mas a concentração é em Macaé – RJ. Alguns profissionais de RI atuam em empresas de consultoria imigratória, mas até mesmo essas têm uma relação (indireta) com as multinacionais da região, porquanto prestam assistência na obtenção de vistos consulares e de autorização de trabalho para expatriados.

Inicialmente, a inserção dos profissionais de Relações Internacionais no mercado de trabalho tem ocorrido por meio de contrato de estágio, tendo em vista que as empresas optam por tal modalidade por uma questão de custos, mas principalmente com a justificativa de que o candidato precisa adquirir experiência para atuar bem nas operações de comércio exterior. O final do estágio é geralmente acompanhado pela efetivação do funcionário, que precisa, entretanto, atentar-se para o fato de que os cargos (como Analista de Importação e Exportação ou Analista e Logística) não são ocupados exclusivamente por internacionalistas. Tal fato demanda do profissional de RI ainda mais atenção quanto à diversidade de seu currículo no que se refere ao domínio de línguas estrangeiras, conhecimentos em informática e noções de logística.

Posto isso, acredita-se que este trabalho possa contribuir para o estudo do perfil de cursos de Relações Internacionais que se atentam para as demandas do mercado sem perder de vista os critérios de qualidade. Nesse sentido, apontou-se a importância do documento Padrões de Qualidade para os Cursos de Relações Internacionais, elaborado pelo Ministério da Educação. Segundo o documento, quatro requisitos precisam ser respeitados:

a) coordenador e corpo docente formados em RI;

b) qualificação docente;

c) estrutura do projeto acadêmico-pedagógico;

d) instalações e outros recursos de infraestrutura. Diante o exposto, torna-se bastante complexo o fato de que os 139 cursos de RI no país precisam de coordenadores e professores com formação na área, sendo que no Brasil existem apenas 10 cursos de Mestrado e 5 de Doutorado, esses últimos concentrados no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Brasília.

O que ocorre na prática são cursos coordenados por profissionais com formação em áreas afins como Direito, Economia ou História, ou seja, confia-se a condução de um curso com autonomia didático-científica a outras áreas do conhecimento. O quadro piora ainda quando muitas instituições acreditam que seja suficiente acrescentar o adjetivo “internacional” a velhas disciplinas, metodologias e programas.

Há ainda uma importante observação: se “Relações Internacionais” não compõem um todo homogêneo, já que envolve comércio exterior, diplomacia, direito, economia, tampouco a formação pode ser entendida como um amálgama uniforme. Alguns alunos querem se dedicar às operações de comércio. Outros, porém, intencionam preparar-se para o concurso de admissão à carreira de diplomata. Há, ainda, os que querem atuar com consultoria, turismo ou mesmo aventurar-se na prática docente. Por mais que os cursos de RI precisem, por uma questão de mercado, possuir foco em uma área, é crucial ressaltar que eles não devem fechar portas àqueles que detêm outras aptidões. É indispensável que atenção seja dada a esse fato na composição da matriz curricular quanto às disciplinas do ciclo final do curso.

Por derradeiro, é imperativo reconhecer que Relações Internacionais, enquanto área nova na academia brasileira, precisa de reconhecimento no próprio meio acadêmico e também no mercado de trabalho. Enquanto os cursos de Relações Internacionais não forem pensados por internacionalistas e enquanto os seus egressos não forem vistos como profissionais diferenciados na execução de

tarefas que envolvam o complexo mundo em que se vive atualmente, o resultado tenderá ao fracasso. No fim, o que se verá são empresas internacionais, com necessidades globais e projeções mundiais, mas com mão de obra brasileira de chão de fábrica, uma vez que o grande gerente precisa se deslocar para o Brasil e não tem sequer com quem se comunicar. Isso porque, se já não bastasse o fato de as Ciências Humanas serem cada vez mais preteridas (sob a justificativa de que é preciso apenas formar engenheiros, arquitetos e afins), até os cargos que deveriam ser ocupados por profissionais de RI estão sendo tomados por outras áreas de formação.

Resta ainda uma esperança: enquanto o capitalismo vigorar como forma de organização social e econômica, as transnacionais provavelmente comporão esse jogo de globalismo, regionalismo e nacionalismo. E empresas são administradas por pessoas, as quais precisam compreender que o mundo é um organismo vivo e, como tal, é muito mais do que mera soma de fatores. O transnacional impõe profundos impactos no nacional, no regional e no local, restando a pergunta: quem vai pagar essa conta?

6: REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro**: heranças e urgências. Rio de Janeiro: REVAN: Fase, 2000, p. 17-24; 319-338.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Formulário para uso das Comissões de Verificação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/rel.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

_____. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996**: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 12 jan.2015.

_____. **Padrões de Qualidade para os Cursos de Relações Internacionais**. <Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/padreli.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 09 mar. 2015.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil**: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz Fernandes. Política educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil. **Educação e Sociedade**, v. 22, n. 75, p. 67-83, 2001.

Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a06.pdf> >. Acesso em: 12 mar. 2015.

CESA, Gabriela. **Relações Internacionais no ENADE**: desafios e perspectivas. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/view/291/722>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

CRUZ, José Luís Vianna. Espaço social, ambiente construído e reprodução social. **Petróleo, Royalties e Região**. Campos dos Goytacazes-RJ, v.2, n.10, p.1-36, maio, 2007. Disponível em: < oyaltiesdopetroleo.ucam-campos.br>. Acesso em: 12 fev. 2015.

DIAS, Reinaldo. **Relações internacionais**: introdução ao estudo da sociedade internacional global. São Paulo: Atlas, 2010.

FARIA, Ana Maria Rocha; QUELHAS, Osvaldo Luís Gonçalves. A formação profissional e as políticas públicas de educação no Brasil. **Boletim Técnico Organização e Estratégia**, Niterói-RJ, v. 1, n. 1, p. 16-34, 2005. Disponível em: < https://www.academia.edu/20514826/A_forma%C3%A7%C3%A3o_profissional_e_a_s_pol%C3%ADticas_p%C3%BAblicas_de_educa%C3%A7%C3%A3o_no_Brasil>. Acesso em: 12mar. 2015.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

GOMES, C.G.; OLIVEIRA, E.L. Curso superior de tecnologia como instrumento de inserção no mercado de trabalho regional: o caso do norte fluminense. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS,15, 2006, 18-22 set, Caxambu-MG. **Anais....** Belo Horizonte-MG: ABEP, 2007. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_532.pdf>. Acesso em: 12 maio 2015.

HAESBAERT, Rogério. **Região**: trajetórias e perspectivas. Disponível em: <<http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/E4-11.pdf>> . Acesso em: 12 mar. 2015.

HARVEY, David; SOBRAL, Adail Ubirajara. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. Nacionalismo, regionalismo e globalismo. **Revista Novos Rumos**, Marília, n. 25, 2012. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/2044/167>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE, 2014). **Divisão regional**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm?c=1. Acesso em: 12 mar. 2015.

JATOBÁ, Daniel. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013.

LEMOS, Mauro Borges. Desenvolvimento econômico e a regionalização do território. In: _____. **Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: EDUFMG, p. 173-194, 2006.

LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LESSA, Antônio Carlos. O ensino de Relações Internacionais no Brasil. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (org); CERVO, Amado Luiz (org). **O crescimento das relações internacionais no Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005.

LIMA, Márcia; ABDAL, Alexandre. Educação e trabalho: a inserção dos ocupados de nível superior no mercado formal. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 9, n. 17, p.216-238, jan-jul. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n17/a09n17.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

LÓPEZ, R. C.; POOLE, N. Quality assurance in the maritime port logistics chain: the case of Valencia, Spain. **Supply Chain Management: An International Journal**, v. 3, n. 1, p. 33-44, 1998. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/13598549810200915>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

MAGNOLI, Demetrio. **Relações internacionais: teoria e história** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MATTA, Ludmila Gonçalves da; LIRA, R. A. A Formação de Engenheiros para a Indústria do Petróleo no Norte e Noroeste Fluminense. **Petróleo, Royalties e Região**, v. XI, p. 08-10, 2014. Disponível em: <<http://royaltiesdopetroleo.ucam->

campos.br/images/arquivos/boletim/boletim_mar2014.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2015.

MENEZES, Vitor. Royalties não promoveram justiça social. In: PIQUET, Rosélia (org); CRUZ, José Luis Vianna da (org); VILANI, Rodrigo Machado (org). **O desafio da abundância**: 10 Anos do Boletim Petróleo, Royalties e Região. Rio de Janeiro: Garamond, 2013. p. 238-243.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O ensino das relações internacionais no Brasil: o estado da arte. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n.12, p. 83 - 98, jun. 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n20/n20a9.pdf> >. Acesso em: 13 fev. 2015.

_____. O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 20, p.103-114, jun. 2003. Disponível e: < <http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3635> >. Acesso em: 12 jan. 2015.

NEVES, Delma Pessanha. Norte Fluminense: índices de pobreza e reivindicações políticas. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 18-19, p. 9-38, 2006. . Disponível e: <http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_18-19/Cap-1-Delma_Pessanha.pdf >. Acesso em: 12 jan. 2015.

PINTO JUNIOR, Helder et al. **Economia da energia**: fundamentos econômicos, evolução histórica e organização industrial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

PIQUET, Rosélia. **Ensino superior e vocação regional**: uma análise referida ao Norte Fluminense. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/302/boltec302c.htm>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

_____. Petróleo e desenvolvimento regional no Brasil. In: MONIÉ, Frédéric (org); BINSZTOK, Jacob. (org). **Geografia e geopolítica do petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012, p. 147 – 170.

_____. **Petróleo, royalties e região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

_____. GIVISIEZ, Gustavo H.; OLIVEIRA, Elzira L. de. A Nova Centralidade de Campos dos Goytacazes: o velho e o novo no contexto regional. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 18-19, p. 39-57, 2006. Disponível em: <http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_18-19/Cap-2-Piquet_Givisiez_Oliveira.pdf>. Acesso em: 24 jan.2015.

_____. MIRANDA, Elis. A indústria de gás no Brasil: incertezas, implicações territoriais e perspectivas. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 1, 2009. Disponível em: < <http://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/280/515>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

_____.; OLIVEIRA, Elzira L. de. Empresas e empresários do Norte Fluminense: uma análise qualitativa. In: _____. (org); SERRA, Rodrigo (org). **Petróleo e região no Brasil**: o desafio da abundância. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p. 267 – 288.

_____.; TERRA, Denise. A roda da fortuna: a indústria do petróleo e seus efeitos multiplicadores no Brasil. In: _____. (org.). **Mar de riquezas, terra de contrastes**: o petróleo no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2011, p. 11 – 48.

REPSOL. **Matriz energética mundial**. Disponível em: http://www.repsol.com/pt_pt/corporacion/conocer-repsol/contexto-energetico/matriz-energetica-mundial/. Acesso em 22 mar. 2015.

RIBEIRO, Alcimar das Chagas. **A Economia Norte Fluminense**: análise da conjuntura e perspectivas. Campos dos Goytacazes, RJ: Grafimar, 2010.

RIO DE JANEIRO (Estado). SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS. **Regiões de governo**: Mapa da divisão político administrativa do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: SEDEIS, 2015. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/sedeis/exibeconteudo?article-id=233630>. Acesso em: 11 fev. 2015.

SANT'ANNA, André Albuquerque. Indústria de petróleo e gás: desempenho recente e desafios futuros. **Perspectivas do investimento**, Rio de Janeiro, v. 2013, 2010. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/liv_perspectivas/02_Perspectivas_do_Investimento_2010_13_PETROLEO_E_GAS.pdf>. Acesso em: 21 jan.2015.

SANTOS, Angela M. S. Penalva. Reestruturação espacial e desenvolvimento local: um estudo de caso de sete municípios do interior fluminense. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 18-19, p. 151-171, 2006. Disponível em: <http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_18-19/Cap-7-Angela_Penalva.pdf>. Acesso em: 14 maio 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SANTOS, Norma Breda dos; FONSECA, Fúlvio Eduardo (SANTOS, 2009). **A pós-graduação em Relações Internacionais no Brasil**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292009000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 nov. 2014.

SARFATTI, Gilberto. **Teoria das relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SÉCCA, Rodrigo Ximenes; LEAL, Rodrigo Mendes. Análise do setor de ensino superior privado no Brasil. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 30, p.103-156, set. 2009.

SILVA, Érica Tavares. Desenvolvimento Regional e Movimento Pendular: questões recentes no Norte Fluminense. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16, 2008, 29 set. - 3 out, Caxambu-MG.. **Anais...** Belo Horizonte-MG: ABEP, 2009. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1301.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2015.

SPOSITO, Eliseu Savério . **Redes e cidades**. São Paulo: EDUNESP, 2008.

_____. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reestruturação econômica, reestruturação urbana e cidades médias. In: SEMINARIO INTERNACIONAL DE LA RED DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZACIÓN Y TERRITORIO, 12, 2012, 1-4 out, Belo Horizonte-MG. *Anales...* **Cadernos del Cendes**, Caracas- Venezuela, v.29, n.81, 2012. Disponível em: <<http://www.rii.sei.ba.gov.br/anais/g6/reestruturacao%20economica,%20reestruturacao%20urbana%20e%20ciudades%20medias.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

TERRA, Denise; OLIVEIRA, Elzira L. de; GIVISIEZ, Gustavo H. A reestruturação econômica e territorial do Norte Fluminense. In: MONIÉ, Frédéric (org); BINSZTOK, Jacob. (org). **Geografia e geopolítica do petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012, p. 311 – 334.

VAINER, Carlos B. Regionalismo e projeto nacional: uma reflexão sobre regionalismos velhos e novos. **Cadernos IPPUR/UFRJ**. Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.21-34, set.1993.

APÊNDICE A: INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) SITUADAS NO NORTE FLUMINENSE

Instituição (IES)	Organização acadêmica	Categoria administrativa	Localização
Centro Universitário Fluminense – UNIFLU	Centro Universitário	Privada sem fins lucrativos	Campos dos Goytacazes
Faculdade Batista do Estado do Rio de Janeiro – FABERJ	Faculdade	Privada sem fins lucrativos	Campos dos Goytacazes
Faculdade de Medicina de Campos – FMC	Faculdade	Privada sem fins lucrativos	Campos dos Goytacazes
Faculdade Redentor de Campos – FACREDENTOR	Faculdade	Privada sem fins lucrativos	Campos dos Goytacazes
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – IF Fluminense	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Pública federal	Campos dos Goytacazes

Instituto Superior de Educação do Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora – ISECENSA	Faculdade	Privada sem fins lucrativos	Campos dos Goytacazes
Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert – ISEPAM	Faculdade	Pública estadual	Campos dos Goytacazes
Instituto Superior de Tecnologia em Horticultura – ISTHORTICULTURA	Faculdade	Pública estadual	Campos dos Goytacazes
Instituto Tecnológico e das Ciências Sociais Aplicadas e da Saúde do Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora – ITCSAS/CENSA	Faculdade	Privada sem fins lucrativos	Campos dos Goytacazes
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF	Universidade	Pública estadual	Campos dos Goytacazes
Universidade Candido Mendes – UCAM	Universidade	Privada sem fins lucrativos	Campos dos Goytacazes
Universidade Federal Fluminense – UFF	Universidade	Pública federal	Campos dos Goytacazes
Universidade Norte do Paraná – UNOPAR	Universidade	Privada com fins lucrativos	Campos dos Goytacazes
Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO	Universidade	Privada sem fins lucrativos	Campos dos Goytacazes
Universidade Estácio de Sá – UNESA	Universidade	Privada sem fins lucrativos	Campos dos Goytacazes
Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Macaé – FAFIMA	Faculdade	Privada sem fins lucrativos	Macaé

Faculdade Professor Miguel Ângelo da Silva Santos – FEMASS	Faculdade	Pública Municipal	Macaé
Faculdade Salesiana Maria Auxiliadora – FSMA	Faculdade	Privada sem fins lucrativos	Macaé
Faculdade São Fidélis – FSF	Faculdade	Privada com fins lucrativos	São Fidélis
Faculdade Metropolitana São Carlos – FAMESC	Faculdade	Privada com fins lucrativos	Quissamã

Fonte: Brasil (Sistema E-MEC, 2015).

APÊNDICE B: INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) COM CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

INSTITUIÇÕES DE ENSINO - RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Nome da instituição	Gratuidade	Criação	Cidade	Estado	Periodicidade	ENADE
Universidade de Brasília - UNB	Sim	1974	Brasília	DF	6	5
Universidade Estácio de Sá - UNESA	Não	1992	Rio de Janeiro	RJ	8	3
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC SP	Não	1995	São Paulo	SP	8	3
Centro Universitário Lusíada - UNILUS	Não	1996	Santos	SP	8	1
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC MG	Não	1996	Belo Horizonte	MG	8	4
Universidade Católica de Brasília - UCB	Não	1996	Brasília	DF	8	3
Universidade Tuiuti do Paraná - UTP	Não	1997	Curitiba	PR	8	1
Universidade do Sul de Santa Catarina	Não	1997	Palhoça	SC	8	---
Centro Universitário Moura Lacerda - CUMML	Não	1998	Ribeirão Preto	SP	8	3
Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado - FEC-FAAP	Não	1998	São Paulo	SP	8	3

Universidade do Sul de Santa Catarina	Não	1998	Tubarão	SC	8	3
Faculdade Estácio do Recife - Estácio FIR	Não	1998	Recife	PE	8	3
Centro Universitário Curitiba - UNICURITIBA	Não	1998	Curitiba	PR	8	3
Universidade Estácio de Sá - UNESA	Não	1999	Rio de Janeiro	RJ	8	3
Centro Universitário da Cidade - UNIVERCIDADE	Não	1999	Rio de Janeiro	RJ	8	2
Centro Universitário Anhanguera de São Paulo	Não	1999	São Paulo	SP	8	2
Centro Universitário de Brasília - UNICEUB	Não	1999	Brasília	DF	8	3
Faculdade Santa Marcelina - FASM	Não	1999	São Paulo	SP	8	3
Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC GOIÁS	Não	1999	Goiânia	GO	8	3
Universidade Estácio de Sá - UNESA	Não	2000	Rio de Janeiro	RJ	8	2
Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU	Não	2000	São Paulo	SP	8	3
Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU	Não	2000	São Paulo	SP	8	3
Universidade Vila Velha - UVV	Não	2000	Vila Velha	ES	8	3
Centro Universitário Jorge Amado - UNIJORGE	Não	2000	Salvador	BA	8	3
Faculdade Tancredo Neves - FTN	Não	2000	São Paulo	SP	8	---
Faculdade Michelangelo - MICHELANGELO	Não	2000	Brasília	DF	8	SC
Faculdade Michelangelo - MICHELANGELO	Não	2000	Brasília	DF	8	---
Faculdades Integradas Rio Branco - FRB	Não	2000	São Paulo	SP	8	3
Faculdade Guarapuava - FG	Não	2000	Guarapuava	PR	8	---
Centro Universitário Belas Artes de São Paulo - FEBASP	Não	2001	São Paulo	SP	8	2
Centro Universitário do Instituto de Educação Superior de Brasília - IESB	Não	2001	Brasília	DF	8	3
Universidade de São Paulo - USP	Sim	2002	São Paulo	SP	8	---
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP	Sim	2002	Franca	SP	7	1
Trevisan Escola Superior de Negócios - TREVISAN	Não	2002	São Paulo	SP	8	2
Trevisan Escola Superior de Negócios - TREVISAN	Não	2002	São Paulo	SP	8	---
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP	Sim	2003	Marília	SP	8	4
Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH	Não	2003	Belo Horizonte	MG	8	3
Universidade Anhembi Morumbi	Não	2003	São Paulo	SP	8	3
Universidade do Sul de Santa Catarina	Não	2003	Florianópolis	SC	8	3

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC RJ	Não	2003	Rio de Janeiro	RJ	8	4
Centro Universitário La Salle - UNILASALLE	Não	2003	Canoas	RS	8	4
Centro Universitário Anhanguera de Campo Grande	Não	2003	Campo Grande	MS	8	3
Universidade Candido Mendes - UCAM	Não	2003	Rio de Janeiro	RJ	8	2
Faculdade de Ciências Econômicas - FACAMP	Não	2003	Campinas	SP	8	3
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	Sim	2004	Porto Alegre	RS	8	5
Centro Universitário FECAP - FECAP	Não	2004	São Paulo	SP	8	4
Universidade da Amazônia - UNAMA	Não	2004	Ananindeua - Belém	PA	8	3
Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro - UNILASALLE	Não	2004	Niterói	RJ	8	3
Centro Universitário Fundação Santo André - CUFSA	Não	2004	Santo André	SP	8	3
Universidade Paulista - UNIP	Não	2005	São Paulo	SP	8	4
Centro Universitário do Distrito Federal - UDF	Não	2005	Brasília	DF	6	3
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB	Sim	2006	João Pessoa	PB	8	3
Universidade Federal de Roraima - UFRR	Sim	2006	Boa Vista	RR	8	SC
Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP	Não	2006	Guarujá	SP	8	2
Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP	Não	2006	Ribeirão Preto	SP	8	4
Universidade Paulista - UNIP	Não	2006	Campinas	SP	8	3
Faculdades Integradas Anglo-Americano - FIAA	Não	2006	Foz do Iguaçu	PR	7	---
Faculdades Integradas Anglo-Americano - FIAA	Não	2006	Rio de Janeiro	RJ	7	---
Centro Universitário Planalto do Distrito Federal - UNIPLAN	Não	2006	Brasília	DF	8	---
Faculdade ESAMC Uberlândia - ESAMC	Não	2006	Uberlândia	MG	10	3
Faculdade de Ciências Sociais de Florianópolis - FCSF	Não	2006	Florianópolis	SC	8	---
Faculdade América Latina	Não	2006	Caxias do Sul	RS	7	4
Faculdade Damas da Instrução Cristã - FADIC	Não	2006	Recife	PE	8	2
Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI	Não	2007	Balneário Camboriú	SC	8	3
Escola Superior de Propaganda e Marketing - ESPM	Não	2007	São Paulo	SP	8	2
Escola Superior de Propaganda e Marketing - ESPM	Não	2007	Rio de Janeiro	RJ	8	2
Universidade Candido Mendes - UCAM	Não	2007	Campos dos Goytacazes	RJ	8	3
Escola Superior de Propaganda e Marketing - ESPM-POA	Não	2007	Porto Alegre	RS	8	3

Faculdade ESAMC Campinas - ESAMC	Não	2007	Campinas	SP	10	3
Faculdade ESAMC Sorocaba - ESAMC	Não	2007	Sorocaba	SP	10	3
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas IBMEC - Faculdades IBMEC	Não	2007	Rio de Janeiro	RJ	8	4
Faculdade Sartre COC - FACOC	Não	2007	Salvador	BA	8	---
Faculdade Anglo-Americano	Não	2007	Foz do Iguaçu	PR	7	3
Faculdade Anglo-Americano de Caxias do Sul - FAACS	Não	2007	Caxias do Sul	RS	7	3
Universidade Federal Fluminense - UFF	Sim	2008	Niterói	RJ	8	4
Centro Universitário Univates - UNIVATES	Não	2008	Lajeado	RS	8	4
Centro Universitário do Norte - UNINORTE	Não	2008	Manaus	AM	8	---
Faculdade IBMEC - IBMEC	Não	2008	Belo Horizonte	MG	8	4
Centro Universitário Internacional - UNINTER	Não	2008	Curitiba	PR	8	3
Faculdade La Salle	Não	2008	Manaus	AM	7	3
Universidade Federal de Sergipe - UFS	Sim	2009	São Cristóvão	SE	8	4
Universidade Federal de Uberlândia - UFU	Sim	2009	Uberlândia	MG	8	5
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	Sim	2009	Santa Maria	RS	8	---
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	Sim	2009	Florianópolis	SC	8	5
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	Sim	2009	Rio de Janeiro	RJ	8	4
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD	Sim	2009	Dourados	MS	8	4
Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA	Sim	2009	Santana do Livramento	RS	8	3
Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC	Não	2009	Santa Cruz do Sul	RS	8	4
Universidade Anhembi Morumbi	Não	2009	São Paulo	SP	8	3
Universidade Potiguar - UNP	Não	2009	Natal	RN	6	2
Instituto de Ensino Superior de Bauru - IESB	Não	2009	Bauru	SP	8	SC
Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação de Perdizes	Não	2009	São Paulo	SP	8	---
Faculdade Anglo-Americano de Passo Fundo	Não	2009	Passo Fundo	RS	7	2
Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação de Piracicaba	Não	2009	Piracicaba	SP	8	4
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFFRJ	Sim	2010	Seropédica	RJ	8	---
Universidade Federal da Paraíba - UFPB	Sim	2010	João Pessoa	PB	8	---
Universidade Federal de Pelotas - UFPEL	Sim	2010	Pelotas	RS	8	---

Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA	Sim	2010	Foz do Iguaçu	PR	8	---
Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI	Não	2010	Itajaí	SC	8	4
Centro Universitário Newton Paiva - NEWTON PAIVA	Não	2010	Belo Horizonte	MG	8	---
Faculdade Oboé II - OBOÉ II	Não	2010	Fortaleza	CE	8	---
Faculdade ESAMC Santos - ESAMC	Não	2010	Santos	SP	9	---
Faculdade ASCES - ASCES	Não	2010	Caruaru	PE	8	---
Centro Universitário SENAC - SENACSP	Não	2010	São Paulo	SP	8	---
Faculdade IBMEC Distrito Federal - IBMEC/DF	Não	2010	Brasília	DF	8	---
Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP	Sim	2011	Osasco	SP	8	---
Universidade Federal do Amapá - UNIFAP	Sim	2011	Macapá	AP	8	---
Universidade do Sagrado Coração - USC	Não	2011	Bauru	SP	8	---
Universidade Estácio de Sá - UNESA	Não	2011	Rio de Janeiro	RJ	8	3
Universidade Católica de Santos - UNISANTOS	Não	2011	Santos	SP	8	---
Centro Universitário Ritter dos Reis - UNIRITTER	Não	2011	Porto Alegre	RS	8	---
Faculdade Anglo-Americano de Chapecó - FAACH	Não	2011	Chapecó	SC	7	---
Universidade Federal de Goiás - UFG	Sim	2012	Goiânia	GO	8	---
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS	Não	2012	Porto Alegre	RS	8	---
Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP	Não	2012	Piracicaba	SP	8	---
Universidade Anhembi Morumbi	Não	2012	São Paulo	SP	8	---
Universidade de Mogi das Cruzes - UMC	Não	2012	Mogi das Cruzes	SP	8	---
Centro Universitário Hermínio da Fonseca - UNI IBMR	Não	2012	Rio de Janeiro	RJ	8	---
Centro Universitário Hermínio da Fonseca - UNI IBMR	Não	2012	Rio de Janeiro	RJ	8	---
Faculdade de Economia e Finanças IBMEC - FACULDADES IBMEC	Não	2012	Rio de Janeiro	RJ	8	---
Faculdade do Instituto Nacional de Pós-graduação de São José dos Campos	Não	2012	São José dos Campos	SP	8	3
Faculdade Anglo-Americana de Bagé	Não	2012	Bagé	RS	7	---
Universidade de Sorocaba - UNISO	Não	2013	Sorocaba	SP	8	---
Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU	Não	2013	São Paulo	SP	8	---
Centro Universitário de Brasília - UNICEUB	Não	2013	Brasília	DF	8	---
Faculdade São Francisco de Assis - UNIFIN	Não	2013	Porto Alegre	RS	8	---

Universidade Federal do Rio Grande - FURG	Sim	2014	Santa Vitória do Palmar	RS	8	---
Universidade Veiga de Almeida - UVA	Não	2014	Rio de Janeiro	RJ	8	---
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC MG	Não	2014	Poços de Caldas	MG	8	---
Centro Universitário Ritter dos Reis - UNIRITTER	Não	2014	Porto Alegre	RS	8	---
Faculdades Integradas Rio Branco Granja Vianna - FRB-GV	Não	2014	Cotia	SP	8	---
Universidade da Amazônia - UNAMA	Não	2005	Belém	PA	8	---
Universidade Federal do Tocantins - UFT	Sim	2013	Porto Nacional	TO	8	---
Faculdade de Direito de Itu - FADITU	Não	2014?	Itu	SP	8	---
Centro Universitário Anhanguera de Niterói - UNIAN	Não	2014?	Niterói	RJ	8	---
Centro Universitário Internacional - UNINTER	Não	2014?	Vários (A distância)	-	6	---
Centro Universitário da Faculdade Estácio de Sá de Belo Horizonte - FESBH	Não	2014?	Belo Horizonte	MG	8	---
Universidade Católica de Petrópolis - UCP	Não	2011	Petrópolis	RJ	8	---
Universidade Cidade de São Paulo - UNICID	Não	2013?	São Paulo	SP	8?	---

Fonte: Brasil (Sistema E-MEC, 2014).

APÊNDICE C: PROTOCOLO DA PESQUISA COM EGRESSOS

I: DOS DADOS PESSOAIS E DO CONTATO

1: NOME: _____

2: Idade:

- (1) Entre 20 e 23 anos (2) Entre 27 e 30 anos (3) Entre 35 e 38 anos
(4) Entre 24 e 26 anos (5) Entre 31 e 34 anos (6) Acima de 38 anos

3: Cidade onde reside: _____

4: Cidade onde trabalha: _____

5: E-mail: _____

6: Tel.: (____) _____

II: DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL

1: Função profissional atual: _____

2: Instituição/empresa em que trabalha: _____

3: Função profissional em que ingressou na empresa: _____

4: Atuou em outras empresas? () Sim () Não

4.1: Quais?	4.2: Em que cargos?

5: Quando iniciou a atividade profissional na área?

- (1) Antes da graduação
- (2) Durante a graduação
- (3) Até um ano de formado
- (4) De 1 a 3 anos de formado
- (5) Após 3 anos de formado

6: Você possui formação complementar/continuada?

- (1) Não.
- (2) Outra graduação.
- (3) Pós-graduação Lato Sensu
- (4) Mestrado
- (5) Doutorado

III: DAS COMPETÊNCIAS PARA O MERCADO DE TRABALHO

1. Na área em que você atua, quais são as principais competências exigidas?

- (1) Domínio de línguas adicionais.
- (2) Competências tecnológicas.
- (3) Habilidades operacionais de comércio exterior.
- (4) Conhecimentos em logística.

Observações:

2: Quais competências exigidas pelo mercado foram oferecidas pelo seu curso?

3: Quais competências exigidas pelo mercado não foram oferecidas pelo seu curso?

4: Qual o motivo de você não atuar na profissão na qual é formado?

- (1) Falta de perspectiva na carreira
 - (2) Falta de oportunidade na carreira
 - (3) Mercado de trabalho saturado
 - (4) Desconhecimento (por parte das empresas) sobre o profissional de RI
 - (5) Melhor oportunidade em outra profissão
 - (6) Falta de domínio de língua estrangeira
 - (7) Outro:
-
-

APÊNDICE D: EMPRESAS CONTRATANTES DOS PROFISSIONAIS EGRESSOS DE RI PELA UCAM-CAMPOS

1: ATUAÇÃO NA ÁREA DE RI

Nome da empresa	Localização	Sede	Ramo de atuação	Apoio à Petrobrás?	Quantidade de funcionários egressos de RI
Schlumberger	Macaé	Paris, França	Serviços de petróleo	Sim, serviços em geral.	3
Halliburton	Macaé	Houston, EUA	Construção, Engenharia e Aviação	Sim, serviços em geral.	1
Crane	Macaé	São Paulo, Brasil	Elevação e transporte cargas	Sim, serviços em geral.	1
SBM	Vitória	Triunfo, Brasil	Produção de petróleo	Sim, construção e aluguel de navios-plataforma.	1
Baker Hughes	Macaé	Houston, EUA	Equip. Serviços Petróleo e Gás	Sim, serviços em geral.	1
BHS	Cabo Frio	Rio de Janeiro, Brasil	Taxi Aéreo	Sim, transporte aéreo.	2
Odebrecht	Macaé	Salvador, Brasil	Construção e Engenharia	Sim, serviços de construção e montagem industriais.	1
National Oilwell Varco	São João da Barra	Houston, EUA	Equip. Serviços Petróleo e Gás	Sim, fornecimento e inspeção de tubos e oleodutos.	2
Manchester	Macaé	Contagem, Brasil	Distribuidora Ferro e Aço	Sim, serviços em geral.	2

Expro Group	Macaé	Reading, Reino Unido	Serviços de petróleo e gás	Sim, serviços em geral.	1
Spassu Tecnologia	Macaé	Vitória, Brasil.	Consultoria em gestão empresarial	Sim, serviços de consultoria.	3
Saipem	Rio de Janeiro	Milão, Itália	Engenharia de dutos	Sim, serviços em geral.	1
Costagille	Macaé	Rio de Janeiro	Consultoria imigratória	Não.	1
Oceaneering	Macaé	Houston, EUA	Equip. Serviços Petróleo e Gás	Sim, serviços em geral.	1
EY	Macaé	Brasília, Brasil	Serviços e Consultoria de Imigração.	Não.	1
Panalpina	Macaé	Basel, Suíça	Logística	Sim, soluções em suprimento.	1
Paragon Noble Offshore	Macaé	Houston, EUA	Perfuração de poços de petróleo	Sim, afretamento de plataformas.	1

2: ATUAÇÃO EM OUTRAS ÁREAS

Nome da empresa	Localização	Ramo de atuação	Quantidade de funcionários egressos de RI
PMCG	Campos	Emprego público	1
Shop 343	Campos	Comércio	1
Totvs	Campos	Software de gestão	1
Construtora Tenda Gafisa	Campos	Construtora	1
UCAM	Campos	Ensino	2
Pousada El Rinconcito	Armação dos Búzios	Hotelaria	1
Ases	Campos	Serviços de saúde	1
Indra	Campos	Tecnologia da Informação	1
Number 1	Campos	Ensino	2
Canabrava	Campos	Usina canavieira	1
Colégio Paulo VI	Campos	Ensino	1
Wise Up	Campos	Ensino	1

3: FORA DO MERCADO DE TRABALHO

Desempregados 12

Total 55

Externato Liberato Simões	Campos	Ensino	1
Abrasbi	Campos	Pedras ornamentais	1
Target Brasil	Campos	Psicologia do tráfego	1
Bradesco Seguros	Campos	Seguradora	1
Banco do Brasil	Campos	Instituição financeira	1

APÊNDICE E: PROTOCOLO DA ENTREVISTA COM RECRUTADORES DE EMPRESAS FORNECEDORAS DE BENS E SERVIÇOS

1. Ramo de atuação

2. A empresa contrata profissionais formados em Relações Internacionais?
() Sim () Não

3. Para quais cargos?

4. Esses cargos são ocupados exclusivamente por profissionais de RI?
() Sim () Não
Por quê?

5. Em geral, quais as competências exigidas para contratação desses profissionais?

6. Qual(is) dessas competências a empresa observa que mais falta(m) nos candidatos?

ANEXO A: PADRÕES DE QUALIDADE PARA OS CURSOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PRIMEIRO REQUISITO: COORDENADOR E CORPO DOCENTE DEVEM TER FORMAÇÃO NA ÁREA

A primeira questão a ser destacada é o fato de que Relações Internacionais passou a constituir área distinta de estudo apenas recentemente. Iniciou-se na Europa e Estados Unidos nos anos do entreguerras, com o estabelecimento das primeiras cadeiras de Relações Internacionais motivadas pela preocupação de melhor compreender a grande tragédia humana que havia sido Primeira Guerra Mundial. No Brasil, a Universidade de Brasília foi pioneira na institucionalização do estudo das Relações Internacionais ao criar o primeiro Bacharelado no País, em 1974, valendo-se da privilegiada posição geográfica da instituição, que permitia contar com acervos de bibliotecas públicas (Itamaraty, Congresso, embaixadas, etc.) e com a colaboração de diplomatas que, em alguns casos, mesmo não possuindo titulação acadêmica formal (mestrado ou doutorado) dominavam o conhecimento na área por dever de ofício. Em geral, as propostas de criação de cursos de Relações Internacionais não apenas desconhecem essa história mas também desconhecem o fato de que *Relações Internacionais constitui área distinta de estudo*.

O entendimento de que um conjunto determinado de conhecimentos constitui uma área distinta de estudo é, na verdade, o fato básico que justifica a criação de cursos de graduação e pós-graduação específicos para essa área. É óbvio que, do mesmo modo que em outros domínios, o estudo das Relações Internacionais exige o conhecimento de conceitos desenvolvidos e utilizados em outras disciplinas como

História, Política, Economia e Direito. Esse fato, contudo, não faz do estudo das Relações Internacionais uma “colcha de retalhos” de noções e práticas definidas como “internacionais” no âmbito de uma variada gama de áreas do conhecimento.

Essas considerações, aparentemente óbvias, tornam-se necessárias uma vez que a análise dos pedidos de autorização de funcionamento de cursos de Relações Internacionais deixa transparecer a percepção dos proponentes de que a área em questão não possui qualquer especificidade epistemológica. Em geral, tanto o coordenador indicado para o curso quanto o corpo docente previstos nas propostas não possuem formação e experiência acadêmica na área de Relações Internacionais. Eis porque o primeiro requisito para autorizar o funcionamento de um curso deve ser a comprovação de que o coordenador do curso, bem como os docentes previstos para ministrarem disciplinas específicas para a área de Relações Internacionais, possui formação no campo de estudo das Relações Internacionais. Seria possível imaginar um Curso de Economia onde o corpo docente fosse composto apenas por advogados, sociólogos e historiadores?

SEGUNDO REQUISITO: A QUALIFICAÇÃO DOCENTE

Este é, para qualquer atividade de ensino, um requisito básico. Para um curso que se inicia, um corpo docente qualificado, com significativa experiência docente, representa o primeiro indicador do potencial que esse curso possui em termos de sua consolidação definitiva. O padrão adotado para a avaliação desse item é composto pela titulação formal (pós-graduação em nível de mestrado e doutorado) e pelas atividades acadêmicas desenvolvidas. Sabe-se que, nem sempre, a titulação formal reflete a qualidade e o potencial docente, entretanto, considerando-se que a análise deve ser feita sobre o corpo docente como um todo, a proporção de professores formalmente titulados pode ser entendido perfeitamente como um critério objetivo de avaliação de qualidade. Um corpo docente de boa qualidade deve ter 1/3 ou mais de seus professores com nível de doutor e aqueles que não possuam mestrado tenham, pelo menos, curso de especialização. Por outro lado, outras atividades acadêmicas realizadas pelos docentes (livros e artigos publicados, cursos ministrados, cargos e funções acadêmicas desempenhadas, etc.) podem

compensar, mas apenas em parte e individualmente, a ausência da titulação formal: num corpo docente composto por dez professores não há razão para que mais de três professores não possuam titulação formal (pelo menos o grau de mestre) e cuja inclusão nesse corpo docente tenha que ser justificada por outras atividades acadêmicas.

Na análise deste item serão considerados especialmente:

- 1: o nível da titulação formal obtida
- 2: a instituição onde essa titulação foi obtida
- 3: disciplinas ministradas em cursos universitários regulares
- 4: a produção acadêmica:
 - . livros e artigos publicados
 - . cursos ministrados e atividades de extensão universitária
 - . participação em eventos com apresentação de trabalho
- 5: participação em atividades de pesquisa com apoio institucional
- 6: atividades de administração acadêmica

Na avaliação dos itens acima, incluindo-se a obtenção de titulação formal, a pertinência da atividade realizada para o campo do estudo das Relações Internacionais e a reputação da entidade em que a atividade foi realizada constituirão elementos de extrema importância.

TERCEIRO REQUISITO: O PROJETO ACADÊMICO-PEDAGÓGICO

A estrutura do curso deve contemplar o ensino de: 1) disciplinas específicas das Relações Internacionais; 2) disciplinas auxiliares e correlatas; e 3) disciplinas

optativas que podem ser orientadas profissionalmente. No conjunto, recomenda-se 8 (oito) semestres como duração total do curso (em torno de 2.400 horas/aula).

a) As disciplinas específicas são aquelas que caracterizam o curso como Relações Internacionais uma vez que é através delas que os conceitos e as categorias empregadas nesse campo de estudo são ministradas. Essas disciplinas incluem:

1 - Disciplina introdutória que procure caracterizar noções fundamentais empregadas no estudo das Relações Internacionais

2 - Disciplinas voltadas para o ensino das principais correntes teóricas no estudo das Relações Internacionais. Essas disciplinas devem incluir a aplicação desses conhecimentos na análise da política internacional.

3 - Disciplinas de história e análise da política externa brasileira

4 - Disciplinas de História das Relações Internacionais

5 - Disciplinas de análise das instituições políticas e econômicas internacionais (este conjunto deve perfazer um mínimo de 480 horas/aula)

b) As disciplinas de suporte e diretamente correlatas devem tratar de matérias de formação básica e das áreas no âmbito das quais os fenômenos internacionais se manifestam. Essas disciplinas, de caráter obrigatório, devem incluir:

1 - Disciplina introdutória de Ciência Política apresentando os conceitos fundamentais da área

2 - Disciplinas introdutórias de Economia, Direito e Sociologia (ou Filosofia)

3 - Teoria Política (do século XVI aos nossos dias)

4 - Metodologia aplicada à Ciência Política e Relações Internacionais

5 - Estatística e métodos quantitativos

6 - Disciplinas de Relações Econômicas Internacionais a partir dos enfoques oferecidos pelas modernas abordagens da economia política internacional e não nas visões estritamente econômicas

7 - Economia Brasileira

8 - Disciplinas de Direito Internacional

9 - Prática de idiomas (Português, Inglês e outros)

(este conjunto de disciplinas deve perfazer cerca de 1.200 horas/aula)

c) As disciplinas voltadas para a orientação profissional podem variar de acordo com os diferentes cursos individualmente, dependendo das disponibilidades regionais e locais podendo incluir: cooperação internacional, prática de negociação, integração regional, estudos regionais e estudos de temas específicos sobre o meio internacional, entre outros. Estágios profissionalizantes devem ser relacionados com a área internacional e curricularmente não devem ser contabilizados mais do que 12 créditos (equivalente a 180 horas/aula).

O curso deve incluir a redação de monografia de final de curso orientada por professor da unidade. A monografia deve ser avaliada por banca examinadora constituída especificamente para esse fim.

As propostas de criação de curso devem incluir as ementas, os programas e a bibliografia das disciplinas que compõem o curso.

QUARTO REQUISITO: AS INSTALAÇÕES E OUTROS RECURSOS DE INFRAESTRUTURA

Além das instalações básicas de salas de aula e demais facilidades (espaço de circulação, recursos de informática, instalações administrativas, copiadoras e outros equipamentos de suporte, sanitários, etc.) considerados pedagogicamente adequadas às dimensões das turmas previstas, são considerados itens de grande importância:

1 – biblioteca com tamanho e recursos em condições de atender o corpo docente e discente em suas atividades regulares;

2 – acervo que contenha obras consideradas centrais para o curso, compatíveis com a bibliografia prevista nos programas das disciplinas;

3 – periódicos nacionais e estrangeiros, especializados em Relações Internacionais e Ciência Política

4 – recursos informatizados para o acesso e uso de material bibliográfico

5 – plano de expansão

**ANEXO B: NOVA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES:
CAMPUS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES,RJ: CÓDIGO: 0057:VÁLIDA A
PARTIR DE 2012.1.**



MATRIZ CURRICULAR

UNIDADE: Campos dos Goytacazes

CURSO: Relações internacionais

Período	Atividades de Ensino - Aprendizagem	CARGA HORÁRIA						
		Disciplinas			Créditos	TCC	Ativida des Compl	Total
		Teórica	Prática	Subtotal				
1º	Política	60		60	3			60
	Sociologia e Antropologia	60		60	3			60
	História das Relações Internacionais no Mundo	60		60	3			60
	Língua Portuguesa I	60		60	3			60
	Introdução às Relações Internacionais	60		60	3			60
	Teoria do Conhecimento	60		60	3			60
	Atividades Complementares I						25	25
Subtotal	360	0	360	18	0	25	385	
2º	História das Relações Internacionais no Brasil	60		60	3			60
	Geopolítica	60		60	3			60
	Língua Portuguesa II	40		40	2			40
	Introdução ao Direito	60		60	3			60
	Economia	60		60	3			60
	Noções de Contabilidade	40		40	2			40
	Atividades Complementares II						25	25
Subtotal	320	0	320	16	0	25	345	
3º	Introdução ao Direito Internacional	40		40	2			40
	Teoria das Relações Internacionais I	60		60	3			60
	Microeconomia	60		60	3			60
	Integração Regional	40		40	2			40
	Metodologia da Pesquisa	40		40	2			40
	Política Externa Brasileira	60		60	3			60
	Atividades Complementares III						25	25
Subtotal	300	0	300	15	0	25	325	
4º	Macroeconomia	60		60	3			60
	Direito Internacional Público	60		60	3			60
	Organizações Internacionais	60	40	100	5			100
	Teoria das Relações Internacionais II	40		40	2			40
	Comércio Exterior I	60		60	3			60
	Diplomacia nas Relações Internacionais	40		40	2			40
	Atividades Complementares IV						25	25
Subtotal	320	40	360	18	0	25	385	
5º	Direito Internacional Privado	60		60	3			60
	Internacionalização da Economia Brasileira	60		60	3			60
	Relações Internacionais na América Latina	60		60	3			60
	Comércio Exterior II	60		60	3			60
	Economia Internacional	60		60	3			60
	Atividades Complementares V						25	25
Subtotal	300	0	300	15	0	25	325	
6º	Imagem e Comunicação	40		40	2			40
	Finanças Internacionais	60		60	3			60
	Matemática Financeira	60		60	3			60
	Optativa	60		60	3			60
	Atividades Complementares VI						25	25
Subtotal	220	0	220	11	0	25	245	
7º	Legislação Aduaneira	60		60	3			60
	Logística e Transportes	60		60	3			60
	Tópicos de Comércio Exterior	40		40	2			40
	Trabalho de Conclusão de Curso I				4	80		80
	Atividades Complementares VII						25	25
Subtotal	160	0	160	12	80	25	265	
8º	Projetos de Importação e Exportação	60		60	3			60
	Técnicas de Negociação	60		60	3			60
	Marketing Internacional	60		60	3			60
	Trabalho de Conclusão de Curso II				8	160		160
	Atividades Complementares VIII						25	25
Subtotal	180	0	180	17	160	25	365	
Total	2160	40	2200	122	240	200	2640	